

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
RIO GRANDE DO SUL
CÂMPUS FELIZ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS**

Maicon Müller de Lemos

**Entre vinhas: análise crítica do discurso de notícias sobre trabalho
análogo à escravidão na colheita da uva no Rio Grande do Sul**

**Feliz
2023**

MAICON MÜLLER DE LEMOS

**Entre vinhas: análise crítica do discurso de notícias sobre trabalho
análogo à escravidão na colheita da uva no Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso Superior de
Licenciatura em Letras – Português e
Inglês do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul como requisito
para a obtenção do título de
Licenciado em Letras – Língua
Portuguesa, Língua Inglesa.

Orientadora: Prof^a Dra. Andrea
Jessica Borges Monzón

Feliz

2023

Maicon Müller de Lemos

**Entre vinhas: análise crítica do discurso de notícias sobre trabalho
análogo à escravidão na colheita da uva no Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de
Licenciatura em Letras - Português e
Inglês do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Letras.

Aprovado em: 14/12/2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Andrea Jessica Borges Monzón (orientadora)

Prof. Dra. Aline Evers (PUCRS)

Prof. Dra. Andréia Veridiana Antich (IFRS)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os grupos e todas as pessoas cujas narrativas desafiam ideologias dominantes, o *status quo*. Dedico também àqueles que, em meio a tanta barbárie, continuam se indignando.

Dedico esse trabalho também àqueles que se dizem “ideologicamente neutros”, que “não escolhem lados”. Você também é ideológico.

Em especial, dedico esse trabalho às pessoas cuja vida foi marcada pela escravidão, tanto a antiga quanto a moderna. Saibam que seu sofrimento me gerou revolta. Eu lhes desejo paz e justiça.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a minha família, que me apoiou e me deu a base para me tornar professor. Mãe, pai e mano: espero que fiquem orgulhosos. Obrigado pela paciência! Aos meus amigos também agradeço por todo apoio e compreensão na jornada que foi essa graduação, especialmente a concepção desafiadora desse trabalho de conclusão de curso. Grato também a cada docente que compartilhou seus saberes e suas vivências! Há um pouco de cada um de vocês dentro de mim.

Obrigado por toda a torcida e todo o suporte que recebi para chegar até aqui. Vivo na certeza de ser cercado por pessoas especiais.

Um agradecimento mais do que especial a minha orientadora, prof^a Dr^a Andrea Monzón, sem a qual essa pesquisa não seria possível; sem a qual, a versão de mim que conclui esse trabalho não seria possível. Sou grato por cada ensinamento, por todo acolhimento e cada puxão de orelha. Obrigado por toda a fé e paciência que você depositou em mim. Chegar até aqui não foi fácil, para além de todo o conhecimento acadêmico que adquiri e levarei comigo em minhas práticas, saiba que levo comigo também teu exemplo de humanidade e profissionalismo. Desejo que a vida te retribua todo o bem que você semeia.

Agradeço à Folha de São Paulo e ao Estado de São Paulo, em particular, por toda a raiva que suas manchetes absurdas me proporcionaram. O malabarismo linguístico, a elasticidade mental e a flexibilidade moral empregadas para noticiar fatos são, no mínimo, tão impressionantes quanto nauseantes.

Por fim, agradeço a todas as versões passadas de mim mesmo, que precisaram morrer para que a atual viesse a ser. Eu as enterrei em mim para fertilizar meu espírito, para que assim eu pudesse florescer. Espero que possamos seguir morrendo e renascendo, cada vez mais vastos, mais brilhantes e mais fortes.

CDA is not just another form of academic analysis. It also has aspirations to take the part of those who suffer from linguistic-discursive forms of domination and exploration. Part of the task is to contribute to the development and spread of critical awareness of language as a factor in domination.

Fairclough, 1995, p. 186

A ACD não é apenas mais uma forma de análise acadêmica. Ela também tem aspirações de se colocar ao lado daqueles que sofrem com formas de dominação e exploração linguístico-discursivas. Parte da tarefa é contribuir para o desenvolvimento e disseminação da consciência crítica da linguagem como um fator de dominação.

Fairclough, 1995, p. 186

RESUMO

Em fevereiro de 2023, foi deflagrada uma operação que resgatou 207 pessoas do trabalho análogo à escravidão na colheita e transporte da uva em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. O caso ganhou destaque pelo número de vítimas e também por conta dos relatos das violências a que eram submetidas e por envolver as maiores vinícolas do estado: Aurora, Salton e Garibaldi. A ocorrência teve bastante cobertura da mídia e gerou comoção nas redes sociais, sendo bastante compartilhada e comentada na internet. Este trabalho é uma análise de duas notícias a respeito desse caso, de dois portais de notícia gratuitos e de grande circulação e credibilidade, G1-RS e Band News. Os objetivos específicos foram investigar a relação do uso da linguagem para a construção dos discursos e as movimentações sociais-ideológicas de poder que movimentam. Para tanto, as notícias escolhidas são de meio virtual, visto que nos dias de hoje a circulação de notícias está na palma de nossas mãos, em uma intrínseca conexão com nossa vida social. A lente de análise utilizada é a da Análise Crítica do Discurso, uma área que examina como o uso da linguagem influencia e reflete poder, ideologias e relações sociais, desvendando como o discurso molda e é moldado pela sociedade. Como se trata de um campo de estudo amplo e composto por várias vertentes, esclarece-se que as usadas aqui são as de Van Leeuwen (2008) e Fairclough (2003). Para enriquecer a tessitura de reflexões teóricas, também se utilizou o aporte de Gnerre (1991) e Bakhtin (2006). A pesquisa se ocupou, portanto, de analisar a atribuição de papéis sociais nos textos das notícias, olhando para o processo de recontextualização dos fatos. Como resultados, verificou-se que os interesses econômicos e políticos possuem um papel central nas decisões por trás da construção de um texto jornalístico e na circulação de informação. O texto do Portal G1-RS, focado em notícias do estado do RS, é propositalmente raso, visto que não é de interesse do grupo afetar a reputação dessas três empresas. Essa notícia, então, tem construções lexicais e discursivas que não são enfáticas e que buscam uma certa neutralidade e não comprometimento. O texto do Portal Band News apresenta de forma mais sucinta e enfática o que aconteceu e não foge de escolhas lexicais e discursivas mais severas. De qualquer forma, a falta de ênfase e abordagem crítica nos textos das matérias contribui para minimizar o destaque a crimes desse tipo. A Análise Crítica do Discurso se mostrou uma ferramenta teórico-metodológica bastante versátil e poderosa para a investigação de vieses ideológicos em diferentes discursos, evidenciando as movimentações de poder inerentes à língua. Conclui-se que que análises deste tipo se beneficiam da multidisciplinaridade, de modo que seu uso pode fortalecer pesquisas dos mais diversos campos do conhecimento e também ser beneficiada por eles.

Palavras-chave: análise crítica do discurso; notícias; trabalho análogo à escravidão.

ABSTRACT

In February 2023, an operation was launched that rescued 207 people from conditions analogous to slavery in the harvesting and transportation of grapes in Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. The case gained prominence due to the high number of victims and the reports of the violence they were subjected to, as well as its involvement with the largest wineries in the state: Aurora, Salton, and Garibaldi. The incident received extensive media coverage and sparked a lot of emotion and comments on social media, being widely shared and commented on the internet. This work is an analysis of two news articles regarding this case, from two widely circulated and renowned free news portals, G1-RS and Band News. The specific objectives were to investigate the relationship between the use of language in constructing discourses and the social-ideological power dynamics at play. Therefore, the chosen news articles are from virtual media, considering that nowadays the circulation of news is at the palm of our hands, in an intrinsic connection with our social life. The analysis lens employed is that of Critical Discourse Analysis, a field that examines how language usage influences and reflects power, ideologies, and social relationships, uncovering how discourse shapes and is shaped by society. As a broad field of study composed of various perspectives, it must be clarified that the ones used here are those of Van Leeuwen (2008) and Fairclough (2003). To enrich the fabric of theoretical reflections, the contributions of Gnerre (1991) and Bakhtin (2006) were also used. The research, therefore, focused on analyzing the attribution of social roles in news texts, examining the process of recontextualization of facts. As a result, it was found that economic and political interests play a central role in the decisions behind the construction of a journalistic text and in the circulation of information. The text from the G1-RS portal, focused on news from the state of RS, is intentionally superficial, as it is not in the interest of the group to affect the reputation of these three companies. Thus, this news has lexical and discursive constructions that are not emphatic, seeking a certain neutrality and non-commitment. The text from the Band News portal presents more concise and emphatic constructions of what happened, not shying away from more severe lexical and discursive choices. Nevertheless, the lack of emphasis and critical approach in news articles contributes to downplaying the severity of crimes of this nature. Critical Discourse Analysis has proven to be a highly versatile and powerful theoretical-methodological tool for investigating ideological biases in different discourses, revealing the power dynamics inherent in language. It is concluded that analyses of this kind benefit from multidisciplinary, such that their use can strengthen research in various fields of knowledge and can also be enriched by them.

Keywords: critical discourse analysis; News articles; labor analogous to slavery.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Esquema da análise metodológica	55
Figura 2 – Interface do cabeçalho da notícia no G1 - RS	66
Figura 3 – Interface do primeiro parágrafo da notícia no G1 - RS	68
Figura 4 – Interface do segundo parágrafo da notícia no G1 - RS	70
Figura 5 – Interface do trecho seguinte da notícia no G1 - RS	73
Figura 6 - Apresentação dos 7 tópicos na notícia do G1-RS	74
Figura 7 - Tópico 1 da notícia do G1-RS	75
Figura 8 - Foto presente no primeiro tópico	76
Figura 9 - Tópico 2 da notícia do G1-RS	77
Figura 10 - Relatos de trabalhadores, extraídos da notícia (nota de rodapé 22)	79
Figura 11 - Tópico 4 da notícia do G1-RS	80
Figura 12 - Tópico 5 da notícia do G1-RS	82
Figura 13 - Declaração da Vinícola Aurora da notícia do G1-RS	85
Figura 14 - Trecho da declaração da Vinícola Aurora	86
Figura 15 - Trecho da declaração da Vinícola Aurora, no qual se trata da empresa terceirizada	87
Figura 16 - Trecho da declaração da Vinícola Aurora sobre os homens resgatados	87
Figura 17 - Trecho da declaração da Vinícola em que faz promessa	88
Figura 18 - Trecho da declaração da Vinícola Salton evocando aspectos familiares	89
Figura 19 - Trecho da declaração da Vinícola Salton e suas providências	90
Figura 20 - Trecho da declaração da Vinícola Garibaldi e sua culpabilização da terceirizada	92
Figura 21 - Trecho da declaração da Vinícola Garibaldi	93
Figura 22 - Trecho da declaração do indiciado, proprietário da Fênix	95
Figura 23 - Outro trecho da declaração da empresa terceirizada	96
Figura 24 - Trecho finalizando a declaração da terceirizada	96
Figura 25 - Interface do Portal Band Jornalismo para a notícia	98
Figura 26 - Interface da aba de acessibilidade	99
Figura 27 - Manchete e lead da notícia no Portal Band Jornalismo	100
Figura 28 - Imagem presente na notícia	102
Figura 29 - Primeiros três parágrafos da notícia no Portal Band Jornalismo	103

Figura 30 - Quarto e quinto parágrafos da notícia no Portal Band Jornalismo	104
Figura 31 - Parágrafa da notícia no Portal Band Jornalismo, o qual introduz a declaração a CIC-BG	105
Figura 32 - Primeiro parágrafo da nota emitida pela CIC-BG	105
Figura 33 - Segundo parágrafo da nota emitida pela CIC-BG	106
Figura 34 - Terceiro parágrafo da nota emitida pela CIC-BG	107

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFLEXÕES TEÓRICAS.....	18
2.1. Contextualização	18
2.2. Análise crítica do discurso	19
2.3. Contribuições da perspectiva Bakhtiniana.....	21
2.4. Van Leeuwen, Fairclough e o texto como fenômeno social	25
2.5. Recontextualização	31
2.6. A compreensão do texto: gramática, poder e letramentos	38
2.7. A circulação de textos e veiculação de notícias: perspectiva histórica....	42
3. PROCESSOS METODOLÓGICOS	50
4. ANÁLISE DE DADOS	57
4.1 Notícias sobre vinícolas e trabalho análogo à escravidão no RS à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD).....	57
4.2 Contextualização	57
4.3 Análise da notícia do Portal G1 – “Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber”	60
4.3.1 Impressões gerais	60
4.5 Análise da notícia do Portal G1 referente ao pronunciamento das vinícolas envolvidas.....	83
4.6 Análise da notícia do Portal Band de Jornalismo – “Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas do RS chegam à BA”.....	98
4.6.1 Impressões gerais.....	97
4.7 Análise da notícia.....	98
5. CONCLUSÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1133
ANEXOS.....	114

1 INTRODUÇÃO

A escravidão é um dos capítulos mais tristes de nossa história, não só como país, mas como humanidade. A história do Brasil tem uma relação complexa e intrínseca com o trabalho escravo. O ano de 2023 começou fazendo com que nos defrontássemos com esse fantasma, ainda muito vivo e muito presente, quando a Polícia Rodoviária Federal, em parceria com outros órgãos, deflagrou uma operação que libertou 207 homens de condições de trabalho análogas à escravidão, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. O caso teve bastante repercussão por envolver o nome de três grandes vinícolas do estado, a saber: Aurora, Garibaldi e Salton.

Os trabalhadores, em sua maioria baianos, foram atraídos com propostas de emprego no período de safra da uva, para trabalhar na colheita e no transporte da fruta. As promessas eram falsas e, ao chegar na cidade de Bento Gonçalves, foram privados de liberdade e sujeitados a condições precárias de moradia e alimentação, cargas horárias de trabalho exaustivas e castigos físicos frequentes.

Esse caso chocou a população brasileira e teve cobertura extensa da mídia na época. Isso foi assunto tanto nos principais e tradicionais veículos de informação quanto nas redes sociais. Salieta-se que essas redes estão cada vez mais presentes no cotidiano da população, estabelecendo uma relação mais intrínseca com a circulação de notícias. Partindo dessa contextualização, surgiu o interesse deste licenciando de pesquisar *como* este caso foi noticiado.

O presente trabalho trata-se, então, de uma análise crítica discursiva de duas notícias a respeito dos casos de trabalho análogo à escravidão na colheita e transporte da uva, expostos em fevereiro de 2023, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar e compreender como se dão os discursos midiáticos no âmbito de notícias sobre os casos de trabalho análogo à escravidão mencionados, utilizando-se das lentes da Análise Crítica do Discurso e outros aportes que a esse subsidiem.

Como objetivos específicos pretende-se:

a) investigar e analisar a relação do uso da linguagem para a construção dos discursos e sua carga social e ideológica em notícias de veiculação on-line;

b) analisar a atribuição de papéis, construção de discursos e relações linguístico-sociais em notícias sobre trabalho análogo à escravidão à luz da Análise Crítica do Discurso.

Assim, a partir do Capítulo 2, busca-se aqui contextualizar a pesquisa, elucidar o caso de trabalho análogo à escravidão e apresentar a Análise Crítica do Discurso, além de discorrer também sobre as motivações para este estudo. Entende-se que essa organização textual, que parte do todo para então partir para as minúcias, facilita a compreensão e a leitura do trabalho como um todo. Já os resultados serão apresentados através de tessituras teóricas, discorrendo sobre as notícias selecionadas com base nos aportes estabelecidos.

Para estabelecer as lentes teóricas deste estudo, aprofunda-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), apresentando seus principais pilares e conceitos. A ACD ocupa-se de investigar como o discurso é usado para movimentar poder e influenciar pessoas e ideias, mantendo ou questionando estruturas sociais e ideológicas. Para a ACD, não há discurso neutro, porque somos sujeitos sociais, atravessados por ideologias, as quais reproduzimos em nosso discurso, consciente o ou inconscientemente. É uma abordagem que se beneficia da interdisciplinaridade, visto que, para essa abordagem, o discurso permeia todas as áreas da vida.

A Análise Crítica do Discurso possui diversas vertentes e para fins desta pesquisa, majoritariamente deter-se-á em Van Leeuwen (2008) e Fairclough (2003). Baseia-se também em conceitos discursivos de Bakhtin (1929, 2006) e em contribuições de Gnerre (1991), que não é estudioso da ACD, mas aborda as relações de poder que envolvem o uso da língua e da gramática normativa, reflexões que são fundamentais para esta pesquisa. Também fornecem subsídios teóricos para essa pesquisa Sodré (1998) e Kaufman (2019)

Os estudos de Bakhtin (1929; 2006) contribuem com sua visão marxista da linguagem, levando em considera o o materialismo histórico na forma o do sujeito. Para Bakhtin somos sujeitos políticos e as rela oes e lutas sociais se manifestam também na língua e ela tem papel central na veicula o de ideologias. Para Bakhtin, o contexto de produ o e de leitura de um texto têm grande importância na constru o dos significados; precisa ser olhado inserido em um contexto social.

O trabalho de Van Leeuwen (2008) permite olhar para o texto como um fenômeno social, identificando as relações de poder através das relações entre *atores, papéis e práticas sociais*. Os atores sociais são os indivíduos ou grupos que desempenham um papel significativo na interação social e têm o poder de influenciar, mas também de serem influenciados pelas estruturas sociais. As práticas sociais são as atividades, comportamentos e interações que ocorrem dentro de um contexto social específico. Os papéis sociais são as funções atribuídas aos atores, dentro do processo de recontextualização. Recontextualização é o processo que ocorre ao relatar-se um fato; recontextualizar é recontar os fatos, organizando-os de forma linear, destacando algumas informações em detrimento de outras. Dentro desse processo, os atores recebem papéis, ativados ou passivados, atribuindo-lhes ações ou consequências dessas ações.

Fairclough (2003) complementa Van Leeuwen (2008), fornecendo um modelo de análise multimodal, que analisa texto e discurso em diferentes níveis. Através dessa lente teórica, é possível destrinchar o texto a nível estrutural, analisando as construções gramaticais e escolhas lexicais que compõem o mesmo. Essa estratificação se dá apenas de forma abstrata, para fins de clareza na análise. Também é possível analisar o texto a nível de discurso, ou seja, no que tange às ideologias e posicionamentos transmitidos pelo autor de um texto através de suas escolhas lexicais.

Gnerre (1991) traz reflexões sobre as relações entre língua, poder e discriminação. O autor discorre sobre o papel da gramática normativa como forma de segregação. Suas reflexões foram relacionadas com dados do INAF (Índice Nacional de Analfabetismo Funcional), que revelam uma preocupante realidade, mostrando que apenas 12% da população tem um nível de compreensão leitora proficiente, ou seja, é capaz de ler e interpretar textos e fazer inferências complexas a respeito do que lê.

Depois de apresentar as bases teóricas deste estudo, são feitas reflexões a respeito da veiculação de notícias, em uma breve perspectiva histórica. Traçam-se reflexões sobre a evolução das mídias (imprensa, jornal impresso, rádio, televisão, internet) para pensar sobre como isso vem se transformando com o tempo e, conseqüentemente, transformando as práticas sociais em torno do consumo de notícias, que hoje está na palma da mão, embrenhado no

cotidiano. Levando em consideração o contexto social e tecnológico em que estamos inseridos, viu-se a necessidade também de comentar sobre *deep learning* e como funcionam os mecanismos de busca e acesso à informação na internet.

Os procedimentos metodológicos são apresentados em seguida, no Capítulo 3, embasados por Gil (2017) e Marconi e Lakatos (2017), além dos pressupostos de análise estabelecidos por Fairclough e Van Leeuwen na ACD. Já no Capítulo 4, são feitas as análises das notícias selecionadas, abrindo com uma pequena contextualização do caso noticiado, as impressões gerais sobre os textos e, então, uma análise crítica discursiva destrinchando a notícia parte por parte. Ambas estão disponíveis, na íntegra, nos Anexos.

O presente trabalho conta ainda com um capítulo de conclusões finais e também com as referências bibliográficas.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS

Neste capítulo, serão apresentados, discutidos e entrelaçados os aportes teóricos desta pesquisa e suas contribuições para a análise discursiva que este trabalho visa construir e estabelecer.

2.1 Contextualização

Ao se desenvolver o presente trabalho, observou-se que ele se beneficiaria de uma abertura que contextualizasse a pesquisa, para então se aprofundar nos principais aspectos que a compõem. Nesse caso, começar do todo para então adentrar em suas partes contribui para a melhor compreensão desta pesquisa.

Neste estudo se faz a análise, à luz da ACD (Análise Crítica do Discurso), de duas notícias acerca de trabalho análogo à escravidão na produção de matéria prima para 3 grandes vinícolas gaúchas, sendo essa Salton, Aurora e Garibaldi. Contextualizando o caso, em fevereiro de 2023 mais de 200 pessoas cooptadas na região Nordeste do país foram encontradas mantidas em situações sub-humanas, forçadas a trabalhar por horas com alimentação precária e sujeitadas a castigos físicos. Há também acobertamento e participação da Polícia Militar no caso. Do ponto de vista legal não existe “trabalho escravo” no Brasil. Legalmente, ele foi abolido em 1888 pela Lei Áurea. Portanto, o caso é tratado como “trabalho análogo à escravidão”, ou seja, parecido com a escravidão. A distinção é técnica porque na prática essa diferença não existe. O corpo que recebe o castigo não se preocupa em distinguir uma chicotada de algo que se pareça com uma.

A Análise Crítica do Discurso, a ótica sob a qual serão analisadas as notícias, parte do pressuposto de que não há neutralidade de discurso. Todos os discursos são atravessados por ideologias porque aqueles que o produzem também são, consciente ou inconscientemente. Os diferentes autores usados nessa pesquisa entendem ideologia de formas ligeiramente diferentes, mas reconhecem seu papel central nas dinâmicas sociais, nas relações de poder e na compreensão do mundo ao seu redor. A Análise Crítica do Discurso se preocupa, entre outras coisas, com o como a ideologia circula nos discursos, mantendo ou mudando relações sociais de poder e dominância influenciando o

pensamento de quem o discurso toca. A ACD considera o contexto histórico-social e políticos da produção do discurso, além de analisar seus diversos aspectos, como estruturas linguísticas, escolhas gramaticais e, em alguns casos, até mesmo as entonações em que são proferidos. Esse campo de pesquisa permite analisar texto e discurso em diferentes modalidades, o que oferece uma perspectiva bastante ampla e permite uma análise detalhada dos objetos de estudo.

Boa parte das distinções conceituais apresentadas neste trabalho são feitas para viabilizar e subsidiar análises, mas é importante ressaltar que as relações entre discurso, texto e os aspectos que tecem a malha social não são isolados. Os fenômenos acontecem em interações complexas, atravessados por inúmeros aspectos e particularidades, sendo assim difícil de separá-los na prática. Representar e recontextualizar são fenômenos que movimentam inúmeros aspectos, que receberão a devida atenção no decorrer desse trabalho e será explicada mais a fundo, não se preocupe em entender tudo agora, mas tenha em mente que o jogo comunicativo movimenta diversas peças para que possa acontecer.

Foram escolhidas notícias porque o presente trabalho busca analisar como a informação dos casos de trabalho análogo a escravidão chegaram ao público brasileiro onde, segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (2018), somente 12% da população são leitores proficientes. Foram escolhidas notícias em meio digital porque, atualmente, elas têm um alcance maior e mais imediato. As notícias são do Portal G1 e do portal Band Jornalismo, duas plataformas de acesso gratuito e de grande circulação no país. Estes dois grupos midiáticos também possuem credibilidade e respeito dentro da área do jornalismo e de entretenimento.

2.2 Análise crítica do discurso

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) é uma abordagem que busca compreender como o discurso é usado como uma ferramenta de poder, influência e manipulação, revelando as ideologias e as estruturas sociais que estão subjacentes às práticas linguísticas. Ela possui diversas vertentes, mas o que há em comum é uma visão de que a língua possui um papel irredutível dentro

da vida social e a premissa de que não há discurso neutro, ou seja, tanto textos verbais, quanto não verbais e mistos e, sob o olhar de estudiosos da área, até mesmo expressões faciais, entonação e as minúcias de uma troca entre pessoas em determinadas situações de interação carregam conteúdo ideológico.

Diferente de muitos campos de pesquisa, a ACD se beneficia da transdisciplinaridade, como a integração com a Filosofia, Sociologia, Etnografia, História, Comunicação etc., bem como de diferentes teorias de Análise Crítica do Discurso, visto que elas podem se complementar e oferecer uma análise mais ampla e detalhada. Portanto, no escopo deste trabalho, foram usados insumos de Bakhtin (1929), Van Leeuwen (2008) e Fairclough (2003). Esses autores adotam uma abordagem crítica em relação ao discurso, buscando revelar as estruturas de poder e as ideologias implícitas nas práticas discursivas, por isso contribuem para o desenho teórico-metodológico aqui proposto. Ademais, eles reconhecem que o discurso não é produzido de forma isolada, sendo influenciado por fatores sociais, políticos, culturais e ideológicos. Dentro de suas respectivas teorias, investigam os diferentes elementos do discurso, como gênero, estilo, tom, narrativa, intertextualidade e estrutura linguística, a fim de compreender as implicações sociais e políticas. Os três teóricos concordam que a língua é uma forma de exercer poder e que o discurso desempenha um papel fundamental na construção e manutenção de hierarquias, perpetuando desigualdades através da reprodução de ideologias dominantes.

Apesar das aproximações entre as teorias, cada uma delas é única e possui suas particularidades e enfoques diferentes, que acabam por se complementar. Van Leeuwen se ocupa do discurso multimodal, olhando para como diferentes formas semióticas (entonação de voz, expressões faciais, *layout* visual, gestos etc.) contribuem para o processo de significação. Bakhtin leva em conta o enunciado e o gênero discursivo. Ele refletiu sobre como os enunciados individuais são formados dentro do coletivo, pela diversidade de vozes sociais que o cercam e o permeiam, além de olhar para a relação ente gêneros discursivos e padrões comunicativos ideológicos. A ACD de Fairclough permite analisar o discurso em três níveis e possui um embasamento metodológico para analisar o nível do texto, do discurso e os aspectos socioculturais, que interagem e dão forma às dinâmicas de poder e ideologia que esses níveis movimentam.

Gnerre (1991), apesar de não se ocupar da análise crítica do discurso, também observou e analisou as dinâmicas de poder expressas na língua. O autor se volta para as problemáticas da gramática normativa, criticando o ensino da língua que não leva em conta as complexas relações que envolvem ideologia, cultura e poder. Gnerre traz uma importante reflexão histórica e social a respeito da gramática e seu papel nas relações de domínio.

2.3 Contribuições da perspectiva Bakhtiniana

A análise crítica do discurso de Bakhtin apresenta uma perspectiva socialmente contextualizada da língua. Para Bakhtin, a linguagem é uma forma de interação social e a compreensão do seu uso está diretamente ligada ao contexto em que é empregada. Ele discute a importância da linguagem na construção da identidade individual e coletiva, bem como a sua relação com a política e a ideologia. Sua abordagem também busca conhecimento em outras áreas das Ciências Humanas, como Psicologia, Filosofia, Etnologia etc. Para Bakhtin, a língua, apesar de obedecer a leis internas de estrutura e funcionamento, é fundamentalmente moldada por fatores externos e suas variações refletem também variações sociais.

Bakhtin argumenta que a ideologia está intrinsecamente ligada à linguagem, pois é por meio dela que as ideias e as visões de mundo são comunicadas e perpetuadas. Na obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, de 1929, Bakhtin traz um estudo sobre a relação da linguagem com filosofia e ideologia, tendo como base o marxismo. Usando do materialismo histórico, Bakhtin aprofunda-se acerca do papel da linguagem nas relações de poder, olhando para a língua como um fenômeno social complexo e não um mero reflexo das relações sociais e econômicas, mas um processo vivo e dinâmico, com raízes nas relações sociais e nos processos culturais. Bakhtin também levanta a necessidade de “uma abordagem mais social da língua, trazendo interdisciplinaridade não só com a teoria marxista, mas com praticamente todas as áreas das ciências humanas” (1929, p. 14) e dá valor à fala e sua natureza comunitária, ligada inseparavelmente às condições da comunicação e essas, por sua vez, sempre ligadas às estruturas sociais.

Logo no prefácio dessa edição do livro consta que “Bakhtin define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material” (1929, p. 18). Pode-se entender que, para Bakhtin, a língua não é neutra e desempenha um papel intrínseco e complexo nas relações sociais e de poder. Para ele “a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; [...], as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que as veicula” (idem). A ideologia é vista como algo complexo por Bakhtin, porque a esfera ideológica é o domínio onde se encontram o campo científico, religioso, jurídico etc., então é importante frisar que há diferentes campos ideológicos a se levar em consideração nos processos de significação. De acordo com o autor, “ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (p. 30, 1929). Bakhtin chama de *signo* tudo aquilo que é ideológico, que simboliza algo. O signo pode ser estudado e analisado porque

todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. (BAKHTIN, 1929, p. 31)

O caráter semiótico do signo é destacado visto que a semiótica é o campo de estudo que analisa e compreende processos de significação, os signos e símbolos usados para comunicar e dar sentido ao mundo que nos cerca. Ela permite um olhar amplo, por vários ângulos, dos signos e todos os processos de significação que eles mobilizam. O estudo dos signos é importante porque “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (p. 31). Dessa forma, as escolhas de vocabulário e estruturas frasais quando se noticia algo não são aleatórias, não são “inocentes”.

Na visão de Bakhtin, a *palavra* é um signo ideológico por excelência. Como os signos adquirem significado em contexto social, a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (1929, p. 34). O linguista acrescenta ainda que “é, precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica (1929, p. 35). A palavra

possui características que a tornam única dentre os signos. Uma delas é a neutralidade. Ela não está vinculada a nenhuma esfera ideológica específica, fazendo com que possa assumir qualquer espécie de função ideológica.

A segunda característica é a do papel que ela desempenha na vida cotidiana. A comunicação do dia a dia é rica e importante, sendo fundamental para a comunicação da ideologia, sem estar presa a uma só esfera ideológica. O terceiro aspecto que torna a língua única é inerente ao segundo. Segundo Bakhtin, a consciência individual é socioideológica, ou seja, somos moldados pelo contexto social e pelas ideologias que nos cercam. Segundo o autor, a consciência

adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico. (BAKHTIN, 2006 p. 34)

A comunicação nos constitui como seres humanos; nossa consciência e forma de ver o mundo se expressam e se organizam através das palavras que vamos usando para dar sentido ao que nos cerca. Para além disso, a palavra é a forma interna que temos de dar sentido e formar nossos pensamentos acerca de algo. Apesar da palavra carregar elementos externos e coletivos, ela ainda pode ser produzida pelos meios do organismo individual, sem recursos extracorporais. Ou seja, é possível “conversar” sozinho, dentro da própria cabeça. Os indivíduos estão constantemente conversando consigo mesmos, dando sentido às informações externas usando de palavras, só que internamente. A palavra é o signo interior, ela existe mesmo sem ser pronunciada. Isso determinou seu papel como material semiótico da vida interior, da consciência; a consciência se desenvolve porque a linguagem possibilita isso. O autor afirma que “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN, 2006, p. 31). A compreensão de um signo se dá na aproximação do signo apreendido de outros signos já conhecidos pelo indivíduo; é uma cadeia de criatividade e compreensão ideológica. Essa cadeia se une as consciências individuais, assim criando uma consciência coletiva.

Esses aspectos fazem com que a palavra funcione como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. A compreensão desses fenômenos ideológicos, assim como sua produção não funcionam sem a participação do discurso interior. Ao assistir um filme, ao ler uma notícia ou mesmo ao observar algum comportamento humano, seu sentido é dado através de palavras. É importante ressaltar que nenhum signo ideológico pode ser substituído por palavras, mas, de alguma forma, ela sempre está presente. “Toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhado de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante” (p. 36).

Retomando o que foi dito anteriormente, a palavra ocupa um lugar privilegiado nas relações sociais, se fazendo presente tanto interna quanto externamente. Em seu papel externo, Bakhtin afirma que a palavra possui posição privilegiada entre os signos porque ela circula no cotidiano, permeia as minúcias do dia a dia e por isso tem um papel importante na disseminação de ideologias. É claro que discursos políticos, aulas e palestras transmitem ideologia, mas é nas conversas do dia a dia que elas se espalham e se solidificam. É nas conversas de corredor, aplicativos de mensagens, nas mesas de bar, no papo entre colegas de trabalho etc., que as ideologias se criam e se disseminam.

O consumo e discussão de notícias fazem parte desse cotidiano. Os acontecimentos da cidade, estado, país ou mundo sempre ocupam um espaço nas trocas comunicativas, ou atos de fala, para Bakhtin. A partir dos estudos do linguista, é possível pensar nas ideologias que circulam inerentes ao texto das notícias do portal G1 e Band Jornalismo, por exemplo, que são portais de notícia gratuitos e de grande alcance on-line. É importante olhar para o conteúdo ideológico e às escolhas feitas pelos portais para noticiar casos de trabalho análogo à escravidão. Se “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (Bakhtin, 1929, p. 40), quais são as costuras feitas ao transmitir informações a respeito de um tema tão delicado?

2.4 Van Leeuwen, Fairclough e o texto como fenômeno social

A Análise Crítica do Discurso de Van Leeuwen é uma abordagem teórica e metodológica que busca examinar as relações de poder e a ideologia inerentes ao discurso. À luz de tal aporte, é possível compreender melhor as implicações políticas e sociais presentes nos discursos e práticas comunicativas. Em sua teoria, o autor traz uma perspectiva multimodal, que leva em consideração fatores semióticos, como *layout* de imagens, entonação da voz e expressões faciais nas práticas sociais. Ele examina como esses diferentes modos semióticos são utilizados nas práticas discursivas para criar e seu papel no processo de significação, além das representações sociais e as ideologias inerentes às práticas sociais.

Fairclough (2003) apresenta uma metodologia de análise de discurso tridimensional: análise textual, análise do discurso e análise social, as quais serão esmiuçadas mais adiante. Ele se baseia na suposição de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, interconectada dialeticamente com outros elementos da vida social, apresentando a análise crítica do discurso para as pesquisas da área, visto que a língua está presente em todas as interações sociais e deve ser levada em consideração. Fairclough ainda traça uma linha importante ao dizer que empregar a ACD não é reduzir a vida e as interações sociais à linguagem, mas que por ser uma dimensão importante delas e precisa ser considerada em qualquer análise social, em conjunto com outras formas de análise.

Van Leeuwen (2008) define *práticas sociais* (grifo meu) como formas socialmente reguladas de fazer as coisas (p. 6)¹. É uma situação regida, até certo ponto, por normas de convivência, sejam elas explícitas ou implícitas. Práticas sociais diferentes podem ser reguladas em diferentes níveis e diferentes formas, como através de prescrições, tradições, líderes ou especialistas, entre outras (p. 7). Apesar de se referir também a regulamentos como formas de alcançar um nível de organização, o uso da palavra regulada (*regulated*) carrega um sentido de regularidade, a presença de determinadas regras sociais para que haja um

¹ Texto original de Van Leeuwen (2008, p. 6): *Social practices are socially regulated ways of doing things.*

nível de organização e a prática social possa fluir de forma mais harmonica. Em outras palavras, é aquilo que se espera dentro de uma interação social.

Em seu trabalho de 2003, Norman Fairclough olha para as *práticas sociais* como “articulações de diferentes tipos de elementos sociais que são associados com áreas específicas da vida social. [...] Elas articulam discurso (portanto, linguagem) com outros elementos sociais não discursivos” (p. 25)². O autor acrescenta que

As práticas sociais definem maneiras específicas de agir, e embora os eventos reais possam mais ou menos se afastar dessas definições e expectativas (porque atravessam diferentes práticas sociais e devido ao poder casual dos agentes sociais), eles ainda são parcialmente moldados por elas. (p. 25)

É possível entender que, apesar de práticas sociais demandarem determinada postura dos atores, fatores individuais e circunstanciais têm influência na situação, permitindo que ela desvie, até certo ponto, daquilo que é esperado dos participantes. Ainda segundo o autor, as práticas sociais podem ser vistas como a articulação dos seguintes elementos: ações e interações, relações com as estruturas sociais, pessoas (com suas crenças, formas de se portar, histórias e vivências), o mundo material e o discurso. Diferentes fenômenos sociais articulam diferentes formas de usar a linguagem (não se fala da mesma forma em um boteco com amigos e numa sala de aula, por exemplo). A relação entre práticas sociais é dialética, ou seja, se efetua por meio de interações, que por sua vez seguem acordos implícitos.

Para que ocorra uma prática é necessário uma série de elementos, tanto humanos quanto não-humanos. Fairclough diferencia “participante” de “ator” social, afirmando que atores sociais são aqueles que possuem um papel ativo no processo comunicativo, tendo influência ativa no desenrolar da prática social. Participantes são elementos presentes na prática social, mas são elementos que participam de forma mais passiva e, geralmente, são elementos não humanos.

Antes de prosseguir, é importante explicitar a diferença entre uma prática social e a *representação* de uma prática social. Para Van Leeuwen (2008) a diferença dos dois é como a diferença do *fazer* e o *falar sobre*. Uma é o que

² Texto original de Fairclough (2003, p. 25): *Social practices can be seen as articulations of different types of social element which are associated with particular areas of social life... they articulate discourse (hence language) together with other non-discoursal social elements.*

aconteceu, de fato, como a situação se desenrolou. Já a outra é a forma como alguém relata o acontecido. Corre na sabedoria popular um ditado que “quem conta um conto aumenta um ponto” e, no caso da representação dos atores sociais, é também uma verdade, mas, para além disso, quem conta algo pode também ocultar, suprimir ou modificar informações do contexto e (ou) do ocorrido, modificar a ordem dos acontecidos. Essas modificações se dão a partir do que Van Leeuwen chama de discurso.

O autor usa o termo “discurso” como o que chama de *social cognition*, ou cognição social. Ele descreve o uso desse termo no sentido de

um conhecimento socialmente construído de alguma prática social", desenvolvido em contextos sociais específicos e de maneiras apropriadas a esses contextos, sejam eles grandes, como corporações multinacionais, ou pequenos, como famílias específicas, e sejam fortemente institucionalizados, como a imprensa, ou menos, como conversas durante as refeições. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6)³

O discurso, para Van Leeuwen (2008) é aquilo que se espera dos participantes dentro de uma prática social, a “norma implícita”, que rege situações e varia de um contexto para outro. Já Fairclough (2003) se refere àquilo que é esperado em uma situação comunicativa como *prática social*. Apesar da pequena diferença conceitual, ambos se referem, num geral, aos mesmos processos. Van Leeuwen também usa da ideia de pluralidade de discursos, que são as variadas formas em que uma prática social pode ser retratada, a partir de diferentes discursos. Ele afirma que, “por discursos serem construtos sociais, podem e são usados na representação de atores sociais no texto e que, por isso, é possível fazer o caminho inverso e reconstruir discursos à partir dos textos que deles se alimentam” (2008, p. 6).

Norman Fairclough afirma que é possível dizer que o discurso se apresenta em três formas principais em uma prática social: *gêneros*, *discursos* e *estilos*. Ele apresenta gêneros como formas de agir; diferentes gêneros são diferentes formas de (inter)agir discursivamente (entrevistas, palestras, aulas etc). Dentro desses gêneros, há formas de agir esperadas dos seus

³ Texto original de (Van Leeuwen, 2008, p. 6): (...) *a socially constructed knowledge of some social practice,” developed in specific social contexts, and in ways appropriate to these contexts, whether these contexts are large, for instance multinational corporations, or small, for instance particular families, and whether they are strongly institutionalized, for instance the press, or less so, for instance dinner table conversations.*

participantes, ou formas textuais características de diferentes gêneros textuais. Ao falar de discurso, Fairclough faz uso do termo em dois sentidos diferentes: *discurso*, de forma abstrata, significando o uso da língua, a interação linguística, e *discursos*, no sentido de formas particulares de representar o mundo. O segundo carrega o significado relacionado às diferentes experiências de mundo de cada indivíduo. Ele usa discursos como *formas de representar o mundo*. A terceira forma do discurso se manifestar nas práticas sociais são os chamados *estilos*, que olham para os gestos e a postura corporal, o jeito de se portar diante da situação; a identidade pessoal, particular ou social do indivíduo. É o discurso aplicado às particularidades comportamentais e à autoidentificação do indivíduo. Tanto Van Leeuwen quanto Fairclough, em suas reflexões, permitem pensar sobre “aquilo que se espera” dentro de uma situação de comunicação.

Ao traçar aquilo que se espera, que pode ser visto como o “normal” (que segue uma norma), inevitavelmente, é traçado também aquilo e aqueles que estão fora dele, o “fora da norma”, daquilo que se espera. Bakhtin (1929) afirma que a palavra é onde se confrontam os valores contraditórios e é possível ampliar essa perspectiva para o que Van Leeuwen assume como discurso. “Eles não apenas representam o que está acontecendo, eles também o avaliam, atribuem propósitos a ele, justificam-no e assim por diante, e em muitos textos esses aspectos da representação se tornam muito mais importantes do que a própria representação da prática social.”⁴ (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6) tem aspecto, no âmbito do texto jornalístico, se apresenta de forma bastante explícita, visto que noticiar um fato já é recontextualizá-lo. A forma que uma notícia é dada pode ganhar mais proporção do que aquilo que é noticiado. O contato do leitor com os fatos é dado através do texto da notícia, já recontextualizado pelo(os) autor(es) da matéria. A representação das práticas sociais carrega um julgamento sobre o acontecido, o ponto de vista de quem o retrata ou um posicionamento de um grupo, que o reafirma, valida e passa adiante. A forma com que um fato é noticiado, o que é evidenciado e o que é omitido, tem influência direta na compreensão dos acontecidos por parte do leitor.

⁴ Texto original de Van Leeuwen (2008, p. 6): *they not only represent what is going on, they also evaluate it, ascribe purposes to it, justify it, and so on, and in many texts these aspects of representation become far more important than the representation of the social practice itself.*

Como a mais ampla gama de situações podem ser vistas como práticas sociais, em muitos casos isso pode não gerar um conflito tão grave. Se aplicarmos num contexto de alimentação, você pode comer a sobremesa antes do almoço. Não é um crime, só não é usual. Agora, olhando histórica e culturalmente para um contexto de relações étnicas ou de classe, assuntos que esse trabalho inevitavelmente abordará, os diferentes discursos que circulam apresentam posicionamentos bastante antagônicos.

Fairclough (2003) complementa Van Leeuwen dissertando que atores sociais são socialmente limitados, no sentido de serem cerceados de aspectos sociais, mas que suas ações não são somente socialmente determinadas. Seu lugar de fala é traçado por essas estruturas (exemplos: estrutura econômica, classe social, ou até mesmo uma língua). Estruturas sociais são entidades bastante abstratas e as relações entre elas é bastante complexa, porque no processo comunicativo estão envolvidos diversos fatores e nem sempre todos eles atravessam um acontecimento. A relação entre o que é estruturalmente possível e o que de fato acontece com essas estruturas dentro de uma prática social depende da manifestação simultânea de diversos aspectos, tanto sociais quanto individuais dos participantes.

Para Fairclough, os agentes sociais e suas particularidades texturizam o texto, estabelecendo relações entre seus elementos. O autor salienta que a gramática da língua (não o conjunto de regras, mas sua estrutura de funcionamento) permite certas ordenações e associações gramaticais possíveis, enquanto impossibilita outras.

Os participantes de uma prática social ocupam certos papéis dentro da dinâmica, (instigador, agente, vítima ou beneficiário etc.) simultaneamente realizando ações e interagindo entre si, usando das normas implícitas do contexto em que está inserido para fazer com que a prática social aconteça e flua. De qualquer forma, as ações se dão em uma ordem, com participantes ocupando certos papéis

Esses papéis não são, necessariamente, expressos pelo agente gramatical do texto. Sobre isso, Van Leeuwen afirma que **não** (grifo meu) há uma correspondência perfeita entre as categorias sociológicas e linguísticas. Van Leeuwen (2008) usa do conceito de agente como um conceito sociológico, realçando ainda a sua importância para a análise do discurso com uma pergunta,

a qual afirma ser uma parte significativa da pesquisa de outros linguístas da ACD: em quais contextos, qual ator é representado como “agente” e qual é representado como “paciente”? (p. 32)⁵.

Tanto Van Leeuwen (2008) quanto Fairclough (2003) defendem que a ACD pode servir como ferramenta para pesquisas de outras áreas. Partindo disso, considera-se que o presente estudo pode servir, para além de interessados/as por Linguística Aplicada, também a pesquisadores sem muitos conhecimentos prévios de Linguística, ou da linguística crítica e suas abstrações. Vê-se num exemplo prático uma forma de auxílio para ancorar os conceitos já apresentados e discorrer sobre outros ainda a serem introduzidos.

É relevante esclarecer, em primeiro lugar, que o trabalho em uma vinícola não é homogêneo. É composto de diversos setores, processos na cadeia produtiva e funções, nos quais trabalhadores com as mais diversas realidades movimentam as engrenagens que vão da colheita da uva até a venda das garrafas de suco e vinho. Quem trabalha na colheita, no transporte e na preparação da uva, quem cuida do processo de fermentação, engarrafamento etc. Também há os cargos administrativos, setor de vendas, recursos humanos etc. Há ainda os cargos mais altos, que se beneficiam do trabalho dos demais. O trabalho análogo à escravidão denunciado nas notícias analisadas aqui foi registrado na colheita da uva. Não há pessoas escravizadas nas camadas executivas do funcionamento de uma vinícola. Esses diferentes ambientes criam variados *contextos*, cenários onde as práticas sociais ocorrem. Diferentes contextos demandam diferentes práticas sociais.

Esses diferentes cargos que fazem uma empresa funcionar demandam diferentes códigos de vestimenta. Van Leeuwen, em sua análise, chama esse aspecto de *presentation styles* (2008, p. 10). Um trabalhador escravizado não se veste da mesma maneira que os mandantes do seu aliciamento, nem dos seus aliciadores. Trabalhos mais braçais também exigem uniformes específicos, que ofereçam a devida proteção. Há também ambientes que permitem *dress codes* com menos regras, mas sempre seguindo alguns aspectos sociais implícitos.

O tempo é um fator importante nas práticas sociais, estando sempre presente em alguma instância. “Embora as restrições de tempo nas práticas

⁵ Texto original de (Van Leeuwen 2008, p. 32): *who is represented as “agent” (“actor”), who as “patient” (“goal”) with respect to a given action?*

sociais variem em rigor, elas nunca estão completamente ausentes” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 11). O tempo, dentro do processo da fabricação do vinho se faz presente desde a cultura da uva (época do plantio, época da colheita), até o horário de início e término do expediente, e também as pausas para alimentação (a quem tem direito). Segundo a notícia do G1 analisada aqui, os trabalhadores resgatados afirmaram serem obrigados a trabalhar das 05h:00min às 20h:00min, todos os dias.

Van Leeuwen (2008) também fala a respeito de *recursos* e *materiais*, que são os materiais necessários para que se deem as práticas sociais. Diferentes setores da vinícola demandam diferentes materiais essenciais para que tudo corra bem. Quem colhe a uva precisa de ferramentas diferentes de quem exerce uma função administrativa, por exemplo. Esses aspectos observados podem aparecer de forma explícita ou implícita num texto.

2.5 Recontextualização

Van Leeuwen afirma que elementos da prática social, na medida em que possuem uma ordem necessária, podem ser reorganizados, espalhados pelo texto de várias maneiras. Esses rearranjos são motivados pelos *interesses* (grifo meu) advindos da prática de recontextualização (VAN LEEUWEN, p. 18)⁶. Essa recontextualização vai se dar em cima daquilo que o autor do texto acredita e, de acordo com seus interesses, conscientemente ou não, esse autor pode explicitar ou mascarar determinados elementos para que a prática social sirva aos seus ideais, transmitindo suas ideologias implícita ou explicitamente.

Quando um indivíduo interage com a realidade e com o outro acaba atuando como um “filtro humano-ideológico” da série de eventos que ocorreu. A prática se dá em algum lugar, em um período de tempo, com uma série de ações desempenhadas por participantes. Se duas ou mais pessoas participarem de uma prática social, cada uma terá uma experiência diferente, uma forma singular de perceber a situação e, conseqüentemente, uma forma de contar para alguém ou até mesmo escrever sobre, se a oportunidade surgir. É na forma com que

⁶ Texto original de Van Leeuwen (2008, p. 18): *Elements of the social practice, insofar as they have a necessary order, may be rearranged, scattered through the text in various ways. [...]Such rearrangements are motivated by the concerns of the recontextualizing practice.*

esse indivíduo apreende essa situação e em como ele a repassa que mora o processo de recontextualização.

Recontextualizar é o processo de reorganizar as informações para relatá-las. Dificilmente alguém se recordará da exata ordem em que decorreu um fato, até porque muitos deles ocorrem simultaneamente. É natural que, ao contar oralmente sobre um fato, alguns acontecimentos sejam trocados de ordem, ou que alguns aspectos sejam evidenciados ou tenham sua importância diminuída. Em alguns contextos, como comentar o caso com familiares, ou amigos numa mesa de bar, essas pequenas alterações não causam grandes impactos. Entretanto, em casos como os de notícias em jornais, que é do que se ocupa o presente estudo, a forma como a prática social é contada possui um peso maior e um impacto difícil de calcular. Fairclough (2003) apresenta o conceito de recontextualização como “a apropriação de elementos de uma prática social em outra, colocando a primeira no contexto da segunda e transformando-a de maneiras específicas no processo”⁷ (p. 32).

Com a teoria de Van Leeuwen, é possível lançar um olhar crítico sobre textos, buscando entender quem são os atores sociais envolvidos na ação, quem é tratado como indivíduo e quem é tratado como grupo, em processos organizados em movimentos de *personalização* e *impersonalização* (grifo nosso). É possível olhar também para quais atores e quais fatos são evidenciados e quais têm sua importância empurrada para segundo plano. O processo de recontextualização é algo cotidiano, que todos realizamos e que esconde, em seus mecanismos, traços ideológicos e experiências de quem fala ou escreve algo. Nem sempre quem está representando um acontecimento se dá conta do que está enfatizando ou atenuando, ou a quem dá o papel de agente e de paciente.

O contexto de trabalho numa vinícola pode também ajudar a entender o processo de representação de atores sociais. Peço ao leitor que contextualize um escritório, na parte de compra e vendas. Um pequeno problema burocrático causa um desentendimento entre dois colegas. Estiveram envolvidos no atrito Paulo e Pedro e a discussão foi testemunhada por colegas que estavam

⁷ Texto original da citação de Fairclough (2003, p. 32): *the appropriation of elements of one social practice within another, placing the former within the context of the latter, and transforming it in particular ways in the process.*

próximos. Uma conversa que, em seu desenrolar, se tornou mais acalorada e terminou numa discussão. A briga acaba virando assunto entre os demais funcionários e chegou aos seus superiores.

A representação dessa prática social pode se dar de diversas maneiras. É possível dizer que: (a) houve uma discussão no setor comercial; (b) Paulo gritou com Pedro; (c) Pedro gritou com Paulo; (d) Paulo e Pedro “se estranharam”. É possível também dizer que (e) os níveis de estresse de funcionários administrativos são muito altos, resultando, muitas vezes, em conflitos. A situação pode ainda, quando for retratada, ter a dimensão do atrito aumentada por quem conta, como (f) Pedro quase bateu em Paulo ou (g) Paulo quase bateu em Pedro.

São inúmeras possibilidades, em que os papéis sociais são atribuídos de formas diferentes. Pode-se atribuir o papel de agente e de paciente a qualquer um dos envolvidos e nenhuma das formas está errada; não importa quem, de fato instigou a briga e quem se viu no meio dela; “ao se retratar uma prática social, as versões coexistem, disputando o espaço da significação” (BAKHTIN, 1991). Pode-se ainda ocultar os participantes, dando ênfase ao fato (a). O que aconteceu, de fato, não se sabe ao certo e talvez não importe, já que o juízo de valor que vem implícito numa representação de práticas sociais pode adquirir mais peso do que o ocorrido.

A diferença entre (a) e (b), por exemplo, é a inversão dos papéis de agente e paciente. Van Leeuwen denomina esse processo de *ativação* e afirma que ela ocorre quando os atores sociais são representados como as forças ativas e dinâmicas em uma atividade, *passivação* quando são representados como “sofrendo” a atividade, ou como estando “na extremidade receptora dela” (2008, p. 33). Segundo o autor, há mais alguns processos que fazem parte da construção de um texto e, conseqüentemente, na construção de sentido.

A *generificação* e *especificação*: é sobre usar termos mais amplos, genéricos, ou mais específicos, respectivamente, para se referir aos atores sociais. Eles podem ser representados como indivíduos identificáveis ou como coletivos. No exemplo usado acima, “Pedro e Paulo” poderiam ser transformados em “os funcionários envolvidos na confusão”.

O processo conhecido como *assimilação* funciona de forma semelhante. Van Leeuwen afirma que “os atores sociais podem ser referidos como indivíduos,

caso em que eu falarei de individualização, ou como grupos, caso em que tratarei de assimilação” (p. 37)⁸, destacando ainda a importância que é dada à individualidade em vários recortes da sociedade para reforçar a crucialidade dessa transformação.

Associação é definida como referente

à associação, no sentido em que usarei o termo aqui, refere-se a grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais (seja de forma genérica ou específica) que nunca são rotulados no texto (embora os atores ou grupos que compõem a associação possam, é claro, ser nomeados e/ou categorizados por si próprios. (idem, p. 38)⁹

Tomando rapidamente um exemplo um pouco mais amplo, é possível observar o uso de “cidadão de bem” em determinados contextos. Apesar dos atores e grupos de atores sociais por trás dessa nomenclatura poderem ser citados individualmente em um texto, para dar mais força a um discurso eles são associados sob esse rótulo de “cidadão de bem”. Essas associações podem ser feitas e desfeitas (desassociação) no decorrer do texto, de uma representação.

Nesses processos há também a indeterminação e a diferenciação. *Indeterminação* ocorre quando os atores sociais são representados como indivíduos ou grupos não especificados, “anônimos”, determinação quando a identidade deles é, de uma forma ou de outra, especificada (p. 39). A indeterminação é um processo também de muita importância dentro da recontextualização porque através dela é possível tornar anônimo o ator social. No caso do exemplo do desentendimento no trabalho, seria como dizer, ao recontextualizar o acontecido “hoje brigaram no trabalho”. Indeterminação também pode ocorrer ao atribuir algo (uma crença, um medo) a um coletivo abstrato, como em “muitos creem...”, “alguns afirmam...” etc. A *diferenciação* se dá traçando a linha entre o eu e o outro, o “nós” e o “eles”. É a distinção de um ator social ou um grupo deles para com um outro, criando essa ideia de “lados.

A indeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como alguém não especificado, com o intuito de dar-lhe anonimato. Geralmente são expressos por pronomes indefinidos, como *alguém*, *alguns* ou *algumas*

⁸ Texto original de Van Leeuwen (2008, p. 37): *Social actors can be referred to as individuals, in which case I shall speak of individualization, or as groups, in which case I shall speak of assimilation.*

⁹ Texto original de Van Leeuwen (2008, 38): *Association, in the sense in which I shall use the term here, refers to groups formed by social actors and/or groups of social actors (either generically or specifically referred to) which are never labeled in the text (although the actors or groups who make up the association may of course themselves be named and/or categorized).*

peessoas (dizem, acreditam, afirmam...), além de também poder ser substituídos pelo advérbio de intensidade *muitos/muitas*. O processo pode, ainda, ser realizado com o pronome pessoal do caso reto *eles*, no sentido de contraponto ao *nós*; *eles*, os outros, um poder maior que é impessoal, algo externo e abstrato.

Sobre o processo de *nominalização* e *categorização*, Van Leeuwen afirma que os atores sociais podem ser representados tanto em termos de sua identidade singular, sendo nomeados, quanto em termos de identidades e funções que compartilham com outros (categorização), pontuando também que isso é algo comum em jornais. O processo de categorização subentende uma *massificação* em contraponto àqueles que recebem nome ou são identificados pelo cargo.

Esses processos geram modificações nos fatos, de uma forma ou de outra, na hora da recontextualização. Van Leeuwen chama de *transformações* e elenca algumas delas.

Quando um autor decide especificar um grupo, ou atividade, e generalizar outro, ele está fazendo uma *substituição*. Van Leeuwen (2008) afirma que assim que essas substituições acontecem, outros significados são adicionados, mais ou menos drasticamente. Ao substituir um termo específico por outro mais genérico, há uma transformação de sentido inerente.

Há também a possibilidade de fazer *deleções*, ou seja, a exclusão de alguns elementos da prática social. Quando se recontextualiza algo é um tanto natural que algumas partes fiquem de fora, por questão de clareza, coesão ou mesmo de caber no tempo e tamanho do texto, mas em alguns casos informações importantes podem ser apagadas, de forma a não aparecerem no relato ou deixarem a sensação de um conhecimento vago da situação que está sendo contada.

Da mesma forma, é possível adicionar elementos à uma prática social recontextualizada. Isso acontece, por exemplo, em artigos de opinião ou textos sobre variedades, onde é incluída a opinião pessoal e apontamentos do autor a respeito do acontecido

Os *rearranjos* também fazem parte das transformações no processo de recontextualização. Van Leeuwen (2008) afirma que

elementos da prática social, na medida em que têm uma ordem necessária, podem ser rearranjados, dispersos pelo texto de várias

maneiras... As atividades são reorganizadas para se adequarem aos propósitos persuasivos que as constituem como uma prática social (p. 18)¹⁰.

Isso abre margem para algumas estratégias, como a de deixar informações importantes mais para o final do texto, por exemplo.

As práticas sociais recontextualizadas também podem passar pelo processo de *repetição*, que Van Leeuwen define como o mesmo elemento aparecendo várias vezes no texto (2008, p. 19). É importante pensar que essas transformações não se manifestam, necessariamente, sozinhas. Por exemplo, ao usar um sinônimo para se referir ao mesmo elemento, a *substituição* e *adição* também estão sendo movimentadas, junto à repetição. Esse processo pode ser usado para deixar o texto menos repetitivo, mas o uso do mesmo termo para se referir a algum dos elementos carrega traços ideológicos importantes.

Muitos textos que recontextualizam práticas sociais podem conter *reações*, que são, basicamente, as informações sobre como os participantes reagiram a algum dos elementos dessa prática, ou mesmo a ela como um todo. As reações são as expressões humanas daqueles envolvidos no acontecido, sendo que algumas podem ser incentivadas e outras repreendidas, como rir em algum momento de seriedade. O linguista ainda atenua que

as reações também podem ser comportamentalizadas, e, nesse caso, elas se tornam ações por direito próprio. A execução de uma prática social pode exigir que os participantes sorrissem, pareçam solenes ou até chorem, como nos rituais fúnebres de muitas sociedades. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 19)

Ele ainda ressalta que aqui não importa o que o ator de fato sentiu, mas sim se os participantes expressam seus sentimentos de acordo com as expectativas sociais ou não.

O que também pode ser transformado é o *propósito* de uma prática social. Sobre isso, “os propósitos da mesma prática social podem ser construídos de maneira diferente em diferentes recontextualizações da mesma prática.” (2008, p. 20). Van Leeuwen disserta que o propósito de uma prática não é intrínseco a ela, mas acrescentado à sequência de atividades, o que cria um ambiente amplo

¹⁰ Texto original de Van Leeuwen (2008, p.18): *Elements of the social practice, insofar as they have a necessary order, may be rearranged, scattered through the text in various ways... The activities are rearranged to suit the persuasive and hortatory purposes which constitute them as a social practice.*

para debate e também controvérsia. É possível pensar aqui no tema central das notícias analisadas, que é o trabalho análogo à escravidão. É possível afirmar, por exemplo, que isso ocorre por conta da ganância dos empresários e da exploração desenfreada que o sistema capitalista proporciona. Todavia, há quem afirme que o caso ocorreu pela dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, porque os programas sociais, como o Bolsa Família, fazem com que as pessoas não queiram mais trabalhar. Sim, há quem afirme isso, como você verá na análise de dados. O propósito de uma prática social pode ser transformado de acordo com a ideologia de quem está recontextualizando a prática.

Ainda há o processo de *legitimação*, que é atribuir um porquê, motivos ou razões ao fato ou sequência de fatos. O exemplo anterior, a respeito dos programas sociais, também acaba por legitimar a ação. Essa fala veio da nota da Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG) que tem interesse de defender o lado das empresas acusadas pelo crime. Com essa fala eles tentam legitimar o ato de tratar seres humanos como escravos; fizeram isso porque não se encontra mais mão de obra qualificada. Van Leeuwen afirma que uma prática social, ou parte dela, pode ser legitimada de formas diferentes, de acordo com os interesses de quem a recontextualiza. Ele ainda acrescenta que a importância desse processo varia bastante, afirmando que

Alguns textos são quase que inteiramente sobre legitimação ou deslegitimação e fazem apenas referenciando vagamente as práticas sociais que legitimam ou deslegitimam. Em outros textos, a legitimação desempenha um papel secundário ou está completamente ausente. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 20)

Por fim, o autor traz como transformação no processo de recontextualização o *juízo de valor* (evaluation), ou seja, o julgamento sobre alguma prática. O autor diferencia o juízo de valor da legitimação, porque uma opinião sobre algo pode aparecer sem, necessariamente, ser justificada. Todavia, ambas estão sempre conectadas de alguma forma. Julgar algo como “moralmente bom”, por exemplo, necessariamente carrega uma conexão com a legitimação, visto que está associado a um código de leis, ou aos ensinamentos de alguma divindade, na qual o recontextualizador acredita, ou às leis da natureza, ou seja, está condicionado a algo mais amplo e estruturas mais

complexas e não tem, necessariamente, conexão com a prática social retratada em si. Outras formas de julgar têm relação com a prática e seus elementos. É o caso de afirmar que algo é útil, inovador, elegante etc. São julgamentos de valor, mas sem uma legitimação. Para simplificar, Van Leeuwen coloca que

Em outras palavras, enquanto um discurso de legitimação é necessário para legitimar "avaliações morais", outras avaliações são legitimadas pela própria prática ou pelos propósitos ou reações a ela relacionados em uma prática de recontextualização específica.¹¹(2008, p. 21)

2.6 A compreensão do texto: gramática, poder e letramentos

Conforme já mencionado antes, a gramática e a norma culta podem ter uma estreita relação com relações de poder e de exclusão. A norma culta tem a segregação e a elitização como aspectos fundamentais o que pode ser observado ao longo da história humana. Gnerre coloca que “A língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade” (GNERRE, 1991, p. 15). Por muito tempo, o que são hoje os idiomas latinos eram tidos como variações vulgares do Latim Clássico, sendo esse restrito ao clero e à nobreza.

O início da expansão da Península Ibérica trouxe a necessidade de uma estrutura linguística para difundir suas doutrinas e costumes para o chamado “Novo Mundo”. O galego português e o castelhano foram os primeiros dialetos latinos a terem o processo de sistematização iniciado, para que fosse utilizado na difusão da língua entre os chamados “povos bárbaros”. Usando como molde as gramáticas clássicas do Grego e, especialmente do Latim, o Português e o Castelhano passaram por um longo processo de normatização e “latinização”, ou seja, buscavam tornar a gramática dessas línguas o mais próxima possível da gramática latina. A afirmação cultural dessas variedades linguísticas, por si só, trouxe prestígio perante outras variações na região, que se viram reduzidas a dialetos, perpetuando a disparidade de valor entre as línguas.

¹¹ Texto original de Van Leeuwen (2008, p 21): In other words, while a legitimizing discourse is needed to legitimize 'moral evaluations,' other evaluations are legitimized by the practice itself, or by the purposes or reactions connected to it in a given recontextualizing practice.

Nessa época, a educação era de responsabilidade da Igreja. Era dever dos monges e frades a formação tanto da classe alta quanto da massa, mas a essa eram ensinados apenas os ensinamentos cristãos, diferentemente dos ricos, aos quais se dava uma educação formal e clássica. Essa estrutura de poder foi deixando um impacto profundo na gramática portuguesa desde sua criação.

Gnerre (1991), discorre sobre dois pioneiros da gramática na região Ibérica: Antonio de Nebrija e João de Barros. Nebrija escreveu a primeira obra escrita dedicada à Língua Espanhola em 1429, essa que se tornou a primeira gramática de uma língua europeia moderna e Barros, gramático pioneiro do Português, responsável pela segunda obra de normatização da língua, em 1540. A introdução de ambas as gramáticas citadas trazia ditos introdutórios de seus trabalhos e divagações sobre as línguas das quais falavam e seus próprios posicionamentos a respeito do papel social de seus estudos e escritos. Gnerre nos traz que

a língua era um instrumento cujo poder nas relações externas era conhecido; os autores, porém, não mencionavam o instrumento de poder interno, apesar de termos alguns indícios também nessa direção. Assim, Nebrija já escrevia na introdução de sua gramática: “a língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum”. João de Barros, quase cinquenta anos depois, apresentava uma visão mais articulada: a língua (no Diálogo e Louvor da nossa Linguagem) um instrumento para a difusão da “doutrina” e dos “costumes”, mas não é somente instrumento de difusão, pois “as armas e padrões portugueses [...] materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e linguagem que os portugueses nessa terra deixaram”. Quer dizer, a língua será o instrumento para perpetuar a presença portuguesa, também quando a dominação acabe. (GNERRE, 1991, p. 14)

O nosso idioma oficial do Brasil é uma consequência pensada do processo colonial que traz em si outros efeitos negativos, além da imposição linguística. O período da colonização deixou marcas profundas, sobre as quais a sociedade brasileira foi erguida e a língua que falamos nos foi imposta, tornando-se uma “sequela” da colonização. É importante ter em mente que há aspectos políticos, históricos e sociais no que se refere à Língua Portuguesa na sala de aula, o que é baseado em decisões pensadas e tomadas por alguém ou

algum grupo, o qual constrói as diretrizes do que deve ser abordado e priorizado na escola. Em poucas palavras, são decisões permeadas por ideologia.

Entender a origem elitista da gramática ajuda na compreensão do porquê textos jurídicos, por exemplo, são escritos da forma que são, cheia de termos praticamente indecifráveis para o cidadão médio. Gnerre (1991, p. 10) reflete que “Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida”. Para esse autor,

a língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um “corpus” definido de valores, fixados na tradição escrita. Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 6-7)

A norma padrão da língua é apresentada como um “território neutro” de comunicação: devido às diversas formas de falar, a norma culta foi a forma encontrada para padronizar os textos de forma a serem entendidos por, em teoria, qualquer falante da língua. Gnerre (1991) esclarece que “assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e ‘neutras’, também o código aceito é ‘oficialmente’ pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo” (p. 09). Desse modo, entende-se que

A língua pode ser usada para impedir a comunicação de informação para grandes setores da população. [...] Assim, também, se a televisão e o rádio alcançam uma enorme difusão, a comunicação de notícias e informações fica restrita a grupos relativamente reduzidos entre os que têm acesso aos instrumentos de tais comunicação. (GNERRE, 1991, p. 21)

Entretanto, a realidade não abarca a teoria. Como o presente trabalho analisa notícias, é relevante levar em consideração que, para trabalhar em um jornal ou grupo midiático de veiculação de notícias, o indivíduo deve possuir um grau de domínio considerável sobre a língua. Um jornalista ou colunista, por exemplo, além de saber interpretar e escrever textos, deve fazê-lo de forma a transmitir uma ideia alinhada à visão do grupo. As relações entre veiculação de notícias e interesses econômicos serão discutidas mais adiante, na sessão

seguinte. A informação a ater-se agora é a de que há diferentes níveis de alfabetização e letramento e para trabalhar produzindo textos subentende-se a necessidade de um bom conhecimento sobre a língua e sobre a norma. Gnerre (1991) aponta que “adquirir os conhecimentos relevantes e produzir mensagens (de cunho sociopolítico) está ligado, em primeiro lugar, à competência nos códigos linguísticos de nível alto” (p. 21).

Na sequência, o autor ainda acrescenta que “para reduzir ou ampliar a faixa dos eventuais receptores das mensagens políticas e culturais é suficiente ajustar a sintaxe, o quadro de referências e o léxico” (idem, p. 91). Para quem tem o conhecimento sobre a língua, não é difícil restringir informações. Faz-se necessário aqui olhar para o que Gnerre coloca como “eventuais receptores”.

É preciso levar em consideração a capacidade de compreensão de texto dos brasileiros, a quem as notícias chegam. Os dados do relatório do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)¹², são um tanto desatualizados, mas oferecem um vislumbre do problema de letramento em um Brasil pré-pandêmico, que já não eram muito positivos. O estudo do INAF leva em consideração quatro habilidades: localização, integração, elaboração e avaliação.

A habilidade da localização é descrita como a “capacidade de identificar no texto uma ou múltiplas informações expressas de modo literal ou não”. A integração é conceituada como a “Capacidade de comparar, ordenar ou estabelecer outros nexos lógicos entre dois ou mais elementos” (idem). É considerado apto na habilidade de avaliação aquele que consegue “Aportar informação extratextual para confrontar com informação textual ou emitir parecer sobre ela” (idem). Por fim, a quarta habilidade considerada, a da avaliação, requer “Capacidade de elaborar, criar ou recriar textos e resolver problemas com base em elementos textuais” (idem). Considerando o desempenho do indivíduo nessas quatro habilidades, eles são classificados em cinco níveis: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente.

Os dados completos da pesquisa estão no site, mas a fim de objetividade, os níveis de proficiência leitora descritos como capazes de

¹² Endereço eletrônico da página do INAF: <https://alfabetismofuncional.org.br>

compreender notícias, com maior apropriação, são os níveis 4 e 5, intermediário e proficiente. Esses, segundo as informações mais recentes do estudo, somam 37%, sendo que 25% são de nível intermediário e apenas 12% é considerado proficiente, um número assustadoramente baixo, especialmente em um país do tamanho do Brasil. Ainda é importante ressaltar que o indivíduo que se encaixa em nível intermediário é descrito como aquele “capaz de localizar informação expressa de forma literal em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências.” Com base nessas informações, é possível concluir que são muito poucas as pessoas que conseguem destrinchar um texto mais complexo, capazes de fazer reflexões mais profundas a respeito daquilo que leem.

É muito difícil mensurar a relação entre essa informação dentro de um contexto em que recebemos informações o tempo todo, na palma da mão. Mesmo não abrindo portais de notícias propriamente ditos, a veiculação de informação se embrenhou nas redes sociais, em plataformas de vídeos, além dos tradicionais telejornais, estações de rádio e também o velho jornal impresso. Além disso, o texto de uma matéria que circula em meio digital é diferente, menos revisado e menos tratado do que um texto que é impresso na versão física de um jornal. Portanto, é importante pensar mais criticamente acerca das questões relativas à circulação de informação no contexto atual, levando em consideração os dados apresentados pelo INAF. É importante pensar nos impactos da grande exposição à informações, com baixos níveis de letramento.

2.7 A circulação de textos e veiculação de notícias: perspectiva histórica

Norman Fairclough (2003) afirma que as transformações no capitalismo se ramificam pelas estruturas sociais. Essa afirmação vem junto do uso do termo “novo capitalismo” e que esse, como objeto de estudo, deve ser encarado como se ocupar do como essas transformações impactam na política, educação, arte e outros aspectos do social coletivo. Em um período relativamente curto de tempo, o advento e a rápida evolução da internet transformaram o tecido social de formas bastante complexas, modificando e criando novas formas de práticas sociais. Essa pesquisa também não pode ser separada de seu contexto, de seu

tempo, então será necessário discorrer um pouco sobre mídias, notícias e suas relações com o materialismo histórico, traçando uma sucinta linha do tempo que permita a reflexão a respeito do momento histórico-social em que se estrutura o presente trabalho.

Fairclough (2003) reflete sobre mídias quando disserta sobre gêneros, mencionado aqui anteriormente e fala sobre os processos de mediação. Gêneros, para o autor, são formas de agir. O uso de gênero pelo autor refere-se a padrões reconhecíveis, recorrentes e esperados de uso da linguagem em contextos específicos; é o que se pode esperar em situações comunicacionais específicas.

Pode-se distinguir diferentes gêneros observando os diferentes modos de agir e interagir discursivamente. Um texto pode pertencer a mais de um gênero. Dentro dos gêneros, Fairclough aponta a existência do que ele chama de “gêneros de governança”. O termo “governança” é usado pelo autor “em um sentido bastante amplo para se referir a qualquer atividade dentro de uma instituição ou organização direcionada para regular ou gerenciar alguma outra (rede de) prática(s) social(is) (2003, p. 32).

O autor, baseado em Silverstone (1999) entende mediação como o fluxo de sentido de uma prática social para outra, de um evento para outro, de um texto para outro. Fairclough (2003) acrescenta que

A (inter)ação mediada é uma 'ação à distância', uma ação que envolve participantes que estão distantes uns dos outros no espaço e/ou no tempo e que depende de alguma tecnologia de comunicação (impressa, televisão, Internet etc.). Os gêneros de governança são essencialmente gêneros mediados especializados para 'ação à distância'. (2003, p. 34)

Em outras palavras, gêneros de governança são textos com a função de exercer poder ou influência sobre outros gêneros, regulamentando ou influenciando-os à distância. Códigos de regimento podem ser vistos como pertencendo aos gêneros de governança, mas também cabem nessa classificação as propagandas, seja de serviços, marcas, ou indivíduos, visto que eles exercem influência nos hábitos de consumo e no cotidiano. Regimentos são criados seguindo outros documentos de lei maior, recontextualizando-os para caber em um contexto mais específico, para que ocorra um bom funcionamento das atividades naquele local. O caminho inverso também é possível: levar

aspectos de uma realidade específica para uma mais ampla. Propagandas midiáticas persuadem-nos a gostarmos de determinados indivíduos, determinadas marcas, e também a repudiar outras. Isso pode ser observado em campanhas políticas, por exemplo. Tudo isso é feito “à distância” porque não se dá de um indivíduo para outro. Não há uma relação de troca entre o indivíduo em si e uma emissora de TV, por exemplo. A emissora transmite uma informação já “filtrada” para seu telespectador, de forma a transmitir uma ideologia que se alinhe com a mais benéfica para a empresa.

A mídia, ou meios de comunicação de massa (rádio, televisão, internet, editoras de livros, etc.) possuem essa capacidade de influenciar comportamentos por ter um papel central na distribuição de informações e, conseqüentemente, na mediação de sentidos, nessa “filtragem”. Quando se escreve uma notícia, se está recontextualizando um fato. Ao recontextualizá-lo, evidencia-se alguns elementos, alguns discursos, em detrimento de outros. Fairclough cita, novamente, o trabalho de Silverstone (1999) ao afirmar que

O que geralmente são chamados de 'os meios de comunicação de massa' são, poderíamos argumentar, parte do aparato de governança - um gênero de mídia, como o noticiário de televisão, recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como política e governo, e, por sua vez, é recontextualizado nos textos e interações de diferentes práticas, incluindo, crucialmente, a vida cotidiana, onde contribui para a formação de como vivemos e os significados que damos às nossas vidas (SILVERSTONE 1999, *apud* FAIRCLOUGH, 2003)

Fairclough ainda observa que, na forma em que se configura a sociedade hoje em dia, atravessada por inúmeras formas de mídias, estamos cada vez mais dependentes e expostos a textos mediados, ou seja, que já vêm com uma lente ideológica. Logo, controlar esses meios é uma forma de exercer poder, governança, sobre números quase incalculáveis de pessoas, direcionando-as ideologicamente a uma visão alinhada com aquela dos donos desses meios.

Como essa pesquisa analisará notícias, é possível traçar um exemplo a partir da história. Desde o surgimento da prensa (SODRÉ, 1998) de Johannes Guttenberg (1440), que viabilizou a impressão em larga escala de livros e jornais, até os tempos de hoje, muita coisa aconteceu e as práticas sociais que giram em torno do consumo de notícias mudou junto. Em seu início lento, a produção e circulação desses materiais ficou nas mãos do Estado, mas com o tempo esse espaço passou a ser disputado pela burguesia.

Em seu livro “A História da Imprensa no Brasil”, Nelson Werneck Sodré afirma que

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. [...] A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão da imprensa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço (ele se refere a essa dialética como um traço ostensivo na relação de imprensa e capitalismo) consiste na tendência à unidade e uniformidade. (1998, p. 1)

Em tempos nem tão distantes, o jornal era entregue de porta em porta pela manhã, em edições diárias ou semanais, contendo as notícias recentes e outras variedades. Poderia ser lido junto à mesa, no desjejum, em um intervalo do trabalho, ou ainda numa poltrona confortável. Os jornais impressos davam o tom do assunto do dia. As práticas por trás da publicação de um jornal também eram diferentes e as notícias publicadas tinham um certo atraso em relação aos acontecimentos.

A chegada e difusão do rádio também trouxe mudanças nas práticas sociais e na relação das pessoas com conteúdo, não só de notícias, mas de entretenimento. Ele reunia famílias ao seu redor, muitas vezes amigos e vizinhos, para desfrutar das músicas e das radionovelas, como retratado em obras e relatos de época. As notícias eram narradas por alguém, tornando possível que outras atividades fossem realizadas simultaneamente, já que as mãos estavam livres e seu foco não ficava no ato de leitura, dando espaço também para diálogos em tempo real sobre o que era dito.

A televisão causou uma revolução semelhante, mas voltando a prender a atenção dos olhos diante do aparelho. Novamente, a forma de consumir se transformou e gerou transformações sociais. O rádio e a TV criaram as práticas sociais de decidir qual estação ou canal seria sintonizado, por exemplo. Sodré não se refere ou se adentra muito nas práticas sociais trazidas com as transformações nas formas de comunicar, mas o tempo todo ele enfatiza a relação íntima dessas com as mudanças políticas e econômicas e na forma de ser, pensar e consumir, tanto no indivíduo quanto na massa.

Olhando de uma perspectiva mais ampla e coletiva, Sodré discorre sobre o surgimento e ascensão de desses meios de comunicação mais tradicionais e a criação grandes grupos e corporações que, com o tempo, se consolidaram em

seu ramo e expandiram, exerceram e ainda exercem papéis chave em momentos históricos do país. Como é continuamente explicitado no texto de Sodré, onde há dinheiro, há influência; poder. Isso, constantemente se transformando; grandes conglomerados surgem e se desfazem com o tempo, mas uma coisa não muda: o poder da difusão de informação estava na mão de poucos. Nenhum deles, também, destruiu seu antecessor: o rádio não extinguiu o jornal, a televisão não extinguiu o rádio etc. Muito pelo contrário, os grupos midiáticos foram se adaptando e se expandindo com a chegada das novas tecnologias. Sodré destaca o desenvolvimento da legislação em torno desses meios, mas acrescenta que

Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras linguísticas, de barreiras culturais - como a imprensa tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e de circulação - tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. (SODRÉ, 1998, p. 1-2)

A chegada de algo novo exige que aquilo ao seu redor se adapte, tanto em termos de competitividade quanto em termos de disputa pelo espaço de influência no dia a dia das pessoas, em suas práticas e comportamentos. Além disso, não muda também o interesse econômico por trás da veiculação e circulação de informações. Os grupos midiáticos divulgam as notícias de forma alinhada às suas crenças, àquilo que convém a eles que seu público alvo entenda, pense e reproduza.

A chegada da internet não é tão diferente, das outras formas de veicular informações. A popularização do computador doméstico criou uma necessidade de adaptação à rede, dando origem aos portais de notícia. Uma das principais diferenças do advento da internet foi o espaço que ela criou para expressão individual. Os *blogs* e redes sociais geraram espaços onde qualquer um com acesso poderia postar os mais diversos textos, tanto verbais quanto não verbais, além também das mídias mistas. A forma de interagir com uma notícia na internet é diferente porque traz, entre outras coisas, uma instantaneidade das relações (e reações).

O que a internet tem de diferente, até o momento, é a sua relação com a regulamentação. Em diversos países, a internet possui regulamentações.

Entretanto, no presente momento, no Brasil, a discussão sobre Regulamentação das Mídias circula, mas esbarra no *lobby* das empresas do setor. O projeto de Lei 2.630, que prevê o marco regulatório da internet foi fortemente desacreditado, como no caso da gigante Google, que exibiu em sua página inicial uma mensagem contra o PL, afirmando até mesmo que a internet se tornaria pior com a aprovação do projeto.¹³ Assim sendo, a empresa Google usou da sua plataforma para colocar a população contra o projeto de lei, que visa regular a internet e dificultar a circulação de notícias falsas, o que é um problema crescente.

A crescente da internet também avança sobre outra questão apresentada por Sodré (1998). Antes, é importante ressaltar que a Internet se transformou muito nos últimos anos, se expandindo e também se embrenhando cada vez mais no cotidiano das pessoas. Seu desenvolvimento é quase simbiótico ao desenvolvimento de outra tecnologia: o celular. Os telefones móveis, que serviam para fazer ligações, mandar mensagens e oferecer lazer em alguns jogos pré-instalados foram ganhando novos formatos e novas funções, aumentando suas telas e perdendo seus botões, tornando possível realizar uma infinidade de tarefas com alguns simples toques, ao alcance da mão.

Sodré (1998) afirma que

É interessante verificar o paralelismo entre o esforço técnico de produção, na imprensa, e o progresso dos meios de comunicação e transporte, afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o do volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação têm oportunidade. (1998, p. 2)

A as barreiras geográficas e de transporte, mencionadas por Sodré não são mais obstáculos para o avanço da internet. A era dos *smartphones* transformou e ainda transforma radicalmente a relação do indivíduo com a internet e com o acesso e exposição à informação. Por bastante tempo o acesso à rede foi limitado a computadores, *desktops* e *laptops*; ao desligá-los, o usuário se desconectava do mundo virtual e seu fluxo de informações. Passamos a estar cada vez mais conectados e a notícia (ou informação ou doutrinação) passaram a ter mais talvez um número quase infinito de oportunidade. Com o avanço da

¹³ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/google-exibe-campanha-contra-pl-das-fake-news-na-pagina-inicial-de-busca-1.3363845>.

tecnologia dos celulares vieram os aplicativos, trazendo todo tipo de praticidade, entretenimento e interação e, é claro, anúncios.

Aqui é importante um entendimento sobre como funciona a internet, no que diz respeito à circulação de conteúdo. Atualmente, muito se tem ouvido e visto informações sobre *algoritmo* e *inteligência artificial*. Esses termos podem adquirir significados diferentes, dependendo do contexto, mas a IA responsável pelo algoritmo de circulação é o chamado de *deep learning*. O também chamado *machine learning*

é um subcampo da IA cuja finalidade é prover os computadores da capacidade de aprender sem serem programados. Evoluindo a partir do estudo do reconhecimento de padrões e [...] seguindo instruções, fazem previsões ou tomam decisões baseadas em dados – modelos elaborados a partir de entradas de amostras. (KAUFMAN; SANTANELLA, 2020, p. 4)

Kaufman (2019) ainda afirma que “atualmente, quando acessamos um dispositivo computacional, em qualquer de seus formatos, provavelmente estamos acessando concomitantemente um processo de *deep learning*” (KAUFMAN, 2019, p. 25). O processo de *deep learning* aprende a partir dos padrões de comportamento do próprio usuário, usando deles para calcular e elaborar sugestões de conteúdo que tendem a prender a atenção. Essa inteligência artificial é calibrada para recomendar conteúdos semelhantes ao que o indivíduo usando da tecnologia já consome. Esse padrão de retroalimentação cria como se fossem bolhas ao redor do usuário e faz com que usuários com interesses semelhantes se encontrem para interagir. As grandes empresas lucram vendendo espaços pagos em suas plataformas, sejam para anúncios ou para *posts* promovidos. O *deep learning* também personaliza esses conteúdos, mas ele não pode fazer a distinção entre uma notícia verídica e um fato inventado, por exemplo. O sistema capitalista prega a expansão a todo custo, então o tipo de conteúdo que chega até o usuário da plataforma não é uma preocupação daqueles no topo, cujo objetivo é lucrar. O Projeto de Lei 2.630¹⁴ (2020) busca, entre outras coisas, responsabilizar os conglomerados pelo conteúdo do que nelas circulam, por isso o movimento de oposição mencionado antes.

¹⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>.

A importância de se pesquisar sobre o impacto social da veiculação de notícias no Brasil se faz cada vez mais presente. A circulação desenfreada de informação entre uma população cuja porcentagem de pessoas plenamente alfabetizada e capaz de refletir criticamente sobre o que recebe é baixíssima, tem um impacto bastante profundo no tecido social.

Mesmo não buscando por notícias na internet, elas acabam atravessando os *feeds* das redes sociais porque as páginas de notícia marcam presenças nas redes. Não só isso, a autonomia dentro das plataformas também permitiu a ascensão de páginas independentes de entretenimento, que recentemente vêm ganhando espaço ao reproduzir notícias, muitas vezes de forma descontextualizada, como é o caso da página “Choquei”¹⁵, por exemplo.

Dessa forma, a notícia, dentro da configuração de sociedade que temos hoje, é quase impossível de ser evitada. Ela está presente nos conteúdos consumidos, mesmo sem precisar buscá-las. Desse modo, é especialmente necessário que seja lançado um olhar para a notícia em meio digital, considerando suas peculiaridades e também a forma com que a internet funciona atualmente, onde tudo pode se tornar mercadoria e que os lugares mais ao topo da página de resultados de uma pesquisa, são pagos, são anúncios e esses anúncios, por sua vez, são personalizados para os interesses do usuário, sem se preocupar em discernir o fato do *fake*. Por fim, é nesse escopo, apresentado neste capítulo, que se inserem as lentes do presente estudo, uma vez que se entende que é importante analisar como uma notícia sobre trabalho análogo à escravidão em vinícolas de grande porte é recontextualizada e repassada para o público para entender onde e de que forma as dinâmicas de poder, de capital, atravessam o processo de recontextualizar essa prática.

¹⁵ Página da Choquei no *Twitter*, onde ela surgiu: <https://twitter.com/choquei>; Endereço da página no *Instagram*: <https://www.instagram.com/choquei/>

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é uma pesquisa de caráter bibliográfico, que se propõe a investigar, à lente da Análise Crítica do Discurso (VAN LEEUWEN, 2008; FAIRCLOUGH, 2003), a circulação de ideologia e os papéis dos atores sociais em duas notícias a respeito dos casos de trabalho análogo à escravidão na produção de matéria prima para as vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, na Serra Gaúcha, expostos em fevereiro de 2023. Segundo Gil (2017),

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2017, p. 28)

Essa pesquisa tem caráter exploratório que, segundo Gil (2017) “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (p. 26) O autor ainda acrescenta que à pesquisa exploratória “interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado”.

Esta pesquisa se ocupa de uma abordagem qualitativa para formulação do seu problema. Segundo Marconi e Lakatos (2017), na abordagem qualitativa a formulação do problema é dinâmica, dando-se na relação entre o pesquisador e o contexto pesquisado (p. 296). Nos últimos anos viu-se um grande aumento na circulação de notícias falsas, ou apresentadas de forma tendenciosa. Esse cenário serviu de motivação para este trabalho, a partir dos questionamentos sobre as dinâmicas de poder, de negociação de sentido e transmissão de ideologia através das notícias e meio digital, que cada vez mais nos cercam e nos atravessam.

Marconi e Lakatos colocam ainda que na pesquisa qualitativa “não há preocupação com a neutralidade científica; antes, o pesquisador entende que a compreensão dos fatos se dá com sua conduta participante; será fruto de sua participação e interação com os sujeitos da pesquisa (2017, p. 296). No que tange a análise de dados, a abordagem qualitativa se ocupa de textos e materiais audiovisuais, descrição e análise de temas e significado profundo dos resultados. Essa visão é um bom embasamento para a Análise Crítica do Discurso, visto que nas pesquisas da área a participação e o posicionamento do

autor é fundamental. Na ACD, o analista também é sujeito e produz suas análises embasado em fundamentação teórica, mas de acordo com suas visões de mundo. As autoras ainda acrescentam que na pesquisa qualitativa os dados vão surgindo com o desenrolar da pesquisa e o número de casos é relativamente pequeno (p. 297).

As notícias selecionadas para serem utilizadas como objeto da análise foram:

- 1) “Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber”, do Portal G1, o portal de notícias do Grupo Globo;¹⁶
- 2) “Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA”, do Grupo Bandeirantes.¹⁷

A escolha dessas duas matérias se deve ao fato de ambas serem provenientes portais digitais de notícias e gratuitos, ou seja, qualquer usuário com acesso à internet pode ler quantas vezes quiser, sem pagar ou ter que realizar um cadastro. Também foi levado em consideração o fato de que essas notícias foram publicadas em conglomerados midiáticos, que se consolidaram como mídia hegemônica no Brasil. Ambos os grupos construíram uma reputação e têm credibilidade na área de transmissão de notícias.

Para este estudo, foram também acessados outros portais, como o da Folha de São Paulo e do jornal gaúcho Zero Hora, mas dentro desses veículos o acesso às notícias nem sempre é gratuito, sendo condicionados às chamadas “*paywalls*”, ou seja, para acessar o conteúdo é necessário aderir a um plano de assinatura. Por isso, por exemplo, portais com essas características não foram utilizados nesta pesquisa. Buscou-se fontes às quais potencialmente o maior número de pessoas pudesse ter acesso.

Decidiu-se tratar do caso de trabalho análogo à escravidão nas vinícolas devido à sua grande repercussão, tanto nas mídias tradicionais como em discussões nas redes sociais. Esse caso acabou jogando luz ao problema, que

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>

¹⁷ Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/dezenas-de-baianos-resgatados-de-trabalho-escravo-em-vinícolas-no-rs-chegam-a-ba-16585632>

existe no Brasil desde o período colonial e nunca deixou de assombrá-lo: o trabalho escravo. Além disso, as notícias abarcam também as polêmicas respostas dadas oficialmente pelas vinícolas envolvidas no caso.

Depois da denúncia trabalhista na Serra Gaúcha, mais casos de pessoas em condição de trabalho análogo à escravidão foram revelados, dentro e fora do Rio Grande do Sul. Como noticiado pela Agência Brasil em maio de 2023¹⁸, a agência de notícias do governo brasileiro,

Somente neste ano, 1.201 pessoas foram resgatadas de situações análogas à escravidão. [...] Em 2023, ocorreram resgates em 17 das 27 unidades federativas. Dos casos registrados, 87,3% envolviam trabalho rural. Em Goiás, 372 pessoas foram encontradas em situação análoga à escravidão desde o início de janeiro. Em seguida, aparece o Rio Grande do Sul, com 296 casos. Esse número foi impulsionado pela inspeção nos alojamentos disponibilizados pela empresa fênix, empresa terceirizada que era contratada pelas vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, em Bento Gonçalves (RS), onde 207 trabalhadores viviam em condições degradantes. Em março, semanas após a fiscalização, foi assinado um acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) no qual as vinícolas se comprometeram a pagar 7 milhões em indenizações.

Cabe aqui uma notícia da Associação Brasileira de Supermercados, que afirma na própria manchete que “Juntas, Vinícolas Aurora e Garibaldi faturaram cerca de 1 bilhão de reais”.¹⁹ É importante enfatizar que, apesar da grande repercussão do caso, foi difícil encontrar notícias a respeito do que aconteceu. No caso do portal G1, a matéria que compila todo o acontecido só foi encontrada através de *hiperlinks* de matérias noticiando os desdobramentos do caso. A matéria que trata do acontecido no portal, que reúne as principais informações sobre o ocorrido, é a que relata a volta dos trabalhadores resgatados para casa. Matérias do site Uol também foram consideradas para essa pesquisa, todavia a interface do site é extremamente confusa em termos de navegação e busca por assuntos.

A aba do site intitulada “notícias” tem moldes de colunas de opinião, além de não haver uma barra de pesquisa, onde é possível procurar por termos específicos. Não menos pior, o site, apesar de ter uma aba destinada a notícias, reúne matérias sobre o caso abordado na aba “cotidiano”, que traz consigo um

¹⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/mas-de-12-mil-pessoas-foram-resgatadas-de-trabalho-escravo-em-2023>

¹⁹ Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/bebidas/110084/juntas-vincolas-aurora-e-garibaldi-faturaram-cerca-de-1-bilhao-de-reais>

ar de normalização desse assunto dentro do dia a dia, algo corriqueiro. O fato abordado se trata de um crime grave e deve ser tratado como tal. Além disso, essas categorizações, em diferentes abas torna difícil a compreensão e a compilação das informações sobre o caso.

As notícias serão analisadas à luz da Análise Crítica do Discurso, mais especificamente através das lentes de Fairclough (2003) e Van Leeuwen (2008), discorridos anteriormente. Ambos possuem uma abordagem multimodal do estudo do discurso, examinando as dinâmicas de poder e ideologias reproduzidas, desafiadas ou transformadas através do uso da linguagem.

A ACD de Van Leeuwen permite um olhar também para o texto não-verbal, como gestos e a imagem. Olhar para o texto escrito é importante, mas nesse caso as imagens trazem informações complementares aos relatos, como o registro visual das condições às quais os trabalhadores estavam submetidos. O autor observa que

As divisões semióticas do trabalho são historicamente e contextualmente específicas. Em alguns contextos, por exemplo, em muitos domínios da ciência e tecnologia, as informações visuais são tidas como a forma mais completa e explícita de explicar as coisas, e as palavras se tornam complementos, comentários, notas de rodapé, rótulos. Em outros casos... as palavras nos fornecem as informações de que precisamos (se for preciso) as especificações do produto, os endereços onde podemos comprá-lo, o preço. (2008, p. 136)²⁰

Este trabalho se beneficia da análise de componentes visuais dessa teoria, porque as notícias analisadas apresentam em seu corpo registros visuais das condições em que os trabalhadores eram mantidos, muito importantes para complementar o relato e na construção de sentido.

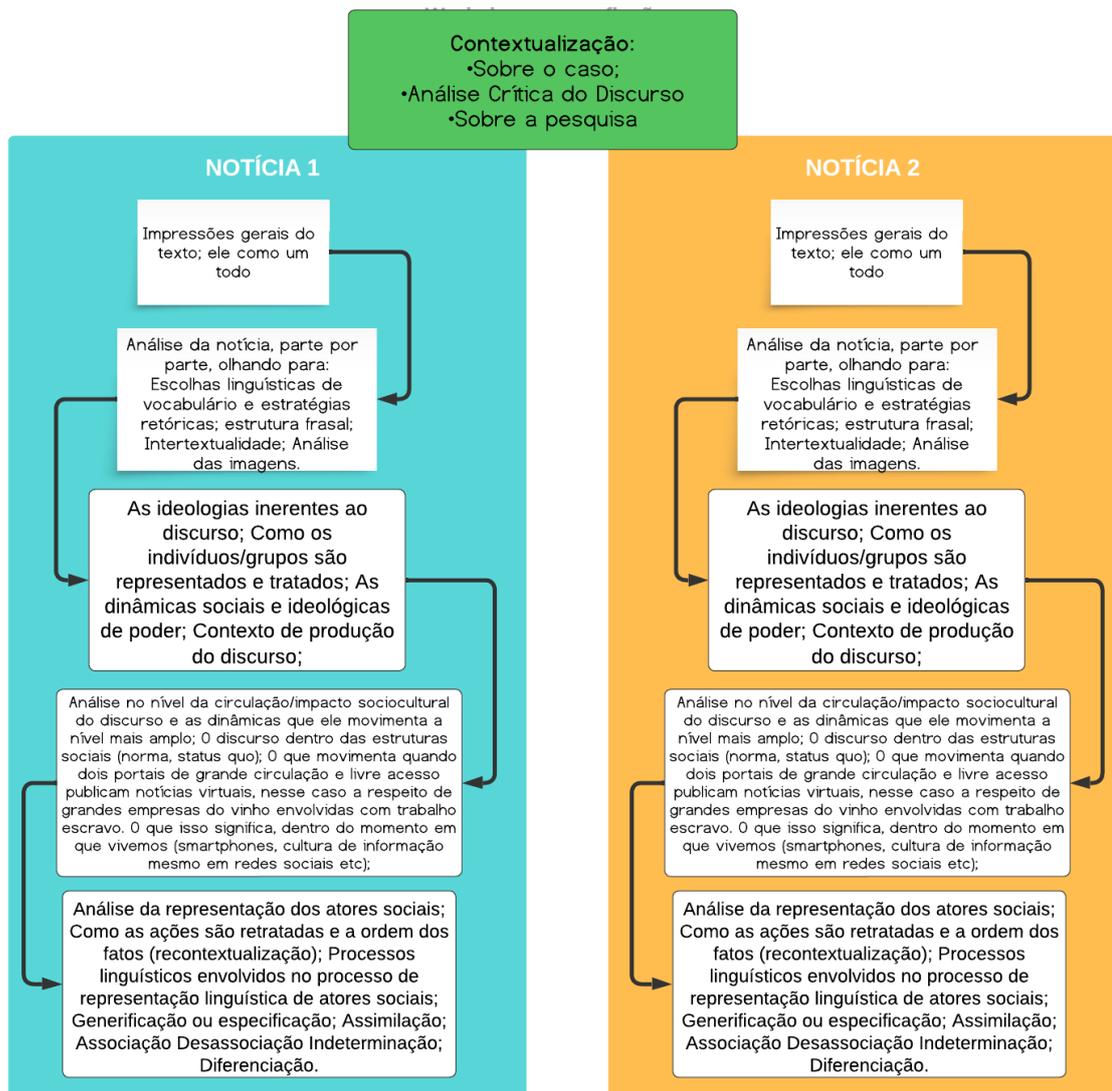
As perspectivas teóricas da ACD de Fairclough (2003) contribuem para analisar o texto de forma mais abrangente, considerando seus aspectos linguísticos em três níveis indissociáveis. A primeira dimensão é a do texto, ou da palavra. Ela ajuda a compreender como os recursos linguísticos são usados para construir significados e transmitir ideologias nas minúcias do texto escrito.

²⁰ Texto original de Van Leeuwen (2008, p. 136): *Semiotic divisions of labor are historically and contextually specific. In some contexts, for instance in many domains of science and technology, visualizations are seen as the most complete and explicit way of explaining things, and words become supplements, comments, footnotes, labels. Elsewhere... the words give us the information we need (if any), the specifications of the product, the addresses where we might buy it, the price.*

É possível também olhar para como ocorre o processo de recontextualização dentro das notícias analisadas, seus fenômenos linguísticos, para aquilo que foi (e não foi) dito, quem é referido por nome, quem é tratado como grupo etc. Na segunda dimensão, a do discurso, considera as intenções comunicativas, ideologias movimentadas e os papéis sociais dos participantes que moldam a interação, ou seja, que olha para as dinâmicas de poder movimentadas pelo discurso. É voltar o olhar para as ideologias implicadas naquilo que foi e não foi dito. Pensar nos porquês das escolhas linguísticas feitas pelos autores. A dimensão de número três é a do social. Esse nível olha para a movimentação causada pelo texto, nesse caso a notícia, como prática social, para o lugar que ocupa uma notícia a respeito de trabalho análogo a escravidão no contexto social atual, como ela repercute e que dinâmicas ela movimenta dentro do social, de uma perspectiva mais ampla.

A soma dessas lentes permite analisar a movimentação causada por uma notícia sobre trabalho análogo à escravidão na Serra Gaúcha no momento sócio-político-cultural vivido atualmente por vários ângulos complementares. Isso torna importante olhar para a cultura tecnológica do atual momento do país e do mundo, onde as redes sociais se tornaram parte quase indispensável no dia a dia e notícias se tornaram parte das redes sociais.

Figura 1 - Esquema da análise metodológica



Fonte: Minha autoria.

Antes de serem analisados em detalhes, os textos das matérias serão olhados como um todo, apresentando as considerações gerais a respeito deles. Em seguida, tem-se as considerações a nível social, da notícia como fato e prática social, e como ela se relaciona com a sociedade em que está localizada a nível regional e nacional. Será pensado na circulação da notícia, refletindo-se sobre os fatores políticos, econômicos e sociais das escolhas lexicais e implicações discursivas identificadas no corpo da matéria. Pensou-se nessa organização porque se acredita que ela contribua para o melhor entendimento partir do todo da notícia para então buscar em partes específicas os fenômenos linguísticos que embasam essas impressões.

Sob este desenho metodológico, a primeira matéria a ser destrinchada será a do Portal G1. Serão feitas considerações a respeito da identidade visual do site e seu funcionamento. Em seguida, será analisada a estrutura geral do texto, a atribuição de papéis sociais aos atores sociais envolvidos e como as práticas sociais foram recontextualizadas no texto que compõe a matéria. Isso será feito tendo como base os processos descritos por Van Leeuwen (2008) e reafirmados por Fairclough (2003)²¹ e percorridos no capítulo anterior. Conforme forem feitos os apontamentos lexicais, concomitantemente, serão feitos os comentários a respeito das implicações a nível discursivo inerentes ao que foi observado no texto.

A segunda notícia analisada é do portal Band Jornalismo, intitulada “Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA”. A análise do segundo texto se dará da mesma forma que o primeiro. Para um melhor fluxo de leitura, capturas de tela dos trechos analisados estarão no corpo do texto.

Por fim, serão tecidos os entrelaces dessas notícias. Após analisá-las de forma separada, será discorrido sobre como ambas se relacionam, tanto em suas semelhanças quanto em suas diferenças. Também será lançado um olhar sobre a importância desses textos e suas reverberações no tecido social.

²¹ A referência usada de Fairclough, para este trabalho, foi sua obra de 2003. Entretanto, sua contribuição para a área data de muito antes. Em 1989, o autor já estudava as relações entre língua e poder, e sua primeira obra focada na ACD é de 1995.

4 ANÁLISE DE DADOS

4.1 Notícias sobre vinícolas e trabalho análogo à escravidão no RS à luz da Análise Crítica do Discurso (ACD)

Neste capítulo, tratar-se das análises, discussões e identificações de características e conteúdos de duas notícias acerca da autuação de trabalho análogo à escravidão para empresa prestadora de serviços a 3 vinícolas gaúchas no início deste ano de 2023. As lentes teórico-metodológicas que aqui são utilizadas foram apresentadas e discutidas no Capítulo 2, especialmente acerca de Van Leeuwen e Fairclough, com a perspectiva da Análise Crítica do Discurso. Além disso, salienta-se que os procedimentos metodológicos foram apresentados anteriormente, no Capítulo 3.

4.2 Contextualização

Em meados de fevereiro de 2023, ocorreram operações de resgate de 207 (duzentas e sete) pessoas mantidas em condição análoga à escravidão na cidade de Bento Gonçalves, na região da Serra, no estado do Rio Grande do Sul. Eles foram “contratados” por uma empresa terceirizada, que prestava serviços às vinícolas Salton, Aurora e Garibaldi, todas fazendo parte de grupos de grande porte e longa história e tradição na produção de sucos e vinhos. A empresa terceirizada se chama Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA, administrada por Pedro Augusto de Oliveira Santana, de 45 anos.

As vítimas, em sua maioria vindas da Bahia, mas também do próprio Rio Grande do Sul, foram atraídas com promessas de boas condições de trabalho, estadia e remuneração acima de três mil reais, mas a situação que encontraram foi bem diferente. Todos as pessoas cooptadas eram homens, que possuíam entre 18 e 27 anos, sendo a maioria de negros e pardos. Esses homens foram trazidos para trabalhar na colheita e transporte da uva no período de safra, entretanto foram enganados quanto às suas condições de trabalho. Segundo relatos das vítimas, a violência começou já durante a viagem de ônibus, na qual sofreram xenofobia. Ao chegar em Bento Gonçalves, foram colocados em um alojamento insalubre, pequeno, sem janelas ou privacidade, onde também

sofreram agressões físicas e psicológicas, além de serem vítimas de agiotagem. Os aliciadores emprestavam dinheiro àqueles que não podiam pagar pela viagem até o Sul, cobrando juros abusivos sobre o empréstimo e usando essa dívida como forma de subjugação.

Essas pessoas foram mantidas em situação precária de hospedagem, higiene e habitação e, como consta na matéria do G1 forçadas a trabalhar das 05h:00min da manhã às 20h:00min, de segunda a sábado, mas também, eventualmente, aos domingos. Recebiam alimentação precária, salário muito abaixo do prometido e não eram autorizados a sair do alojamento, salvo ir até um mercadinho próximo, que vendia produtos básicos a preços abusivos, o que aumentava a dívida contraída dos trabalhadores com os aliciadores. Os trabalhadores ainda eram vítimas de violência física e tortura, levando surras de cassetete, cabos de vassouras e cadeiras, além de socos e chutes, tiros com bala de borracha e jatos de spray de pimenta. Eles também eram eletrocutados com *tasers* e sofriam tortura psicológica, como humilhações e ameaças às famílias dos trabalhadores.

A situação foi descoberta após alguns dos homens mantidos em cativeiro (o número exato varia de fonte para fonte) conseguirem escapar e pedir ajuda. A operação de resgate foi realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Polícia Federal (PF), que verificou as condições insalubres do alojamento onde essas pessoas eram mantidas, identificando também alguns quadros de desnutrição entre os resgatados.

Após a operação, as vítimas foram acolhidas, inicialmente, no ginásio Darcy Pozza, em Bento Gonçalves, até serem encaminhados de volta para suas casas. As passagens de volta foram custeadas pela empresa Fênix. Os trabalhadores vindos da Bahia que expressaram o desejo de voltar ao estado foram encaminhados de volta. A Defensoria Pública da Bahia os recebeu e acolheu, além de fazer a triagem das condições de saúde e também sociais dos homens resgatados, prestando os devidos auxílios.

O caso tomou repercussão por volta do dia 22 de fevereiro de 2023, sendo noticiado e comentado em diversos portais de notícias e também nas redes sociais. Além disso, esse caso acarretou a descoberta de outros casos de

trabalho análogo à escravidão, tanto no Rio Grande do Sul quanto no restante do país.

Antes de seguir para a análise das notícias à luz da Análise Crítica do Discurso, vê-se a importância de sinalizar alguns pontos. Um dos pressupostos basilares da ACD é de que a linguagem não é apenas veículo neutro de comunicação, mas sim um instrumento de veiculação ideológica, que pode ser utilizada para transformar, transmitir e perpetuar estruturas de poder. Essas ideologias podem não estar diretamente expressas, mas sua presença deixa marca nas escolhas lexicais feitas pelo produtor de um discurso, seja escrito, seja falado.

O sujeito para a ACD é social, alguém imerso em contextos ideológicos e sociais complexos, desempenhando um papel ativo e influenciando tanto a produção quanto a compreensão do discurso. Por não existir sujeitos neutros, não há um discurso neutro. Todos temos posições ideológicas, conscientes ou não, que reproduzimos em nosso discurso. Logo, o pesquisador da área também tem uma posição subjetiva e crítica no processo de interpretação e análise. O investigador desempenha um papel ativo e inescapável na interpretação e análise dos discursos em questão e não pode ser neutro. Pelo fato do presente trabalho se tratar de uma monografia, que via de regra é um texto que deve ser escrito de forma acadêmica e científica, é importante enfatizar, de maneira bastante sincera e clara, que as análises foram feitas através do aporte teórico já apresentado no Capítulo 2 e também trazendo as lentes ideológicas deste pesquisador.

Ao analisar as notícias me insiro de duas formas: como leitor, ao discorrer sobre minhas impressões gerais sobre os textos selecionados como objeto de análise e como pesquisador linguista, ao destrinchá-lo sob a ótica dos conceitos de Fairclough, Van Leeuwen, Bakhtin e Gnerre. Isso de forma alguma significa que minha opinião seja mais importante que a sua, ou que deva ser levada como linha de raciocínio “correta”. Meu olhar sobre o texto é inevitável, mas o **seu também é**. Para que meu olhar não influencie o seu, peço que antes de seguir para a minha análise das notícias, você faça a sua leitura dos textos e tire suas próprias impressões. As matérias se encontram nos Anexos, ou nos hiperlinks já apresentados no Capítulo 3. Sugiro que leia os dois textos e tire suas conclusões sobre cada um deles, individualmente e então os compare.

Visto que a ACD é uma área que abraça a multidisciplinaridade, talvez você, caro leitor, não seja um linguista, ou ainda que seja, pode não ter familiaridade com a área. De qualquer forma, todos somos capazes de interpretar um texto, mesmo que em diferentes níveis. Gostaria que você fizesse a leitura do texto das notícias e anotasse suas observações e impressões gerais, baseadas nas suas vivências e seus estudos. Ao desenvolver sua análise você terá um material de contraste para a minha. Isso permite que você identifique onde nossos posicionamentos se aproximam e onde eles divergem. Além disso, seu olhar pode captar elementos e nuances que eu posso não ter observado, o que apenas o deixa mais rico. Não precisa ser algo cientificamente elaborado, faça anotações baseadas naquilo que você já sabe, dentro do que o seu letramento permite.

Caso seja necessário, as seguintes perguntas podem ajudar a desenvolver sua análise. A) Quais são as partes envolvidas na história? B) Que palavras são usadas para se referir a essas partes? C) Que sensações a leitura de cada texto te causou? D) Qual parte da recontextualização desse caso te chamou a atenção e em qual parte do texto isso é informado? E) Quais palavras/expressões usadas no texto te chamaram a atenção, ou te causaram reações/sensações marcantes? F) Tente encontrar de três a cinco adjetivos para descrever suas impressões sobre cada uma das notícias.

No mais, sinta-se livre para ler e se apropriar da sua maneira, de acordo com suas experiências e vivências. Depois desse exercício prossiga com a leitura dessa pesquisa. Primeiro será analisada a notícia do Portal G1 RS e, na sequência, a matéria do portal Band Jornalismo. As análises de cada uma estão divididas em duas: impressões gerais do texto, onde serão percorridas as percepções gerais do autor sobre cada texto, tanto pessoais quanto a análise do texto da matéria enquanto prática social. Na segunda parte o texto será destrinchado em partes e analisado em seus recursos linguísticos, observando as dinâmicas dos processos descritos por Van Leeuwen e Fairclough.

4.3 Análise da notícia do Portal G1 – “Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber”

4.3.1 Impressões gerais

Mesmo não sendo um texto assinado por uma pessoa e, visto as tecnologias disponíveis pode nem ter sido escrito por uma, ainda assim a aprovação do texto passou por alguém. A ideia de *Redação* na autoria da matéria sugere até que tenha passado por, no mínimo, mais de uma pessoa e isso é normal no meio jornalístico. Por trás desse texto há pessoas, que deliberaram sobre escrita e revisão, mas é importante frisar que esses profissionais respondem *a* e *por* um grupo. Nesse caso, o G1 RS é um os braços do Portal G1, que integra o Grupo Globo, maior conglomerado midiático do Brasil e da América Latina.

A impressão é a de um texto foi filtrado ao máximo para informar o mínimo possível. É um texto genérico e pensado para ser dessa forma. É um texto deliberadamente insípido. A leitura desse texto fez com que duas palavras orbitassem o centro da minha mente: *vago* e *raso*. É difícil encontrar formas de descrever a sensação que esse texto me dá porque eu acredito que afirmar que ele *informa* é algo muito forte. Ele traz informações, mas os traz pela obrigação de informar. Essa matéria não faz questão nenhuma de dar profundidade ao que apresenta, escasso em detalhes e com pouco conteúdo. É raso. Um texto que oferece pouco ao leitor propositalmente. O leitor é informado do que aconteceu, mas com poucas dimensões.

Levando em consideração os baixos níveis de letramento do brasileiro registrados no INAF, é importante que um texto jornalístico seja simples e direto. Todavia, é fundamental que, ao simplificar as informações para torná-las acessíveis a um público com baixo nível de letramento, a mensagem essencial sobre a gravidade do assunto não seja perdida. A conscientização e a mobilização pública são essenciais para combater problemas como o trabalho análogo à escravidão, e encontrar maneiras eficazes de transmitir a gravidade do problema é uma parte crucial desse processo.

O texto jornalístico, além de um papel informativo, possui também um caráter social. Uma notícia tem um grande potencial de transformação social, mas é limitada pelos interesses econômicos dos grupos que as veiculam. A exposição pública de problemas sociais como o trabalho análogo à escravidão pode mobilizar indivíduos, organizações e autoridades a adotar medidas para abordar a questão em profundidade, o que, por sua vez, pode levar a investigações mais detalhadas e medidas mais sérias de combate a esse crime.

Não podemos esquecer que se trata de uma notícia a respeito de pessoas sendo tratadas como escravas 135 anos após a abolição da escravatura.

Porém, escrever uma notícia com afirmações contundentes sobre um crime relacionado às vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, empresas de grande poder financeiro, seria economicamente desafiador para o grupo G1 RS devido às relações comerciais mantidas entre os grupos. Fairclough (2003) coloca que "Gêneros de governança incluem gêneros promocionais, que têm o propósito de 'vender' produtos, marcas, organizações ou indivíduos." (p. 33) Ou seja, ele coloca as relações de mercado como tendo poder sobre as condutas de outras práticas sociais. Isso se alinha com a visão marxista de Bakhtin (1929), onde as relações de poder são inerentes à organização da sociedade capitalista e desempenham um papel fundamental na exploração econômica e na manutenção da desigualdade. A natureza da relação entre um conglomerado midiático e empresas de grande porte tem papel central nas decisões da redação porque também se trata de uma relação comercial. Uma notícia negativa poderia prejudicar essas relações comerciais, resultando na perda de anunciantes valiosos e, conseqüentemente, em uma redução nas receitas de publicidade. Além disso, o setor de vinícolas tem papel significativo na economia local no Rio Grande do Sul, e notícias adversas sobre empresas-chave desse setor podem ter um impacto negativo mais amplo, incluindo a possibilidade de reações negativas dos leitores. Portanto, o tom moderado dessa notícia é uma série de tomadas de decisões cuidadosas, necessária para equilibrar os interesses jornalísticos e econômicos.

Como as questões econômicas tem papel central na forma em que o caso será abordado, vê-se a importância de discorrer sobre a relação do estado com o vinho. Rio Grande do Sul é um dos principais estados produtores de vinho no Brasil e tem uma tradição vitivinícola sólida que remonta ao século XIX. A região da Serra Gaúcha, em particular, é famosa por suas vinícolas e vinhedos, e é responsável por uma parcela significativa da produção nacional de vinho. Ela gera empregos diretos e indiretos, em áreas como agricultura, enologia, turismo, comércio etc. A viticultura é um pilar importante do turismo na região, com muitas vinícolas oferecendo visitas guiadas, degustações de vinho e eventos relacionados.

Segundo Manfroi *et al.*²², que consta do Repositório de Informação Tecnológica da Embrapa, a história da cultura da uva no Rio Grande do Sul aconteceu em diversos momentos diferentes, com focos em diferentes lugares do estado. O primeiro registro da viticultura vem com o padre Jesuíta chamado Roque Gonzáles, que introduziu a planta na região das Missões, em 1626. Por questões climáticas e geográficas, além dos confrontos com os Bandeirantes, as videiras na região não prosperaram. Mais tarde, por volta de 1732, um novo movimento do cultivo da planta cresceu no estado, mas dessa vez no litoral. Por conta do clima, as videiras também não vingaram.

A terceira leva de cultivo da uva veio com a colonização alemã, por volta de 1824. Segundo Manfroi *et al.* (2022),

Desde o início da colonização alemã até a chegada dos imigrantes italianos na Serra Gaúcha, a videira foi cultivada pelos alemães, primeiramente na região onde hoje se localizam São Leopoldo e Novo Hamburgo, sendo depois levada até Montenegro, São Sebastião do Caí, Portão, Feliz, Bom Princípio e outras localidades. (MANFROI *et al.*, 2022, p. 148)

Mesmo não tendo o resultado esperado, do ponto de vista econômico, é importante frisar que o cultivo da uva antecede a colonização italiana e a Serra. A prosperidade no cultivo da uva e produção do vinho aconteceu com os colonos italianos. Esses imigrantes possuíam não só conhecimento mais avançado sobre, mas também a cultura do consumo da uva. Manfroi (2022) coloca que

O vinho inicialmente elaborado para consumo familiar, logo gerou excedente que passou a ser comercializado em outros centros, o que deu a perspectiva comercial e monetária aos pequenos produtores rurais, que passaram a enxergar a vitivinicultura além das fronteiras de suas colônias e comunidades. (MANFROI *et al.*, p. 148)

Com o tempo, essa cultura apenas cresceu, recebendo investimentos do governo e de grandes empresas internacionais da área, como a Chandon. Os autores pontuam que

Se para o Brasil a vitivinicultura apresenta pouca importância socioeconômica, na Serra Gaúcha este setor foi responsável por grande aporte de acúmulo de capital, em especial no início de sua formação, e contribui, ainda hoje, com o desenvolvimento industrial e a pujança regional. (MANFROI *et al.*, 2022, p. 148)

²² Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1144030>.

O Rio Grande do Sul é um dos pilares da cultura do vinho no país e as vinícolas envolvidas nas denúncias, como já dito anteriormente, ocupam um papel central e de destaque dentro desse cenário. Portanto, há muito poder em jogo para esse assunto ser tratado de qualquer forma por essas companhias. Seus posicionamentos foram pensados visando minimizar a participação delas mesmas nessa história e os textos escritos refletem bem isso.

Manfroi *et al.*, destacam a importância da cidade de Bento Gonçalves, atualmente, para a vitivinicultura. Os autores apontam que

Bento Gonçalves é conhecida, há algumas décadas, como a Capital Brasileira do Vinho. O município se caracteriza nos tempos atuais, por ter uma proporção de cultivares *Vitis vinífera* acima da média regional, e, por isso, se destaca na produção de vinhos finos e espumantes. Apresenta uma agroindústria constituída de empresas de grande porte, além de dezenas de cantinas de médio e pequeno porte, e produtores familiares, refletindo numa especialização por elaborar vinhos finos. Além disso, possui a maior empresa concentradora de sucos da região. (MANFROI *et al.*, 2022, p. 148)

Portanto, quando falamos de um caso de trabalho análogo à escravidão em Bento Gonçalves, estamos falando de um crime cometido no cerne da cultura da uva no Rio Grande do Sul e no país. As acusações investigadas atingem um ponto chave, vital, para a produção e distribuição de vinhos, tanto nacional quanto internacionalmente.

É importante olhar para o tempo e lembrar que a notícia do Portal G1 RS foi ao ar logo do caso de trabalho análogo à escravidão vir à tona. A escolha da manchete *o que se sabe e o que se falta saber* remete a ideia de um processo, de um processo de apuração de informações ainda em andamento. Entretanto, o texto foi atualizado pela última vez no dia 27 de fevereiro, cerca de cinco dias após a descoberta do caso, quando já se tinha mais detalhes sobre a situação. Isso se evidencia no fato de o próprio portal ter postado outras matérias dando detalhes sobre o caso, anteriormente ao dia 27 de fevereiro. Ou seja, detalhes importantes do que aconteceu estão espalhados por diversas matérias, que estão presentes no texto como hiperlinks. Muitos detalhes importantes foram deixados de fora do texto que compõe a matéria *o que se sabe e o que se falta saber*. Para ter um bom entendimento do acontecido é preciso ler, ao menos três matérias diferentes, do mesmo portal. Compilar as informações do acontecido

exigiu de mim, como autor dessa pesquisa, pular de link em link e, num geral, reler as mesmas informações para encontrar um e outro detalhe a mais.

4.4 Análise da matéria

A matéria analisada nesta sessão²³ (Anexo 1) foi publicada pouco tempo depois de o caso vir à tona. Pelas informações disponíveis só é possível verificar a data da atualização. O texto não é assinado individualmente por um/a jornalista, mas como “Redação, g1 RS” (Figura X). A redação de um jornal é o setor o qual jornalistas e editores trabalham na produção do conteúdo jornalístico; é o coração de um jornal. Ao não individualizar o autor da matéria, ocorre o processo de assimilação, no qual o indivíduo é incorporado a um grupo, um elemento mais genérico. Também é possível observar o processo de indeterminação, visto que o autor do texto é mantido em anonimato. Observando-se outras matérias do portal G1, nota-se que não há uma padronização quando se trata da autoria dos textos: alguns são assinados por indivíduos enquanto outros recebem uma “autoria coletiva”. Não é sabido ao certo quais são os critérios usados para determinar essa decisão, mas assinar um texto de forma que o/a autor/a se mantenha anônimo não é algo feito por acaso. É possível, todavia, levantar algumas hipóteses a respeito.

²³ Disponível em: [<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>]. Acesso em: 15 mai. 2023.

Figura 2 - Interface do cabeçalho da notícia no G1 - RS

g1 RIO GRANDE DO SUL **rbstv**

Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber

Os 207 pessoas foram contratados por uma empresa que oferecia a mão de obra para vinícolas da região, durante a colheita da uva. Eles eram mantidos "em situação degradante", sob ameaça e agredidos com choques elétricos e spray de pimenta, além de sofrerem espancamentos.

Por Redação, g1 RS
27/02/2023 10h01 · Atualizado há 7 meses

[f](#) [w](#) [s](#)

Fonte: G1- RS

O texto trata de um tema bastante delicado, envolvendo empresas vinícolas de grande poder e influência, a nível regional e também nacional. Assinar um texto assim pode culminar em receber algum tipo de perseguição por parte de alguns superiores, ou uma exposição que pode gerar repercussão negativa, de alguma forma. Após a leitura da matéria, também surgiu a hipótese de ninguém querer ter seu nome, enquanto jornalista, associado ao texto devido à sua qualidade. Não cabe aqui a qualificação de bom ou ruim ao texto, mas ele, definitivamente, não é claro e enfático ao noticiar um fato de tamanha gravidade, muito pelo contrário: a forma como são relatados os fatos informam os acontecidos sem se aprofundar muito, como se tentasse reduzir a gravidade dos fatos. É um texto brando, com escolhas lexicais que parecem diluir a gravidade da situação.

Já na manchete, as pessoas em situação análoga à escravidão são tratadas pelo substantivo “trabalhadores”, o que se repete no decorrer da matéria. Há mais sobre isso no decorrer do texto, mas desde já é possível afirmar que esse uso se trata do que Van Leeuwen chama de repetição. A manchete também apresenta a situação em que as pessoas foram encontradas como “situação de escravidão”, e não “situação/trabalho análogo à escravidão”, que é mais comum no corpo do texto. Na *lead* da matéria, ou seja, o texto-síntese que

segue a manchete, é possível encontrar um erro de concordância. No início do texto é possível ler “Os 207 pessoas”, seguido do texto escrito no masculino, o que dá a entender que “pessoas” está substituindo um substantivo masculino, possivelmente “trabalhadores” para evitar a repetição do termo, que já abre o título da matéria. No texto da *lead* os atores sociais “trabalhadores” recebem um papel passivo nos acontecimentos, como marcados pelas locuções verbais *foram contratados e eram mantidos*, assim como nos verbos que introduzem os castigos físicos dos quais eles eram vítimas.

Antes de seguir, cabe uma reflexão que permeia todo o texto e que deixa clara a diferença entre uma prática social e a representação de uma prática social. No Brasil, o trabalho escravo foi formalmente abolido em 1888, declarando que nenhum ser humano poderia ser dono de outro. Depois disso o país ainda fez parte de diversos tratados internacionais, que se comprometem com o combate ao trabalho escravo. Tecnicamente, o trabalho escravo, como conhecido no período do Brasil Colônia não existe. Por isso, o termo “escravo” ou “trabalho escravo” não pode ser usado e daí vem o uso do termo “trabalho análogo à escravidão”, ou seja, algo similar: como a prática da escravidão “não existe” oficialmente, o que se pode haver é algo que se aproxime das condições de escravo. O artigo 149 do Código Penal (1940)²⁴, que foi atualizado pela Lei 10.803 (2003)²⁵, define e penaliza o trabalho análogo à escravidão da seguinte forma:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Código Penal, 2017, p. 60)

O Código Penal se encaixa no que Fairclough (2003) chama de gêneros de dominância, ou seja, um gênero textual que se ocupa de ditar o funcionamento de outras práticas sociais. É um texto que dita como outras

²⁴ Código Penal disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

²⁵ Lei 10.803/2003 disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm#art149

peças devem se comportar para estar de acordo com a lei. Entretanto, a lei também dita que alguém sujeito a tais condições degradantes de trabalho não pode ser chamado de escravo. Considerando que o Brasil também possui a Consolidação dos Direitos Trabalhistas²⁶, que traça os direitos que um trabalhador deve ter, é apropriado chamar pessoas em situação análoga à escravidão de trabalhadores? Pode-se dizer que sim, visto que eles desempenhavam um trabalho, mas é importante ressaltar que a Consolidação das Leis Trabalhistas surgiu para regulamentar as práticas trabalhistas no país, para trazer dignidade ao trabalhador, com a determinação de um salário mínimo e limite para a carga horária de trabalho, por exemplo. Ter uma legislação trabalhista também evoca uma ideia de formalidade, de dignidade. As pessoas mencionadas na notícia, as quais foram usadas para o trabalho na colheita da uva, não tinham acesso a esses direitos, mas mesmo assim podem ser chamadas de trabalhadores. Observando os relatos de tudo o que aconteceu com essas pessoas, seria possível referir-se a elas como “vítimas”, por exemplo, mas esse termo também implica que há culpados, que há algozes, coisa que o(s) autor(es) do texto buscam se eximir de afirmar.

No caso dessa notícia, “trabalhadores” é um termo genérico para designar as pessoas mantidas em situação degradante, sujeitos a humilhações, cárcere e violência física e psicológica, mas também é aplicado a outras pessoas, como uma mulher que atuava na empresa responsável pela cooptação dessas pessoas.

Figura 3 - Interface do primeiro parágrafo da notícia no G1 - RS

Mais de 200 trabalhadores foram resgatados de um alojamento em **Bento Gonçalves**, na Serra do Rio Grande do Sul, onde eram submetidos a "condições degradantes" e trabalho análogo à escravidão durante a colheita da uva. Eles foram contratados por uma empresa que oferecia a mão de obra para as vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi, Salton e produtores rurais da região. O alojamento ficava no Bairro Borgo, a cerca de 15 km dos vinhedos do município.

Fonte: G1-RS

²⁶ A Consolidação dos Direitos Trabalhistas pode se lida na íntegra neste link: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf.

Nesse primeiro parágrafo da notícia, repete-se o uso do verbo “resgatar”, que aparece já na manchete da matéria. Esse verbo evoca a ideia de salvamento, de libertação; nesse caso, de alguém retirado de uma situação insalubre. Usar “resgate” junto da ideia de “trabalho” pode funcionar em um contexto jocoso, no qual há ironia, o que não é o caso aqui. Pode-se fazer piadas sobre ser resgatado ao fim de um dia de trabalho, mas associar as duas ideias em uma matéria jornalística, que se pressupõe ser um texto formal, que circula entre as massas e forma opiniões é, no mínimo, estranho. Essa é uma associação recorrente no texto da matéria. O uso de “contratados” também traz essa ideia de algo formalizado, que faz sentido aparecer junto de “trabalho”, mas destoa de “resgate”. “Contratados”, nesse caso, poderia ser substituído por “aliciados”, “persuadidos”, “enganados”, “induzidos” ou “cooptados”, por exemplo.

Outro aspecto que se repete é o uso de “condições degradantes” entre aspas no corpo do texto. A *lead* traz “em situação degradante”, mas ambas ocorrências apresentam o mesmo sentido. O termo “condições degradantes” aparece no artigo 149 do Código Penal e na sua atualização na Lei 10.803/2003, que define o que caracteriza trabalho análogo à escravidão, mas nenhuma dessas legislações é referenciada diretamente no texto. Afirmar diretamente, sem aspas, que as vítimas eram submetidas a condições degradantes é imputar um crime àqueles que os mantinham em tal situação. Pode-se observar também que “condições degradantes” vem somado à ideia de trabalho análogo à escravidão através da conjunção “e”, como se fossem duas coisas separadas, mas, como visto no artigo 149, a primeira faz parte da descrição da segunda. É como se os membros da redação não quisessem afirmar enfaticamente que as condições dessas pessoas eram degradantes. É quase como se não concordassem e apenas reproduzissem o que foi dito a respeito da situação em que as vítimas foram encontradas.

O destaque em rosa, no próprio corpo da notícia on-line, foi feito pela Redação do G1 RS, enfatizando que as pessoas foram “contratadas” por uma empresa terceirizada, que prestava serviço às vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, três das maiores indústrias da área da viticultura e produção de vinhos. É destacado nesse trecho que a responsabilidade direta não é das vinícolas, já buscando atenuar a participação delas no ocorrido. Bakhtin (1929), Van

Leeuwen (2008), Fairclough (2003) e Gnerre (1991) discorrem sobre a relação entre capital e poder. Van Leeuwen e Fairclough ainda tratam do papel estratégico da mídia dentro da manutenção desse poder. O impacto de um caso de trabalho análogo a escravidão desse porte para essas empresas significa um impacto no lucro obtido, um impacto na reputação da marca. O impacto do texto da matéria do G1 RS é construído de forma a relativizar o papel das vinícolas nessa denúncia e informa o público de forma amena sobre o que aconteceu, destacando o papel da empresa terceirizada Fênix e lhe atribuindo a maior parte da responsabilidade. O recorte da Figura 3 ainda apresenta a informação de que outros produtores da região estão envolvidos no caso, além de comentar sobre o local onde as pessoas eram mantidas em cativeiro.

O texto segue com uma correção, algo comum em textos de notícia em formato digital. Como comentado anteriormente, as notícias no meio digital possuem um caráter mais veloz e imediato, menos acurado, do que um texto impresso. Desse modo, o texto digital, muitas vezes, passa por menos revisão e as informações compartilhadas passam por menos verificação, o que é perigoso, visto o potencial para espalhar desinformação ou informações equivocadas. Nesse caso, a correção foi a respeito do nome da empresa responsável pelos cooptações, uma informação fundamental para a compreensão do acontecido e seus desdobramentos.

Seguindo o texto, destaca-se este trecho:

Figura 4 - Interface do segundo parágrafo da notícia no G1 - RS

A maioria viajou da Bahia para o RS. Surpreendidos com as condições de trabalho no Sul do Brasil, tentaram ir embora, **mas foram ameaçados e espancados.**

Fonte: G1-RS

Esse trecho traz deleções (VAN LEEUWEN, 2008) grotescas a respeito do que houve com as pessoas trazidas para trabalho análogo à escravidão. Toda a situação é reduzida aos seguintes acontecimentos: viagem da Bahia ao RS > surpresa com as condições de trabalho > tentativa de ir embora > ameaças e castigos físicos. Não é detalhado o que acontece antes da viagem, como os homens se deram conta da situação em que se encontravam e como tentaram

fugir dela. Ademais, a notícia desdobra a gravidade das ameaças e das agressões. Os executores dos castigos também passam pelo processo de deleção, não sendo mencionados diretamente em parte alguma do texto. É possível saber que houve um agressor porque é dito que as vítimas foram agredidas. Nem spray de pimenta, nem paus e muito menos dispositivos de eletrocussão se manuseiam sozinhos. Esse trecho apresenta informações gravíssimas de uma forma apenas pincelada, sem fazer questão de dar atenção ao sofrimento das vítimas dessa história. São acusações muito graves apresentadas em três linhas.

Mesmo que se tratasse de um texto a respeito de um fato recém descoberto, houve, em algum momento, a coleta de mais informações a respeito das violências sofridas pelos homens em situação de escravidão. Mesmo que, de acordo com a legislação vigente o adequado seja usar o termo “trabalho análogo à escravidão”, é importante observar que, na prática, a diferença é quase inexistente. A palavra “análogo” nesse contexto significa algo similar, mas não exatamente igual. Isso faz sentido dentro da burocracia jurídica, mas quando se observa na prática, que diferença faz? É a mesma dinâmica de poder, de opressor e oprimido, que permitem que situações tão semelhantes ainda aconteçam. Na prática, não existe algo “análogo a um chute”, ou “análogo a um choque elétrico”, muito menos algo “análogo à tortura psicológica”. A violência, o racismo e o ódio envolvidos nesse caso são os mesmos da época do Brasil Colônia. É a mesma ideologia colonialista de que você pode subjugar alguém, um ser humano, prendê-lo e forçá-lo a trabalho exaustivo usando de violência. Novamente, abolir formalmente uma prática na lei não apaga seus praticantes e nem a erradica da realidade, muito menos os ideais que a legitimam. A ideologia escravagista parece ainda viver e prosperar, vide a quantidade de casos dessa mesma ordem descobertos somente neste ano de 2023. A assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 1888 foi um marco histórico muito importante, porém deixa a impressão de que serviu também para blindar o trabalho escravo de forma direta, adequada para quem dele se beneficia.

Dizer que essas pessoas, vindas da Bahia, “se surpreenderam com as condições de trabalho no Sul do Brasil”, traz resquícios do discurso xenofóbico que afirma que o povo nordestino é preguiçoso, implicando que no Sul as condições de trabalho são dessa forma, que não os agradou, portanto quiseram

ir embora. Essas pessoas foram enganadas, trazidas para longe de suas famílias (que eram usadas como chantagem emocional), se depararam com um alojamento análogo a um cativeiro, submetidos a quinze horas de trabalho braçal todos os dias, má alimentação e castigos físicos cruéis e traumas psicológicos. É assim que estão retratadas as condições de trabalho no Sul do Brasil. Com tudo isso, a escolha do jornal foi resumir a situação em três linhas, nas quais os únicos atores sociais mencionados são os próprios trabalhadores. Eles vieram, não gostaram do que viram, quiseram ir embora e foram impedidos com violência. Não é dito quem os impediu de “ir embora”, nem o que exatamente lhes “surpreendeu” nas condições de trabalho.

Note que o texto da matéria, tanto da *lead* como do primeiro parágrafo, coloca “situação degradante” e “condições degradantes” entre aspas. Em uma notícia jornalística, as aspas duplas em um texto podem ter diversas funções: indicar uma citação direta, algo sendo dito de forma não literal, presença de sarcasmo ou ironia, um estrangeirismo ou neologismo etc. O Artigo 149 (Código Penal e Lei 10.803/2003) que trata do crime de trabalho análogo à escravidão, citado anteriormente nessa pesquisa, traz em seu texto “condições degradantes de trabalho” *ad verbum*. Não há referência ao código penal em momento algum do texto da notícia, o que indica que essa expressão vem de outro lugar: as alegações das vítimas. Entretanto, mesmo que não apareça explicitamente, há implícito no texto o conhecimento da lei. O uso direto da expressão “condições degradantes”, sem aspas poderia ser interpretada como imputação de crime, uma acusação. Visto a tendência dos autores da matéria, a “Redação”, de esquivar-se da responsabilidade, pode-se entender que o uso da expressão entre aspas em seu texto tenha um sentido de “foi o que *eles* (as vítimas) disseram”. Ou seja, o jornal apenas estaria reproduzindo a acusação feita pelas vítimas. O termo “vítima” também não é usado na matéria para se referir aos trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão porque haver vítimas implica que houve crime. Recordando, na matéria essas pessoas são chamadas de “trabalhadores”.

É importante olhar para o momento em que foi ao ar essa notícia. Mesmo sem uma noção precisa, pode-se observar que essa notícia saiu enquanto os fatos ainda eram apurados. A própria manchete da matéria fala em “o que se sabe e o que se falta saber”, implicando que a história ainda se desenrolava e

os fatos estavam em processo de apuração e investigação. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, garante o direito à não culpabilização de alguém até que se tramite o caso judicialmente. No inciso LVII, observa-se que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Isso favorece a escolha de posicionamento do G1, que evita a todo custo fazer afirmações contundentes contra as vinícolas. Afiramar, sob um ponto de vista jurídico, poderia significar acusar. Pode-se observar desse modo que o gênero de dominância legislativa influenciou a prática da escrita do texto analisado. Segundo Fairclough (2003), gêneros de governança, de maneira mais geral, têm a propriedade de conectar diferentes escalas, ligando o local e o particular ao nível nacional/regional/global e ao geral. A constituição de um país, de forma indireta, dita também o que pode ser dito e o que é bom que se evite dizer, por ser passível de consequências legais. Novamente, observa-se a característica dos gêneros de governança nesse aspecto, quando uma normativa geral e mais ampla media, à distância, como se dá a prática jornalística de noticiar um fato.

O texto segue apresentando as (não) consequências aos responsáveis pelo crime.

Figura 5 - Interface do trecho seguinte da notícia no G1 - RS

O administrador da empresa chegou a ser preso pela polícia, mas pagou fiança e foi solto. As vinícolas que faziam uso da mão de obra análoga à escravidão **devem ser responsabilizadas**, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A maioria dos trabalhadores resgatados chegou à Bahia nesta segunda-feira (27). Os demais optaram por permanecer no RS.

Fonte G1-RS

As frases em vermelho são hiperlinks e criam intertextualidade com outras matérias sobre o caso, as quais recontam a situação de forma bem semelhante à notícia analisada, acrescentando poucas informações novas. O dono da empresa terceirizada chegou a ser preso, mas pagou R\$ 40.000,00 em fiança e foi liberado. A fiança muito provavelmente, foi paga com o dinheiro que ele ganhou através da venda de trabalho escravo. No caso do desenrolar dessa situação, as vinícolas que, na época, *poderiam* ser responsabilizadas, de fato o

foram. As vinícolas, que juntas lucraram 756 milhões de reais em 2022, foram condenadas a pagar uma indenização de 7 milhões de reais às vítimas do trabalho análogo à escravidão. Um acordo jurídico foi fechado, mas se a justiça foi feita, de fato, é uma questão subjetiva.

O texto da notícia está dividido em sete tópicos, todos questionamentos, mas apenas um marcado com o ponto de interrogação. O vermelho característico dos hiperlinks no site G1 não redireciona para uma nova página; tem função parecida com a de um sumário eletrônico.

Figura 6 - Apresentação dos 7 tópicos na notícia do G1-RS

- 1. Como o caso foi descoberto**
- 2. Como a empresa operava**
- 3. O que foi descoberto na investigação**
- 4. Alguém foi preso?**
- 5. Para onde os trabalhadores foram levados**
- 6. Quem vai pagar os direitos dos trabalhadores**
- 7. O que dizem as empresas envolvidas**

Fonte G1-RS

O primeiro trecho é intitulado “como o caso foi descoberto” e possui três parágrafos, contendo um hiperlink de uma matéria já citada da mesma forma anteriormente. No segundo parágrafo, há um trecho destacado em rosa, que marca justamente a informação central desse subtítulo. O trecho também dá uma informação nova, revelando a participação de outras entidades envolvidas na operação de resgate.

Figura 7 - Tópico 1 da notícia do G1-RS

1. Como o caso foi descoberto

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) resgatou, na noite quarta-feira (22), **207 trabalhadores em situação análoga à escravidão** em Bento Gonçalves, na Serra. O alojamento ficava no Bairro Borgo, a cerca de 15 km dos vinhedos do município.

A operação foi realizada pela PRF, pelo MTE e pela Polícia Federal (PF) após **três trabalhadores procurarem a PRF em Caxias do Sul dizendo que tinham fugido de um alojamento em que eram mantidos contra sua vontade**. No local, os trabalhadores foram encontrados "em situação degradante".

Os trabalhadores resgatados receberam acolhimento no ginásio Darcy Pozza, em Bento Gonçalves, na quinta-feira (23), até que pudessem voltar para casa.

Fonte: G1-RS

O segundo parágrafo do texto acima dá destaque aos órgãos envolvidos na operação e no papel central da PRF, citada duas vezes, na ação. As vítimas são sempre agrupadas sob o substantivo “trabalhadores” e não recebem muito destaque na recontextualização da história em que têm papel central. É atribuído a essas pessoas um papel ativo somente quando se relata acerca da fuga para pedir socorro, mas voltam a ser apresentados de forma passiva nas demais partes da notícia, sendo vítimas da “situação degradante” e beneficiários do resgate e acolhimento.

No final do segundo parágrafo, a participação dos órgãos governamentais sofre uma deleção. É dito que os trabalhadores foram encontrados, mas omite quem os encontrou e de que forma. O texto pula da prática “pedido de socorro” para a “constatação da situação degradante do local”, mas não especifica linguisticamente quem verificou a informação, que nesse caso foi alguma das polícias do RS. Não é dito quantos oficiais e nem de que forças, de modo que os policiais são referidos pela sua categoria. Policiais, ainda, são associados a uma figura do cumprimento da lei, figuras que possuem autoridade e cujo julgamento tem grande peso. Não é retomado o envolvimento da polícia no papel de confirmar as denúncias dos trabalhadores. Escrever, por exemplo, que figuras oficiais foram até o local e verificaram as alegações dos trabalhadores como

verdadeiras traz mais ênfase ao acontecido; se a polícia interveio, houve evidências de crime. E mesmo com essa evidência, situação degradante é expresso entre aspas. Não há ênfase no crime, nem em que o descobriu e muito menos nas vítimas. Novamente, a impressão que se tem é de um texto que não tem esforço nenhum para informar, ou que se esforça muito para informar o mínimo possível.

A imagem presente nesse trecho dá uma outra dimensão ao caso.

Figura 8 - Foto presente no primeiro tópico



Trabalhadores ficaram em ginásio de Bento Gonçalves — Foto: Divulgação/MPT

Fonte: G1-RS

Em sua maioria, as imagens presentes na matéria são registros do lugar onde as vítimas eram mantidas. Nessa imagem, que antecede o primeiro tópico, o registro é das pessoas já acolhidas no ginásio da cidade. É possível ver uma quadra poliesportiva cheia de colchões e pertences. A foto põe em perspectiva que é possível encher um ginásio com o número de pessoas resgatadas em apenas uma operação policial. Trata-se de duzentos e sete sujeitos, duzentas e dezessete vidas marcadas por essa violência. O empresário responsável por esse crime pagou fiança com o dinheiro que conseguiu explorando o sofrimento de duzentas e sete pessoas, e foi liberado. A foto no ginásio remete às de acolhimento em tragédias decorrentes de eventos de desastres climáticos, como inundações e deslizamentos. É um relato visual que apresenta a profundidade da qual o texto escrito se esquia.

O trecho seguinte, referente a como funcionava o esquema da empresa, apresenta as promessas usadas para enganar as vítimas, discorridas na sessão em que é apresentada a situação noticiada. Chama a atenção nesse trecho que os trabalhadores são referenciados diretamente apenas duas vezes nos quatro parágrafos que compõem o texto: na primeira e na última frase. A maior parte do corpo do texto é composto por discurso indireto, no qual os autores apresentam a fala dos trabalhadores escravizados. Para isso são escolhidas formas verbais que ocultam o sujeito, enfatizando as informações relatadas por eles, mas ocultando-os no verbo e retomando-os, vez ou outra, com o pronome *e/les*.

Figura 9 - Tópico 2 da notícia do G1-RS

2. Como era o esquema da empresa

A maioria dos trabalhadores teria vindo da Bahia para trabalhar na colheita da uva, com promessas de salários superiores a R\$ 3 mil, além de acomodação e alimentação.

No entanto, eles contaram ao MTE que eram obrigados a trabalhar diariamente das 5h às 20h, sem pausas, e com folgas apenas aos sábados — embora fossem forçados a assinar no ponto que folgavam também aos domingos.

Eles ainda disseram que representantes da Fênix ofereciam a eles comida estragada, que só podiam comprar produtos em um mercadinho perto do alojamento, com preços superfaturados, e que o valor gasto era descontado do salário, o que fazia com que os trabalhadores acabassem o mês devendo, pois o consumo superava o valor da remuneração.

Afirmaram, ainda, que eram impedidos de sair do local e que, se quisessem sair, teriam que pagar a suposta "dívida". Também, que os empregadores ameaçavam seus familiares. Os trabalhadores também disseram que eram espancados, **além de sofreram agressões com choques elétricos e spray de pimenta.**

Fonte: G1-RS

Há um trecho destacado em rosa, que informa sobre a rotina de trabalho de quinze horas diárias, seis dias por semana. Essa informação, no processo de recontextualização dos fatos, é dada antes das informações a respeito da nutrição dos trabalhadores: lhes era dado comida estragada e a única fonte alternativa de conseguir alimento era um mercado de valores superfaturados, que agia em conjunto ou pertencia aos próprios criminosos.

Nesse trecho é possível perceber um processo de *backgrounding*, onde a presença dos trabalhadores sujeitados ao trabalho análogo à escravidão é esmaecida. São mencionados diretamente três vezes, no início do primeiro parágrafo, no penúltimo e ao final do último. No restante do texto ficam referidos através do pronome *eles* e ocultos no verbo *afirmaram*. Nesse trecho é evitado ao máximo referir-se a quem está apresentando as queixas, tentando minimizar a presença das pessoas que sofreram dos abusos apresentados. Os períodos são longos, construídos de orações subordinadas, marcado por referências elipsadas ao sujeito. O terceiro parágrafo do trecho destacado acima é apenas um longo período, tornando-o um pouco confuso.

Em outra notícia²⁷, é revelado que nesse mercado um saco de feijão chegava a custar vinte reais e um de pão, dez. Esse trecho está revelando que as vítimas eram forçadas a trabalhar quinze horas de trabalho braçal estando mal nutridas, tudo isso enquanto sofriam agressões físicas e psicológicas gravíssimas.

O tempo em que ficaram nessas condições foi de quase dois meses. Essas práticas sociais e não ocorreram em uma ordem específica: primeiro trabalhavam, depois eram agredidos, aí mal alimentados etc. Essas práticas faziam parte de um ciclo, uma rotina de violência. Tudo que foi relatado ocorreu dentro do espaço de tempo de quase dois meses de forma simultânea e alternada. Para recontextualizar a prática, os autores da matéria precisam colocá-las num texto linear, relatando uma informação após a outra, como se houvesse uma cronologia. Nesse caso, primeiro é relatado sobre as falsas promessas, para então se mencionar a rotina abusiva de trabalho. Na sequência, apresenta-se as informações sobre a alimentação e sobre como essas pessoas eram extorquidas financeiramente. O último parágrafo comenta a violência sofrida pelas vítimas. Quando é para retomar as alegações de violência física, os genericados “trabalhadores” são mencionados novamente, deixando explícito que a voz afirmando sobre choques elétricos e espancamentos não era a do jornal, mas a dos trabalhadores.

²⁷ “Choques, spray de pimenta e espancamentos: veja relatos de trabalhadores resgatados que faziam a colheita em vinícolas no RS” Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/24/choques-spray-de-pimenta-e-espancamentos-empregados-resgatados-relatam-castigos-em-alojamento-no-rs.ghtml>

O hiperlink desse trecho, em vermelho, diferente da notícia aqui analisada, dá voz aos trabalhadores vitimizados, não somente para lhes atribuir a responsabilidade de alegações, mas através dos relatos chocantes de suas experiências. Através desses depoimentos, o público pode se conectar emocionalmente com as pessoas que sofreram as agressões, além de compreender melhor a dimensão humana do problema. Na notícia analisada a presença da parte lesada pela empresa Fênix aparece apenas na forma de discurso indireto. A fim de contraste, serão apresentados abaixo trechos retirados da notícia vinculada, para que se tenha noção do que não foi dito na notícia analisada, substituído por um hiperlink.

Figura 10 - Relatos de trabalhadores, extraídos da notícia (nota de rodapé 22)

"A gente trabalhava de 6h da manhã até meia-noite, 1h da manhã. Quando eu ia chegar para pedir para ir embora, a Polícia Federal chegou, fez essa operação e ajudou a gente. (Sentia) muito medo. Do lado do meu quarto era todo dia que batiam nos meninos lá. Choque, bicuda, tudo nos meninos", conta.

"A maioria foi espancado, humilhado, várias coisas aconteceram aqui. Fui violentado no banheiro, me bateram. Cheguei lá e nós comíamos comida azeda. Nós trabalhávamos demais, trabalho escravo. Lá, eles estavam em posse de armas, ameaçando nós. Teve gente que tomou até tiro de bala de borracha", conta um trabalhador alojado no ginásio Darcy Pozza após o resgate.

Outro trabalhador resgatado afirma que, do quarto em que dormia, conseguia ouvir as [sessões de espancamento](#) a outros empregados.

Fonte: G1 - RS

Não se pode afirmar que a informação foi removida, visto que pode ser encontrada em outro endereço, mas ela também não está presente no texto analisado. A matéria analisada dá a impressão de mencionar as agressões. A violência é um dos principais componentes da história, mas é recordada em uma sentença, no final da sessão. Ela menciona, mas não dimensiona. Uma das vítimas se refere aos colegas agredidos como “meninos”, lembrando-nos de que a faixa etária dos rapazes escravizados era baixa, variava entre 18 e 27 anos.

A sessão seguinte é intitulada “alguém foi preso?”, o que poderia ser respondido em uma sentença curta: Sim, mas foi solto. Esse trecho então

apresenta o responsável pelo crime e também sua empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde Ltda. É nesses que recai a culpa da situação.

Figura 11 - Tópico 4 da notícia do G1-RS

4. Alguém foi preso?

O responsável pelo alojamento era a empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA, administrada por Pedro Augusto de Oliveira Santana, de 45 anos. Natural de Valente (BA), ele chegou a ser preso, mas vai responder pelo crime em liberdade porque pagou fiança no valor de R\$ 40 mil.

Em nota, o advogado Rafael Dorneles da Silva informou que "a empregadora Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA e seus administradores esclarecem que os graves fatos relatados pela fiscalização do trabalho serão esclarecidos em tempo oportuno, no decorrer do processo judicial".

Conforme o MTE, a Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA foi criada em janeiro de 2019. Ela está em nome de uma mulher e Santana trabalhava como administrador.

Fonte: G1-RS

Do ponto de vista linguístico, é a primeira vez no texto em que um sujeito é especificado nominalmente. Além dele, seu advogado também é mencionado, mas não ganha destaque. O profissional usa o verbo “esclarecer” em sua declaração, que não esclarece muita coisa. É uma sentença de quase cinco linhas para dizer que, no momento, não se tem algo a dizer. A expressão “tempo oportuno” é usada como referência temporal, mas não especifica oportuno a quem.

É informado que Santana teve uma outra empresa, a qual também atuava no fornecimento de mão de obra terceirizada para trabalhos pesados. Essa empresa, nos sete anos em que operou, foi autuada dez vezes por irregularidades trabalhistas e que sua nova empresa, a Fênix, existente desde 2019, nunca havia passado por uma vistoria do Ministério do Trabalho e Emprego em seus alojamentos, apesar do histórico de seu administrador.

Nos três últimos parágrafos dessa sessão, são feitos três destaques, sendo dois em rosa e um em negrito. É revelado ao leitor que Santana atua há

dez anos em Bento Gonçalves prestando esse mesmo tipo de serviço terceirizado. Antes da Fênix, ele teve outra empresa, autuada dez vezes por irregularidades trabalhistas. Essa é a informação destacada em negrito. Por fim, é destacado que antes da operação não havia sido realizada fiscalização alguma nas dependências de responsabilidade da Fênix. Quando se dá destaque em um texto é porque aquela informação é importante ou ainda porque se queira chamar a atenção do leitor para o se apresenta ali. Essas três informações destacadas enfatizam a falha na fiscalização do trabalho análogo à escravidão. Mesmo com os diversos registros de irregularidade prévios, outras dependências sob direção de Santana não passaram por vistorias. Portanto, os autores da notícia criticam, mesmo que de forma indireta, os órgãos responsáveis pela regulação, fiscalização e punição desse tipo de crime. Entende-se nesse trecho que os autores, a partir de suas escolhas linguísticas e lexicais atribuíram a responsabilidade pelos crimes a João Augusto Santana, à empresa Fênix e aos órgãos responsáveis pela operação.

Cabe aqui a informação complementar de que a verba destinada a esse tipo de fiscalização vêm caindo há anos. Em 2020, ano da pandemia, a verba destinada para a fiscalização do trabalho escravo caiu mais da metade ²⁸. Em 2019, a verba era de 2,3 milhões e no ano seguinte caiu para 1,3 milhão, ou seja, o menor valor em 10 anos. Em 2020, a pandemia agravou a instabilidade financeira que já vinha crescendo. No período de crise, muitos trabalhadores viram suas fontes de renda minguarem, tornando-os mais propensos a aceitar condições de trabalho precárias em troca de empregos escassos. A falta de fiscalização adequada permitiu que empregadores inescrupulosos explorassem a situação, frequentemente submetendo trabalhadores a jornadas abusivas, salários indignos e condições insalubres e degradantes.

A quinta sessão do texto é destinada a elucidar o que houve com os trabalhadores após o resgate. A empresa Fênix ficou responsável pelas passagens de retorno para casa das vítimas. O valor foi de quinhentos reais por pessoa. Visto a condição debilitada de muitos dos trabalhadores, que passaram semanas sendo mal nutridos e espancados, uma viagem de ônibus soa como

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/21/em-ano-de-pandemia-verba-para-combate-ao-trabalho-escravo-encolhe-mais-de-40percent-e-e-a-menor-dos-ultimos-10-anos.ghtml>. Acesso em: 19 out 2023.

mais um sofrimento. A distância entre o Rio Grande do Sul à Bahia é de cerca de 2800km. De qualquer forma, as pessoas estavam livres.

Figura 12 - Tópico 5 da notícia do G1-RS

5. Para onde onde os trabalhadores foram levados

Com idades entre 18 e 27 anos, dos 207 trabalhadores resgatados, **194 saíram de ônibus do RS com destino a BA a 1h de sábado (25)**. A previsão de chegada é para a manhã desta segunda-feira (27). O custo do transporte dos trabalhadores ficou sob a responsabilidade da Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA.

Outros quatro trabalhadores, segundo o MTE, optaram por ficar em Bento Gonçalves. Ainda, nove gaúchos devem retornar para suas cidades de origem, nos próximos dias, também de ônibus. O valor das passagens foi repassado pela Fênix ainda na sexta.

De acordo com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o governo da Bahia se comprometeu em esperar os trabalhadores com equipes da assistência social em cada município de chegada. Os nomes dessas cidades não são divulgados por questões de segurança.

Fonte: G1-RS

Nesse trecho ainda é apresentada a informação da existência de nove gaúchos entre as vítimas, tratadas até então indistintamente sob o termo trabalhadores. É citado um novo ator social, a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Essa presença muda o cenário da discussão, uma vez que, até então, a condução das atividades girava dentro da esfera trabalhista. A resposta desse órgão implica o tratamento do trabalho análogo à escravidão como uma violação de direitos humanos. Também é indicado que o Governo do Estado da Bahia ficou responsável por receber os homens libertos e fazer os encaminhamentos e a triagem de necessidade de cada um deles.

É importante a presença de um órgão social e de cidadania na discussão e encaminhamento do caso. O trabalho análogo à escravidão é uma questão que transcende a relação empregatícia, porque envolve a violência e a coerção sobre pessoas, violações de direitos humanos e a exploração extrema, afetando não somente a área do trabalho, mas também a integridade e a dignidade dessas

duzentas e sete pessoas, e outras tantas que passaram e ainda passam pela mesma situação. No texto da notícia não há uma reflexão sobre o acontecido através dessa lente social.

O subtítulo seguinte, de número 6, levanta o questionamento acerca de quem vai pagar os direitos trabalhistas das vítimas. De uma forma ou outra, essas pessoas estavam sob contrato com a empresa Fênix. Logo, segundo a CLT, os contratados têm amparo legal para reivindicação de direitos individuais, que não são cobertos pelo valor das multas. É um trecho que traz informações mais burocráticas e em tom especulativo, visto que as investigações estavam apenas no início.

4.5 Análise da notícia do Portal G1 no que se refere ao pronunciamento das empresas envolvidas

O último subtítulo da notícia do G1-RS, de número 7, apresenta na íntegra o pronunciamento de contingenciamento de crise das três vinícolas envolvidas na investigação: Salton, Aurora e Garibaldi, além do pronunciamento em nome do empresário Pedro Augusto de Oliveira Santana. Olhemos primeiro para o posicionamento das empresas e antes de olhá-los um por um de forma aprofundada, algumas considerações gerais.

Apesar de se tratar de posicionamentos diferentes, os três textos apresentam muito em comum. Para a surpresa de ninguém, todas as empresas buscam se isentar ao máximo de sua responsabilidade no ocorrido, enfatizando que não sabiam a respeito das condições dos trabalhadores e atribuindo a responsabilidade do acontecido à Fênix e a Santana, em especial o texto da vinícola Aurora. Em nove parágrafos do pronunciamento da vinícola, são enfatizadas oito vezes que a responsabilidade por essas pessoas era da empresa Fênix. O texto se refere erroneamente à empresa “Oliveira & Santana”, nome do negócio anterior do indiciado Pedro Augusto, multado dez vezes por irregularidades. Essa confusão se faz presente nos pronunciamentos das três vinícolas, então pode-se ter em mente que Oliveira & Santana e Fênix são vistas pelas vinícolas como uma única empresa.

Todas as vinícolas enfatizam seu repúdio às condições de trabalho desumanas e análogas à escravidão, afirmando que não compactuam com tais

práticas. Além disso, elas expressam solidariedade aos trabalhadores afetados por essas condições, destacando sua preocupação com o bem estar das vítimas. As três empresas também ressaltam sua disposição e compromisso para com as autoridades responsáveis pela apuração do caso. Elas também falam das medidas que estão sendo e serão fortalecidas para a prevenção de casos como esse. Outro aspecto em comum é o compromisso social das empresas, destacando que agem de acordo com o código trabalhista e em conformidade com os princípios dos direitos humanos. As empresas também mencionam sua história e reputação na área.

A empresa esclarece e reforça diversas vezes que as vítimas são funcionários da terceirizada Oliveira & Santana (a saber, Fênix). A Vinícola Aurora destaca sua cooperação com as autoridades e seu apoio às vítimas. Além disso, compromete-se a reforçar sua política de contratações e revisar procedimentos para evitar casos semelhantes no futuro. O texto ressalta seu compromisso social e destaca a cooperação com entidades externas na busca de soluções

O pronunciamento da Aurora é desnecessariamente longo e redundante, usando da *repetição* para ruminar seu compromisso com a lei e os direitos humanos. É um texto comprido, de nove parágrafos, que acrescenta muito pouco. Faz-se uso do verbo ruminar porque são, praticamente, as mesmas afirmações sendo repetidas, simplesmente para que o leitor associe a marca a bons ideais. O foco do texto parece ser culpar a empresa Fênix e confundir o leitor no processo. O texto inicia-se da seguinte forma:

Figura 13 - Declaração da Vinícola Aurora da notícia do G1-RS

"Em respeito aos seus associados, colaboradores, clientes, imprensa e parceiros, a Vinícola Aurora vem à público para reforçar que não compactua com qualquer espécie de atividade considerada, legalmente, como análoga à escravidão e se solidariza com os trabalhadores contratados pela terceirizada Oliveira & Santana.

As vítimas são funcionários da Oliveira & Santana, empresa que prestava serviços às vinícolas, produtores rurais e frigoríficos da região.

A Aurora já se colocou à disposição das autoridades para quaisquer esclarecimentos e está prestando apoio às vítimas. A companhia também está trabalhando em conjunto com o Ministério Público Federal e com o Ministério do Trabalho para equalizar a situação em busca de reparo aos trabalhadores da Oliveira & Santana.

A vinícola está tomando as medidas cabíveis e reitera seu compromisso com todos os direitos humanos e trabalhistas, assim como sempre fez em seus 92 anos. Ratifica ainda que permanece cumprindo com suas obrigações legais e com a sua responsabilidade também perante ao valor rescisório a cada trabalhador contratado pela Oliveira & Santana.

Fonte: G1-RS

O primeiro parágrafo do texto se abre com a empresa se associando à ideia de respeito e se afastando do conceito de atividade ilegal e de escravidão, para então se associar ao conceito de solidariedade às vítimas. Todas as três empresas têm essa postura em seus pronunciamentos: aproximar-se das vítimas e dos investigadores, colocando-se do mesmo lado. As notas colocam as marcas também como vítimas desse crime cometido por Santana.

A Aurora se dirige a colaboradores, clientes, imprensa e parceiros. São usados termos mais abrangentes, usando de diferentes categorias, diferentes grupos massificados, buscando estabelecer uma identificação com o leitor. O parágrafo termina atribuindo a responsabilidade à empresa terceirizada Fênix, erroneamente chamada de Oliveira e Santana. Nas notícias do G1, há notas informando acerca do erro ao informar o nome da empresa, então esse equívoco da equipe da Aurora pode ter advindo dessa informação incorreta na imprensa.

Ironicamente, a culpa também é terceirizada. O segundo parágrafo do texto existe para reforçar isso, que os trabalhadores eram terceirizados, portanto,

não de responsabilidade da vinícola. O texto também amplia a dimensão das coisas, afirmando que frigoríficos da região também tinham a Fênix como prestadora de serviço.

Nesses quatro parágrafos, a responsabilidade pelos trabalhadores, logo, pela culpa das acusações, é atribuída à empresa de Pedro Augusto de Oliveira Santana por quatro vezes.

No terceiro parágrafo, novamente, a Aurora se associa à justiça, solidariedade e atuação conforme a lei. O texto coloca a vinícola atuando ao lado dos órgãos públicos Ministério Público Federal e ao Ministério do Trabalho. É reforçada, mais uma vez, a responsabilidade da empresa terceirizada sobre os trabalhadores.

O quarto parágrafo é como uma repetição do anterior, em termos de associar a imagem da empresa ao respeito e cumprimento da lei. É o único momento em que a empresa menciona sua obrigação legal para com os trabalhadores escravizados. Anteriormente, no texto, a empresa associava-se a eles através da solidariedade, como se fosse caridade. A ideia de trabalho e contrato é associada às vítimas.

A segunda metade do texto segue da seguinte forma:

Figura 14 - Trecho da declaração da Vinícola Aurora

A Aurora conta com 540 funcionários, todos devidamente registrados e obedecendo a legislação trabalhista. Porém, na safra da uva, dentro de um período de cerca de 60 dias, entre janeiro e março, a empresa depende de um grande número de trabalhadores, se fazendo necessária a contratação temporária para o setor de carga e descarga da fruta, devido à escassez de mão de obra na região.

Fonte: G1-RS

Esse trecho possui o que Fairclough (2003) denomina *propósito*, que ocorre quando se atribui um motivo para a prática social, numa tentativa de justificá-la. Nesse caso, é justificada a prática da contratação de funcionários terceirizados com o aumento do trabalho no período da safra e à falta de mão de obra qualificada na região da vinícola. Assim, a empresa enfatiza que há rigor com os funcionários registrados na vinícola e que esse caso ocorreu com os funcionários temporários.

O parágrafo que segue é de mais detalhes sobre como a Aurora cumpria com seus deveres legais e de atribuição das responsabilidades da empresa terceirizada sobre a remuneração das vítimas, nessa exaustiva e repetida tentativa de se dissociar de qualquer elemento que pode ser visto como ruim dentro do caso.

Figura 15 - Trecho da declaração da Vinícola Aurora, no qual se trata da empresa terceirizada

Quanto à empresa terceirizada, cabe esclarecer que a Aurora pagava à Oliveira & Santana um valor acima de R\$ 6,5 mil/mês por trabalhador, acrescidos de eventuais horas extras prestadas. A terceirizada era a responsável pelo pagamento e pelos devidos descontos tributários instituídos em lei. A Aurora também exigia os contratos de trabalhos da equipe que era alocada na empresa.

Fonte: G1-RS

Os dois parágrafos seguintes chamam a atenção por apresentarem informações que contradizem os relatos das vítimas, buscando descredibilizá-las ao afirmar o contrário do que foi relatado à polícia pelos trabalhadores resgatados.

Figura 16 - Trecho da declaração da Vinícola Aurora sobre os homens resgatados

Todo e qualquer prestador de serviço da Aurora, da mesma forma que os funcionários, recebe alimentação de qualidade durante o turno de trabalho, como café da manhã, almoço e janta, sem distinções.

A vinícola também oferecia condições dignas de trabalho no horário de expediente e os gestores responsáveis desconheciam a moradia desumana em que os safristas eram acomodados pela Oliveira & Santana após o período de trabalho.

Fonte: G1-RS

As vítimas relataram (trecho acima) alimentação de má qualidade, além de turnos de quinze horas diárias de trabalho. Para se desassociar das acusações que tangem a má alimentação e péssimas condições de trabalho, a empresa não os faz com negação, mas através de afirmações enfáticas e generalizações. Além disso, as práticas de alimentação oferecidas pela empresa são recontextualizadas de forma que de realça a informação de que *todos os*

trabalhadores da empresa recebam o papel passivo de beneficiários de tais práticas. O segundo parágrafo do trecho destacado fecha com a vinícola se eximindo do conhecimento das condições de acomodação dos trabalhadores, atribuindo a responsabilidade pela moradia à empresa terceirizada e usando um substantivo diferente para se referir a eles: safristas.

O texto é finalizado com um parágrafo sobre as medidas a serem adotadas pela vinícola, de forma a evitar que isso aconteça novamente. A Aurora se compromete, basicamente, a fazer com mais rigor o seu trabalho, se referindo a todo o acontecido como “caso isolado”.

Figura 17 - Trecho da declaração da Vinícola em que faz promessa

Por fim, ratificando seu compromisso social, a Aurora se compromete em reforçar sua política de contratações e revisar os procedimentos quanto à terceiros para que casos isolados como este nunca mais voltem a acontecer”.

Fonte: G1-RS

A nota emitida pela Vinícola Salton é mais sucinta e menos desesperada. O texto abre com a Salton também repudiando o trabalho análogo à escravidão, colocando-se solidária às vítimas. Diferente das vinícolas Aurora e Garibaldi, que se referem a si mesmas como “vinícolas”, adotando uma terminologia impessoal, o texto da vinícola Salton se associa à imagem de “família”, assumindo uma linha de comunicação que visa humanizar a marca e estabelecer uma conexão mais pessoal com o público-alvo, buscando criar uma sensação de proximidade e conexão emocional com o leitor. A referência à “família” evoca a importância dos valores familiares na cultura organizacional da empresa. Com essa busca de uma terminologia associada ao familiar, a organização pretende destacar seu compromisso com princípios éticos e responsabilidade social, outro ponto enfatizado no texto, mencionando até mesmo a Organização das Nações Unidas. A nota também estende a solidariedade da Salton às famílias das vítimas. Dessa forma, observa-se uma tentativa de passar a ideia de se colocar do mesmo lado das vítimas com afetividade, de uma família para a outra.

Figura 18 - Trecho da declaração da Vinícola Salton evocando aspectos familiares

"A Família Salton repudia veementemente e não compactua com nenhum tipo de trabalho sob condições precárias, análogas à escravidão. A empresa e todos os seus representantes estão solidários a todos os trabalhadores e suas famílias, que foram tratados de forma desumana e cruel por um prestador de serviço contratado.

Reforçamos que todas as informações foram verificadas antes da contratação do fornecedor. Entretanto, trata-se de incidente isolado e a Família Salton já está tomando medidas cabíveis frente ao tema, além de ser colocar à disposição dos órgãos competentes para colaborar com o processo.

Fonte: G1-RS

A nota do grupo Salton também é mais sutil quando se trata de apontar culpados. A Empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde Ltda. não é mencionada diretamente, passando por um processo de *backgrounding* (Van Leeuwen, 2008). Sua participação está implícita da locução “prestador de serviço contratado”. O texto aproxima a vinícola à ideia de integridade, mas sem fazer o oposto com a empresa Fênix, como nos dois outros pronunciamentos. Assim como a vinícola Aurora, a Salton refere-se à situação como “caso isolado”, tentando passar a ideia de que isso nunca aconteceu antes na longa e tradicional história do grupo. Quando uma empresa se refere a uma situação de trabalho análogo à escravidão como um 'caso isolado', essa terminologia sugere que a empresa percebe o incidente em questão como uma ocorrência atípica e incomum em suas práticas. Essa afirmação, embora admita a existência de um problema, pode também ser interpretada como uma tentativa de minimizar a gravidade do incidente e, logo, a sua participação no caso.

No segundo parágrafo, a empresa afirma que “todas as informações foram verificadas antes da contratação do fornecedor”, entretanto não referencia quais seriam essas tais informações. Considerando o contexto e o propósito do texto, pode-se entender que essa sentença se refere às documentações, às burocracias que cabiam à empresa Salton, informando que “fizeram a sua parte”. Entretanto, é uma sentença vaga, bastante abstrata.

Figura 19 - Trecho da declaração da Vinícola Salton e suas providências

A empresa salienta que já está trabalhando para intensificar os controles de contratação, prevendo medidas mais austeras em todo e qualquer contrato de serviços terceirizados. Prevê ainda a associação e parcerias com órgãos e entidades do setor para melhorar a fiscalização de práticas trabalhistas.

Com um legado de 112 anos, a Família Salton é referência em sustentabilidade e signatária do Pacto Global da ONU e realiza projetos que refletem diretamente a responsabilidade social da empresa e seu compromisso como empresa cidadã”.

Fonte: G1-RS

No parágrafo seguinte, o primeiro do trecho destacado acima, a nota apresenta as medidas tomadas pela vinícola frente às informações reveladas. Nesse trecho é usado o substantivo “empresa”, voltando-se para um léxico trabalhista, comercial, visto que trata das medidas internas do grupo frente a situação. Há um contraste no tom usado pela vinícola quando trata da parte “humana” e a parte mais “técnica”. O texto evoca a ideia de família quando associado à solidariedade, repúdio ao trabalho análogo à escravidão; já quando se trata das medidas tomadas como empresa, é esse o termo empregado. A Salton se coloca como dois agentes diferentes: família e empresa. Mesmo que, na prática, não haja uma divisão entre ambas, o autor do texto demonstra domínio sobre a língua e clareza sobre o que gostaria de transmitir. Essa alternância de posicionamento é estratégica.

No parágrafo que fecha o pronunciamento, a Salton se coloca, novamente, como família, associando-se novamente com tradição, enfatizando essa ligação com o uso do termo “legado”. A sensação é de que a vinícola quer associar sua imagem à nobreza, não em um sentido de realeza, mas sim na questão de valores. Essa impressão é oriunda da ênfase dada ao compromisso com a responsabilidade social. O texto menciona a Organização das Nações Unidas, uma organização internacional que, em teoria, atua em prol do desenvolvimento sustentável e preservação dos direitos humanos. A ONU é uma das principais e mais respeitadas instituições do planeta. Mencionar o órgão, juntamente de seu “legado” e associado à ideia de “compromisso”, associa a marca da Salton a ideia de respeito e credibilidade.

É importante enfatizar que as três vinícolas são empresas privadas, que dominam o mercado de vinhos na região do RS e têm destaque nacional. Na prática, a descoberta de casos de trabalho análogo à escravidão na colheita da uva representa um sério problema de crise de imagem para as vinícolas envolvidas. Uma crise de imagem, para uma empresa, é um problema que tem consequências financeiras. Esse caso abala a reputação das empresas, minando a confiança dos consumidores, parceiros comerciais e acionistas. Uma opinião pública negativa prejudica o faturamento das empresas, já que pode gerar boicotes e a queda de consumo das marcas. Essas três notas existem porque foram necessárias por conta da pressão pública, visto a grande repercussão do caso. As declarações evocam bastante a solidariedade pelas vítimas e colaboração com as investigações, mas toda a motivação por trás do texto é a preocupação em perder o menos dinheiro possível, ou seja, de conter perdas financeiras. Entende-se que é importante para essa pesquisa olhar para a movimentação de capital nesse caso.

Para além da notícia do G1-RS analisada até aqui, traz-se mais alguns desdobramentos do caso. Isso pode ser observado nos fatos que se sucederam nos meses seguintes. O caso foi resolvido com bastante rapidez. As vinícolas fecharam um acordo com o Ministério Público e pagaram uma multa de 7 milhões de reais²⁹. Dois milhões foram divididos entre as vítimas, totalizando R\$ 9.661,00 para cada um. O restante foi revertido para as instituições que atuaram na reparação dos danos, ou seja, acolhimento e reabilitação das vítimas. O caso foi descoberto em fevereiro e resolvido já em meados de março, implicando uma pressão nas marcas de se livrar desse assunto. Não só do assunto em si, mas também das sanções que receberam da ApexBrasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, um Serviço Social Autônomo vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. No final do mês de março, o governador do Estado do Rio Grande do Sul Eduardo Leite pediu, pessoalmente, ao vice-governador Geraldo Alckimin para que as sanções da ApexBrasil sobre

²⁹ “Vinícolas pagarão R\$ 9.661 em indenização a cada trabalhador resgatado em condição de escravidão no RS” Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/03/10/vinicolas-pagarao-r-9661-a-cada-trabalhador-em-indenizacao-por-trabalho-escravo.ghtml>

as vinícolas fossem retiradas. No início de abril, a Agência revogou as restrições impostas às vinícolas³⁰.

Mais recentemente, foi descoberto que, além da intervenção direta do governador Eduardo Leite, do PSDB, esse também usou do aparato do Estado à favor das três vinícolas, concedendo 40 milhões de reais através de um programa de incentivo fiscal³¹. Acredita-se que seja importante que todo leitor tenha essa informação desde já, mesmo que as reflexões sobre os desdobramentos sejam tecidas mais para frente para que, novamente, seja possível construir considerações e reflexões sobre o caso.

O texto da notícia segue com o pronunciamento da empresa Cooperativa Vinícola Garibaldi, que começa da forma mais peculiar entre os três, atribuindo o peso da culpa à empresa Oliveira & Santana (Fênix) antes mesmo de se inserir no discurso. A primeira preocupação da empresa é eximir-se de responsabilidade, endereçando-a à empresa terceirizada.

Figura 20 - Trecho da declaração da Vinícola Garibaldi e sua culpabilização da terceirizada

"Diante das recentes denúncias que foram reveladas com relação às práticas da empresa Oliveira & Santana no tratamento destinado aos trabalhadores a ela vinculados, a Cooperativa Vinícola Garibaldi esclarece que desconhecia a situação relatada. Informa, ainda, que mantinha contrato com empresa diversa desta citada pela mídia.

Em momento algum o texto se refere ao trabalho análogo à escravidão. O caso é referido como “recentes denúncias” e é relacionado às “práticas da empresa Oliveira & Santana, reforçando na sequência que o vínculo empregatício das vítimas era com tal empresa. Como o tema central da situação é completamente apagado do texto, Fairclough (2003) descreve esse processo como *substituição*, ou seja, o processo no qual especificar ou generalizar uma prática social ou um sujeito é uma escolha deliberada. As escolhas no texto da

³⁰ “Apex-Brasil revoga suspensão de vinícolas gaúchas no Projeto Setorial Wines of Brazil” Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/noticias/rural/apex-brasil-revoga-suspensao-de-vinicolas-gauchas-no-projeto-setorial-wines-of-brazil-1.1014067>

³¹ “Governo do Rio Grande do Sul concede incentivos fiscais de R\$ 40 milhões a vinícola Aurora após casos de trabalho escravo” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/22/governo-do-rio-grande-do-sul-concede-incentivos-fiscais-de-r-40-milhoes-a-vinicola-aurora-apos-casos-de-trabalho-escravo>

vinícola Garibaldi o tornam extremamente genérico, usando de voz passiva e formas impessoais de escrita, ao contrário do posicionamento da vinícola Salton, que buscou uma abordagem mais humanizadora. A Garibaldi parece tentar se afastar ao máximo das graves denúncias, ao mesmo tempo que tentam associar-se com a ideia de respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

É possível notar, novamente, uma confusão com o nome da empresa terceirizada. De início, foi divulgado que o nome da empresa responsável era Oliveira e Santana, corrigido no passar do tempo para Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde Ltda.

Figura 21 - Trecho da declaração da Vinícola Garibaldi

Com relação à empresa denunciada, o contrato era de prestação de serviço de descarregamento dos caminhões e seguia todas as exigências contidas na legislação vigente. O mesmo foi encerrado.

A Cooperativa aguarda a apuração dos fatos, com os devidos esclarecimentos, para que sejam tomadas as providências cabíveis, deles decorrentes.

Somente após a elucidação desse detalhamento poderá manifestar-se a respeito.

Desde já, no entanto, reitera seu compromisso com o respeito aos direitos – tanto humanos quanto trabalhistas – e repudia qualquer conduta que possa ferir esses preceitos”.

Fonte: G1-RS

Na sequência, os últimos parágrafos do texto são marcados pela deleção do ator social “Cooperativa Vinícola Garibaldi”. A “cooperativa” é ocultada através do processo linguístico conhecido como eclipse do sujeito. A eclipse é uma figura de linguagem na qual elementos da frase são omitidos, mas podem ser inferidos pelo contexto. Ela é empregada, geralmente, a fim de tornar um texto menos repetitivo. Todavia, nesse caso ela tem uma função de ocultar ao máximo a presença e eventual responsabilidade da vinícola nesse caso de trabalho análogo à escravidão.

Conclui-se que as notas emitidas pelas vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi têm o propósito comum de se dissociar das acusações de trabalho análogo à escravidão. Cada uma das empresas, de formas diferentes, se afastou

da responsabilidade e a atribuiu à Empresa Fênix, enquanto aproximava a sua marca de ideais como respeito aos direitos trabalhistas e aos direitos humanos. As marcas também se associam ao compromisso ético e moral, além de reforçarem o cumprimento do seu dever como empresa e apresentando ações que serão tomadas para remediar a situação. A diferença está na estratégia empregada por cada uma das vinícolas, ou seja, na abordagem de cada empresa para lidar com as acusações. A Aurora atribui a responsabilidade, enfática e repetidamente, à prestadora de serviços terceirizada, enquanto a Salton busca uma abordagem mais humanizadora. A vinícola Garibaldi busca afastar-se completamente das acusações, apagando de seu texto a própria presença e a natureza do crime cometido.

A matéria do G1 traz ainda o pronunciamento da defesa de João Augusto de Oliveira Santana. O texto também é bastante vago, sem detalhes substanciais relacionados às alegações, sem mencionar incidentes específicos, nem a própria natureza das acusações. O texto recorre a generalizações e adjetivos abstratos, como "graves fatos", evitando fornecer informações específicas sobre as alegações. Uma das estratégias centrais do texto é enfatizar a necessidade de esclarecimentos durante o processo judicial, o que pode ser interpretado como uma tentativa de evitar uma discussão direta.

Todas as notas apresentadas na matéria surgiram em resposta à crise de imagem desencadeada pela operação de combate ao trabalho análogo à escravidão. Elas surgem porque a situação pede um pronunciamento. Trata-se de um texto cujo objetivo é defender os suspeitos e/ou indiciados ou implicados, de alguma forma. As vinícolas se eximiram da responsabilidade e conhecimento da situação, atribuindo o crime unicamente à Santana e sua empresa, com ênfase no termo *terceirizado*.

O texto da defesa de Santana não pode recorrer a esse artifício, então se vale do fato de que as investigações da operação ainda estavam em andamento, logo, havia um tom especulativo, sem comprovações de respaldo legal, apesar de a notícia do G1 dar a entender que houve uma prisão, mesmo que afiançada em seguida. É fato que houve um crime comprovado, não especulativo, mas nada disso é mencionado. O texto não personaliza, Santana pelo nome, optando por referir-se à Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde Ltda.

Figura 22 - Trecho da declaração do indiciado, proprietário da Fênix

Nota do empresário

"Diante dos fatos noticiados em relação a operação de combate ao trabalho análogo à escravidão ocorrida na última quinta-feira, em Bento Gonçalves, a empregadora Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA e seus administradores esclarecem que os graves fatos relatados pela fiscalização do trabalho serão esclarecidos em tempo oportuno, no decorrer do processo judicial.

Cabe mencionar que o empresário envolvido nas acusações é um empreendedor de atuação reconhecida e respeitada, não compactuando com qualquer desrespeito aos colaboradores e aos direitos a eles inerentes.

Fonte: G1-RS

O primeiro parágrafo usa de ultrajantes seis linhas para dizer ao leitor que não dirá algo. É um texto que contextualiza o ocorrido, ocupando-se dessa contextualização para se estender ao máximo antes de revelar que nada será esclarecido no momento. Ele vincula o pronunciamento da parte aos trâmites das investigações judiciais. Cabe aqui a informação de que não houve mais nenhum pronunciamento da parte referida, nem atualizações específicas a respeito do processo envolvendo João Augusto de Oliveira Santana.

O autor discorre, na sequência, sobre João Augusto, evitando a especificação e optando por uma generalização, usando a locução “empresário envolvido nas acusações”. O parágrafo busca associar sua imagem à de alguém valoroso, de trabalho respeitado, alinhado com a lei. Ele reconhece a existência de uma legislação trabalhista, indiretamente, mas evita usar diretamente termos derivados de “trabalho”. No trecho “não compactuando com qualquer desrespeito aos *colaboradores* e aos *direitos a eles inerentes*”, o autor infere que trabalhadores têm direitos.

Figura 23 - Outro trecho da declaração da empresa terceirizada

Além disso, é importante ressaltar que qualquer conclusão neste momento é meramente especulativa e temerária, uma vez que os fatos e as responsabilidades devem ser esclarecidas em juízo.

Manifestamos total respeito às instituições e nos colocamos à disposição da justiça para todos os esclarecimentos necessários, colaborando no que for necessário para o restabelecimento da verdade e principalmente do bem estar de todos os envolvidos.

Fonte: G1-RS

O texto segue se valendo da máxima de que todos são inocentes até que se prove ao contrário, reforçando que não há condenação, omitindo a acusação e fiança paga por Santana. É ainda destacada a posição de cooperação com as investigações. Mais especificamente, o indiciado se mostra disposto a colaborar com o “reestabelecimento da verdade”. Uma vez que se entende que a “verdade” precisa ser “reestabelecida” implica que a verdade já existiu ou foi estabelecida em algum momento no passado e, por algum motivo, foi perturbada ou prejudicada. O posicionamento do empresário deixa bastante escondido em seu texto o posicionamento de que as informações que circulam acerca dele são mentira. Na declaração, há o reconhecimento de que houve uma situação de desrespeito aos direitos trabalhistas, mas a Fênix se exime da responsabilidade, mas que as acusações sobre a participação de João Augusto são inverídicas. O texto ainda busca enfatizar a preocupação com o bem estar das vítimas, usando do advérbio “principalmente”, mesmo apresentando essa preocupação em segundo lugar, enfatizando primeiro o compromisso com a “verdade”.

Figura 24 - Trecho finalizando a declaração da terceirizada

Por fim, informamos que os trabalhadores estão recebendo todo o auxílio necessário para que esta situação não traga maiores prejuízos aos mesmos”.

Fonte: G1-RS

O texto finaliza informando que estão prestando auxílio às vítimas, mas omite a informação de que foram obrigações impostas legalmente. As acusações são retomadas de forma bastante abstrata, com “esta situação”. O texto reconhece que há pessoas lesadas, visto a intenção de “não querer causar

maiores prejuízos”. Entende-se dessa sentença que toda a tortura física e psicológica sofrida pelas vítimas se faz presente sob o termo genérico “*prejuízos*”, reconhecendo também que ela foi prejudicial, em algum nível, às vítimas, a quem se referem como “colaboradores”. É uma nota marcada pela deleção de diversos aspectos, linguagem genérica e bastante imprecisa.

4.6 Análise da notícia do Portal Band Jornalismo - “Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA”

4.6.1 Impressões gerais

A matéria publicada pelo Portal Band Jornalismo cobre outro momento do caso, quando os trabalhadores resgatados já retornaram ao seu estado de origem. É um relato sobre o que sucedeu dias após a operação que os libertou. Logo, essa matéria tem um foco diferente da notícia analisada anteriormente. Diferentemente da notícia do Portal G1, que foi ao ar logo depois do ocorrido, ainda na apuração dos fatos, a notícia a seguir é publicada em um momento onde essa apuração já avançou. Como já comentado anteriormente, essa ocorrência de Bento Gonçalves recebeu bastante atenção da mídia e repercutiu bastante nas redes sociais, logo, não só se havia mais informações como essas informações vinham sendo comentadas há algum tempo. Muitas das coisas apresentadas na notícia do G1, a esse ponto, já eram de conhecimento público, noticiados por diversas fontes, durante dias.

Logo, a matéria a seguir é mais curta e não se estende muito esmiuçando fatos já bastante discutidos. É um texto claro, escrito de forma mais objetiva e é assinado por um autor, que não foge de usar termos mais duros, como *trabalho escravo*, para falar sobre o caso. O texto retoma o acontecido e apresenta as medidas tomadas para a reintegração das pessoas resgatadas.

São retomados também os pronunciamentos de duas das vinícolas, vinculando o *post* das páginas oficiais das empresas *Instagram*, mostrando um ponto de convergência entre notícias e redes sociais. É possível ver, mesmo sem sair da página da matéria, que ambos os *posts* possuem milhares de comentários. Além disso, a matéria também apresenta a infame nota do Centro da Indústria, Comércio e Serviços Bento Gonçalves, que atribui parte desse caso aos auxílios fornecidos pelo Governo Federal. Segundo o posicionamento,

os beneficiários desses programas não querem trabalhar e por isso há falta de mão de obra.

4.7 Análise da notícia

A matéria do Portal Band Jornalismo³² (Figura 25) caracteriza-se por apresentar um texto mais objetivo, parágrafos mais longos e bem desenvolvidos e menos abstratos do que a matéria do Portal G1. O layout da página é bastante limpo, tendo como cor predominante um tom de azul escuro. Na coluna do lado direito é possível encontrar as notícias mais lidas do momento, que não têm uma conexão com a matéria lida. Ao lado esquerdo é possível observar as formas de compartilhamento da matéria, através do *Facebook*, *Twitter* (atualmente, “X”) e do *Whatsapp*, que pertence ao mesmo proprietário do *Facebook*, Mark Zuckerberg. Essa presença evidencia a relação intrínseca que a notícia desenvolveu com as redes sociais e ferramentas de troca de mensagem.

Figura 25 - Interface do Portal Band Jornalismo para a notícia

The screenshot shows the Band Jornalismo website interface. At the top, there is a dark blue navigation bar with the Band logo, the text 'BAND JORNALISMO', and links for 'AO VIVO', 'BANDPLAY', 'BANDSHOP', and an 'ENTRAR' button. Below the navigation bar, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. The main content area features a red accessibility icon on the left, followed by the article title 'Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA'. Below the title is a sub-headline: 'Nota de entidade que representa empresários de Bento Gonçalves (RS), onde estavam os trabalhadores, responsabiliza “sistema assistencialista” e falta de mão de obra'. The author's name 'Edrian Santos' and the date '28/02/2023 - 12:43 - Atualizado em 28/02/2023 - 13:18' are visible. On the right side, there is a 'MAIS LIDAS' section with a list of five trending news items, each with a numbered icon and a brief description.

Fonte: Band Jornalismo

Antes de seguir para a análise do texto, é importante apresentar que, bem à esquerda do início da notícia, há um ícone em vermelho, pois o site apresenta recursos de acessibilidade (Figura 25), o que não é encontrado no Portal G1. Isso mostra uma preocupação do Portal Band Jornalismo para com seus leitores que possuem algum tipo de necessidade específica, nesse caso, pessoas com deficiências (PCDs).

³² “Disponível em: [<https://www.band.uol.com.br/noticias/dezenas-de-baianos-resgatados-de-trabalho-escravo-em-vinícolas-no-rs-chegam-a-ba-16585632>] Acesso em: 15 mai. 2023.”

Figura 26 - Interface da aba de acessibilidade



Ao clicar no ícone, é aberta a aba apresentada acima, com seus acionadores. Ao ativar qualquer um desses recursos, a página faz ajustes necessários na formatação de *layout* e texto, de modo a facilitar a experiência dos usuários. É possível aumentar a fonte, simplificar a forma de navegação a até duas teclas, alterar as cores, ativar comandos de voz e leitor de texto, etc.

Diferentemente da notícia anterior, o texto do portal Band Jornalismo é assinado por um indivíduo especificado: Édrian Santos. É possível acessar, ao clicar em seu nome, uma página que reúne outros textos de sua autoria. Os temas variam bastante, mas em geral, Édrian escreve bastante sobre questões sociais e políticas.

Essa notícia foi postada no dia 28 de fevereiro de 2023, um dia após a última atualização de informações da notícia do Portal G1. A Band Jornalismo aborda a questão a partir do desdobramento do que aconteceu com os

trabalhadores, dando-lhes destaque. Ao focar nos trabalhadores envolvidos, essa notícia mostra uma aproximação maior com as vítimas. Primeiramente, Édrian e, conseqüentemente o grupo jornalístico a quem ele presta serviço não se omitem de expressar-se com o uso de “trabalho escravo” e nem coloca entre aspas as alegações das vítimas, o que mostra mais proximidade do portal Band para com essas pessoas.

Na manchete da notícia, chama atenção o uso da expressão “bairanos” para se referir às vítimas. O termo “bairanos”, *a priori*, se refere simplesmente às pessoas naturais ou residentes da Bahia, estado no nordeste brasileiro. No entanto, o contexto, a intenção e a maneira como é usado podem torná-lo pejorativo ou ofensivo em determinadas situações. Esse termo pode ser usado de forma discriminatória, estereotipada e preconceituosa para se referir a nordestinos. Logo, é uma palavra que pode causar incômodo já no início da notícia. Entretanto, nesse contexto, todas as vítimas eram, de fato, bairanas. Havia nove gaúchos submetidos a trabalho escravo, mas esses permaneceram no estado. A notícia fala, especificamente, a respeito de pessoas naturais ou residentes da Bahia.

Figura 27 - Manchete e *lead* da notícia no Portal Band Jornalismo Notícias

Dezenas de bairanos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA

Nota de entidade que representa empresários de Bento Gonçalves (RS), onde estavam os trabalhadores, responsabiliza “sistema assistencialista” e falta de mão de obra

 Édrian Santos
28/02/2023 - 12:43 - Atualizado em 28/02/2023 - 13:18

Fonte: Band Jornalismo

Há uma declaração que não foi inclusa na matéria do portal G1, que é o pronunciamento da Associação de Empresários de Bento Gonçalves. O autor destaca um trecho no qual a responsabilidade da situação é desviada para o “sistema assistencialista” no caso programas de auxílio fornecidos pelo governo brasileiro. Mais especificamente, o texto culpa os auxílios do governo pela falta

de mão de obra. Isso implica um discurso preconceituoso espalhado entre muitos. É um discurso de que governos com programas sociais “sustentam” as pessoas e que, portanto, elas não trabalham.

Trataremos mais disso adiante, na análise da nota, que aparece na íntegra na notícia. Essa crítica absurda da associação de empresários é colocada em destaque por Édrian, logo abaixo do título em que usa a expressão “trabalho escravo”, enfatizando a relação entre as práticas sociais. Veja bem, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG) se posicionou de forma a inferir que a subjugação de pessoas à trabalho análogo a escravidão é motivada pela falta de mão de obra qualificada que, por sua vez, é culpa do governo e dos auxílios fornecidos por ele.

O texto da associação comercial parece buscar uma estratégia de defesa que inclui culpabilizar o “sistema assistencialista” pela de mão de obra e enfatizar a idoneidade das vinícolas. No entanto, essas estratégias levantam questões sobre a responsabilidade das empresas e sobre a necessidade de lidar de forma direta e ética com alegações de trabalho análogo à escravidão, ao invés de buscar desculpas ou transferir a responsabilidade para outros atores ou sistemas.

A notícia segue com a imagem a Figura Y. Nela é possível ver alguns homens, todos negros, carregando em mochilas e sacolas alguns pertences, andando em direção a um prédio, de função não especificada. Entretanto, a fonte da imagem é o Governo da Bahia, então pode-se presumir que o prédio seja de algum órgão desse sistema, ou faça parte da rede de acolhimento que recebeu as vítimas no estado. A legenda da imagem volta a destacar que os trabalhadores estavam em situação de *trabalho escravo*, assumindo um posicionamento mais enfático que a matéria do G1, que buscava evitar contundências em suas afirmações. O autor menciona casos de desnutrição e condições precárias de saúde. Quem acolheu essas pessoas foi a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, evocando um olhar de violação de direitos humanos ao crime, em detrimento do enfoque trabalhista que é enfatizado, por exemplo, nas notas emitidas pelas vinícolas.

Figura 28 - Imagem presente na notícia



Trabalhadores foram resgatados de trabalho escravo no RS
Divulgação/Governo da Bahia

Fonte: Band Jornalismo

Os dois primeiros parágrafos da notícia (Figura 29) se ocupam de contextualizar os leitores do caso. O texto abre apresentando as informações mais recentes do caso, o destino dos trabalhadores envolvidos no caso que, até então, era investigado e noticiado havia, aproximadamente, uma semana. A recontextualização dos eventos começa pelo final, pelo desfecho, para então voltar e dar mais detalhes sobre a situação da qual eles precisaram ser resgatados. Nessa recontextualização, são informadas as condições das vítimas, onde o caso ocorreu e os órgãos envolvidos na operação de resgate. Ao tratar das condições de habitação dessas pessoas, o autor não tenta fugir da seriedade. Lembrando que, para o portal G1, as condições eram sempre tratadas como “degradantes”, entre aspas. O autor dá enfoque na condição humana dessas pessoas e dá mais detalhes sobre seus destinos.

Figura 29 - Primeiros três parágrafos da notícia no Portal Band Jornalismo

Os 196 baianos em situação análoga à escravidão, no Rio Grande do Sul, foram recebidos pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (SJDH) na última segunda-feira (27). Eles foram resgatados de alojamentos em vinícolas localizadas em Bento Gonçalves, interior gaúcho.

O resgate aconteceu por meio de uma ação conjunta da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no dia 22 de fevereiro. No alojamento onde viviam, as vítimas apresentavam situações precárias de saúde, alguns com quadro de desnutrição.

Os baianos resgatados foram levados para as cidades de Salvador, Serrinha, Lauro de Freitas e Feira de Santana.

Fonte: Band Jornalismo

A notícia segue trazendo para dentro do texto a voz de Felipe Freitas, secretário da Justiça do estado da Bahia. Em sua fala, ele apresenta que medidas serão tomadas para combater e evitar que mais pessoas sejam vítimas de trabalho análogo à escravidão. A proposta se trata de um trabalho conjunto entre órgãos de várias esferas, que atuam em níveis diferentes. Os atores mencionados são a Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo, para então ser levado ao Ministério Público Federal e o Ministério dos Direitos Humanos (e Cidadania). Nota-se a ausência do Ministério do Trabalho e Emprego, subentendendo que a posição de Felipe Freitas é condizente com a de quem entende a situação não como um caso trabalhista, mas como um caso de violação de cidadania. É na fala de Felipe que consta, pela primeira vez, o uso do termo “aliciadores” para se referir aos responsáveis pela rede criminosa, reconhecendo que o problema é muito maior que apenas de João Santana e de sua empresa Fênix. Ao chamá-los por aliciadores, entende-se que o secretário da justiça os enxerga como criminosos. João Augusto de Oliveira Santana foi, por diversas vezes, referido como *empresário* no texto da reportagem anterior.

Na sequência (Figura 30), a matéria dá mais detalhes sobre o acolhimento das vítimas, apresentando o trabalho social necessário para o caso. Ironicamente, os programas sociais, apontados como justificativa para o trabalho escravo, foram responsáveis por ajudar a desfazer os danos causados às pessoas submetidas a todo esse sofrimento.

Figura 30 - Quarto e quinto parágrafos da notícia no Portal Band Jornalismo

“Paralelamente a essas iniciativas, nós vamos reunir a Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo e vamos discutir com o Ministério Público Federal, Polícia Federal e com o Ministério dos Direitos Humanos sobre o incentivo à conciliação nacional para que possamos desmontar essa rede de aliciadores. E, o mais importante, desenvolver medidas preventivas para que casos como esse não voltem a acontecer”, disse o secretário de Justiça, Felipe Freitas, na recepção às vítimas.

De acordo com o governo da Bahia, os acolhidos passaram por triagem para avaliação das necessidades de saúde, condições de moradia e viabilização da reinserção em programas sociais e no mercado de trabalho.

Fonte: Band Jornalismo

A notícia segue para uma subseção chamada “entenda o caso”. Nela as práticas sociais do caso são brevemente recontadas para o leitor, sem se aprofundar ou se estender demais. A recontextualização começa pelo resgate, que envolveu diversos órgãos e a caracterização do crime. Na sequência traz a informação do local onde o crime ocorreu e retoma como as vítimas foram enganadas e atraídas para dentro do esquema.

O Portal Band Jornalismo também traz os pronunciamentos individuais das vinícolas, mas de forma diferente do Portal G1. Aqui são veiculados os links das publicações das contas oficiais das vinícolas Aurora e Salton³³, reforçando e evidenciando como rede social e portais de notícia acabaram intimamente ligados. Apenas um trecho das notas é incorporado à notícia e para lê-las na íntegra é preciso fazê-lo pelo perfil da rede social de cada uma das vinícolas no Instagram. O texto, porém, não apresenta a retratação da Vinícola Garibaldi.

Após o pronunciamento das empresas, é dado foco à manifestação feita pelo Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG). O autor da notícia destaca o posicionamento da associação, que associou o trabalho escravo ao assistencialismo do governo em tom de crítica.

³³ Por algum motivo as publicações não aparecem no arquivo, quando salvo em PDF. As notas mencionadas estão disponíveis nos links a seguir: https://www.instagram.com/p/CpBJkK4sHig/?utm_source=ig_embed&ig_rid=b4883a3a-276d-4fae-9dae-0b83ecbdd809

https://www.instagram.com/p/CpDv0ZYpM1p/?utm_source=ig_embed&ig_rid=e1b585a5-8ee9-47ec-8649-38302a243e81

Figura 31 - Parágrafo da notícia no Portal Band Jornalismo, o qual introduz a declaração a CIC-BG

Quem também se manifestou foi o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG). Na nota divulgada no dia 25 de fevereiro, a entidade relacionou o que chamou de “sistema assistencialista” a situações de trabalhos análogos à escravidão em vinícolas. O texto ressalta a falta de mão de obra e necessidade de investimentos em projetos.

Fonte: Band Jornalismo

O texto então segue com a nota emitida pela CIC-BG (Figura 32). É um texto escrito de uma perspectiva distorcida, que tenta associar a imagem das vinícolas à uma longa tradição, visto as longas histórias de participação dessas empresas no mercado do vinho, destacando seu compromisso com o bem estar dos seus trabalhadores e enfaticamente afirmando que as marcas desconheciam as condições em que estavam as vítimas.

Figura 32 - Primeiro parágrafo da nota emitida pela CIC-BG
Leia a nota do CIC-BG na íntegra

Na condição de entidade fomentadora e defensora do desenvolvimento sustentável, ético e responsável dos negócios e empreendimentos econômicos, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves vem acompanhando com atenção o andamento das investigações acerca de denúncias de práticas análogas à escravidão no município. É necessário que as autoridades competentes cumpram seu papel fiscalizador e punitivo para com os responsáveis por tais práticas inaceitáveis.

Fonte: Band Jornalismo

A entidade destaca seu papel no comércio e empreendimentos econômicos da região. Logo, é esperado que o texto que segue seja em defesa das empresas envolvidas, tanto individualmente quanto como setor, como um todo. É afirmado que o caso está sendo acompanhado de perto. Quem escreveu esse texto ainda aproveita para, em tom de preocupação, reforçar a responsabilidade dos órgãos fiscalizadores e punitivos no combate a esse crime. Com isso, ele se refere às polícias e órgãos competentes. O uso de “é necessário” nesse trecho soa como uma crítica velada, insinuando que os órgãos oficiais não cumprem sua obrigação e, por isso, casos como esse podem

acontecer. É uma associação sutil, mas que atribui parte da culpa ao mau trabalho da polícia e da fiscalização.

Entretanto, isso não se aplica ao setor de contratação de serviços das vinícolas, visto que, na sequência (Figura 33), é enfatizada a inocência das marcas quanto ao que acontecia com seus funcionários terceirizados. O trecho analisado ressalta a importância do setor vinícola na microrregião, destacando a necessidade de preservar sua idoneidade diante das alegações de trabalho análogo à escravidão. Além disso, enfatiza que essas vinícolas são amplamente reconhecidas por sua contribuição para a comunidade e seu compromisso com o bem-estar dos colaboradores, incluindo cooperativados e funcionários terceirizados. Esses são os motivos dados para embasar a inocência das empresas. Quando se trata do conhecimento das vinícolas envolvidas, os autores afirmam sua inocência, colocando-a como “entendimento comum”, ou seja, algo entendido e acordado por um grupo de pessoas. Entretanto, não especifica os atores que entendem isso. Da forma como o texto é escrito, pode-se até mesmo entender que eu e você, leitores, também temos esse entendimento, visto que ele é comum. Assim como todas as partes, a CIC-BG se coloca aliada e disponível para o processo de apuração dos fatos, além de se dispor a contribuir para o combate dessas práticas.

Figura 33 - Segundo parágrafo da nota emitida pela CIC-BG

Da mesma forma, é fundamental resguardar a idoneidade do setor vinícola, importantíssima força econômica de toda microrregião. É de entendimento comum que as vinícolas envolvidas no caso desconheciam as práticas da empresa prestadora do serviço sob investigação e jamais seriam coniventes com tal situação. São, todas elas, sabidamente, empresas com fundamental participação na comunidade e reconhecidas pela preocupação com o bem-estar de seus colaboradores/cooperativados por oferecerem muito boas condições de trabalho, inclusive igualmente estendidas a seus funcionários terceirizados. A elas, o CIC-BG reforça seu apoio e coloca-se à disposição para contribuir com a busca por soluções de melhoria na contratação do trabalho temporário e terceirizado.

Fonte: Band Jornalismo

O texto segue com a parte da declaração (Figura 34) que parece ter causado mais indignação no autor da matéria, visto que ela foi destacada na *lead* e enfatizada no decorrer da matéria. Os autores da nota da CIC-BG relacionam

o trabalho análogo à escravidão com programas sociais. É difícil seguir sem classificar o texto como sendo distorcido, por diversos motivos. O parágrafo destacado tenta desviar a atenção das alegações sérias de trabalho análogo à escravidão, minimizar a responsabilidade das empresas envolvidas e atribuir a situação a questões sociais e econômicas mais amplas. Essa fala remete a um discurso que circula nos campos políticos de direita, onde afirmam que programas como o “Bolsa Família” são “sustento de vagabundo”. Essa visão muitas vezes se baseia em uma perspectiva ideológica que enfatiza o individualismo, a responsabilidade pessoal e o livre mercado, opondo-se a intervenções do Estado na economia e ao aumento de gastos públicos. Quem se identifica com essa visão aponta que programas sociais podem desincentivar a busca de emprego e promover a dependência do Estado. Essa ideologia aparece no texto da associação comercial.

Figura 34 - Terceiro parágrafo da nota emitida pela CIC-BG
Situações como esta, infelizmente, estão também relacionadas a um problema que há muito tempo vem sendo enfatizado e trabalhado pelo CIC-BG e Poder Público local: a falta de mão de obra e a necessidade de investir em projetos e iniciativas que permitam minimizar este grande problema. Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade.

Fonte: Band Jornalismo

Essa abordagem ignora a importância de abordar as alegações de forma direta e ética, ao invés de buscar desculpas ou transferir a responsabilidade para outros setores da sociedade. Além disso, é errado atribuir trabalho análogo à escravidão a programas sociais, pois isso não apenas distorce a realidade, mas também desrespeita os direitos das pessoas que dependem desses programas. Chega a ser desrespeitoso, pois na sequência, os comerciantes se associam à ideia de trabalho ético e responsável. Que ética carrega uma entidade que tenta associar a prática de trabalho escravo com programas sociais, para desviar-se da responsabilidade? Mesmo que as empresas desconhecem as práticas, desconheciam porque seu trabalho não foi o suficiente para impedir que isso acontecesse. Para encerrar a nota, há uma conotação de desprezo, de olhar com inferioridade para pessoas que recebem auxílio governamental:

É tempo de trabalhar em projetos e iniciativas que permitam suprir de forma adequada a carência de mão de obra, oferecendo às empresas de toda microrregião condições de pleno desenvolvimento dentro de seus já conceituados modelos de trabalho ético, responsável e sustentável.

É destacada, novamente, a falta da chamada “mão de obra adequada”, retomando a justificativa dada para o problema, de que o trabalho análogo à escravidão foi usado como uma alternativa. O trabalho das vinícolas da região também é associado a práticas éticas já consolidadas, se distanciando daquilo que está sendo denunciado. As sugestões feitas pela associação para combater enfrentar a situação é pensada para as *empresas* e o *desenvolvimento da região*. Os trabalhadores são ainda mais impessoalizados, sendo apresentados como *mão de obra*. Entende-se ainda que, para a Associação, a questão é tratada mais como um problema trabalhista do que humanitário. A preocupação que o texto apresenta é sobre como resolver o problema da falta de mão de obra, não necessariamente sobre o combate da prática do trabalho análogo à escravidão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pautou-se no objetivo geral de investigar e compreender como se dão os discursos e construções linguísticas no âmbito de notícias sobre os casos de trabalho análogo à escravidão que ocorreram em Bento Gonçalves, na colheita e transporte da uva, às lentes da Análise Crítica do Discurso. De forma mais específica, pretendeu-se investigar e analisar a relação do uso do léxico, a construção do discurso e a construção de papéis sociais em notícias sobre o caso, em dois portais de veiculação de notícia on-line.

Após a investigação, pôde-se concluir que, no Brasil, a persistência de casos de trabalho análogo à escravidão no Brasil é um problema complexo e multifacetado, o qual tem raízes profundas na história do país e está ligado a uma série de fatores sociais, econômicos e políticos, assim como a forma com que isso é noticiado e tratado na mídia. Por trás da veiculação de uma notícia, há um grupo empresarial, com interesses econômicos e políticos, que influenciam diretamente em como uma notícia vai ser veiculada. Por trás desses grupos há pessoas, sujeitos sociais, com interesses e vieses políticos e sociais, além de interesses a proteger. Logo, as notícias serão construídas de modo a caber dentro de todos esses aspectos.

Os interesses financeiros de um grupo midiático desempenham um papel crucial na forma como a informação é apresentada ao público. Esses conglomerados frequentemente mantêm ligações estreitas com figuras políticas e econômicas, o que pode influenciar o processo de recontextualização das notícias e os papéis atribuídos aos atores sociais. Portanto, os interesses financeiros e políticos dos grupos midiáticos desempenham um papel significativo na maneira como as informações são apresentadas e na construção da opinião pública.

Observou-se na matéria do portal G1 um movimento de omissão em seu texto, no qual as informações foram apresentadas de forma vaga, optando por elencar o mínimo de detalhes possíveis, com escolhas lexicais generalizadoras e marcado por apagamentos de fatos e autorias, além de uma fragmentação das informações em diferentes matérias.

Já a abordagem do portal Band Jornalismo é mais enfática, com um texto que não foge de palavras duras. É uma notícia mais sucinta e que traz menos informações a respeito do caso, mas passa uma mensagem de forma mais séria e direta, sem buscar esconder a gravidade dos fatos atrás de textos longos e pobres em demasia.

Acompanhando o desenrolar dos fatos, observou-se também que o crime de trabalho análogo à escravidão não é tratado com a seriedade que deveria, especialmente considerando a longa história escravagista do Brasil. O principal acusado do caso aqui mencionado pagou fiança com o dinheiro que obteve através do sofrimento de dezenas de jovens, enquanto as vinícolas saíram praticamente ilesas, desembolsando um valor que, para essas empresas, é irrisório e recebendo um valor muito maior do governo do estado do Rio Grande do Sul como incentivo fiscal, nos meses subsequentes. É preciso que se invista em fiscalização e que as punições para os responsáveis sejam mais sérias, visto que submeter outros seres humanos a trabalho escravo é uma violação gravíssima de direitos humanos e trabalhistas.

Compreende-se também que a ampla cobertura desse caso teve impacto significativo na sociedade, visto que, após o caso das vinícolas de Bento Gonçalves, outros casos de trabalho análogo à escravidão vieram à tona, dentro e fora do estado do RS, sendo desmantelados e investigados. As notícias sobre esse caso deram luz a um problema grave de nossa sociedade, não só expondo a barbaridade do trabalho análogo à escravidão, mas também fazendo com que as pessoas conversassem a respeito disso em seus círculos e que o assunto fosse amplamente debatido, causando uma movimentação no tecido social importante no combate a esse crime.

Por outro lado, notou-se também que os interesses econômicos exercem um grande poder dentro da esfera jornalística. A notícia do portal G1 é construída de forma a preservar a imagem das vinícolas e evitar questões legais, que possam lhe causar prejuízos. É o poder e os interesses do capital que dão o tom de uma notícia. Uma notícia sobre trabalho análogo à escravidão escrita de forma branda e vaga é uma peça de veiculação ideológica, que serve aos interesses dos mais ricos.

Dentro desse cenário, a Análise Crítica do Discurso tem na análise de notícias um vasto material de pesquisa e uma importância crucial na denúncia à

parcialidade de um gênero textual apresentado como “neutro”. As mídias ocupam uma posição chave na circulação de ideologias e as notícias, por terem sua circulação veiculada aos grandes conglomerados, são permeadas de ideais que servem à “elite” por trás dessas empresas. Há várias formas de se noticiar um fato; há escolhas a serem feitas e a ACD permite evidenciar os interesses por trás dessas escolhas.

A combinação de Bakhtin (1929), Van Leeuwen (2008), Fairclough (2003) e Gnerre (1991) dão um sólido embasamento para a análise crítica de (um) discurso, visto que seus estudos se complementam em diversos aspectos. A ACD é uma área vasta, então pontua-se que a contribuição de outros linguistas da área também é possível para construir a tessitura teórica.

A Análise Crítica do Discurso é uma área que se beneficia da interdisciplinaridade e que pode compor a abordagem teórica de pesquisas das mais diversas áreas. Visto isso, é possível fazer o uso dos estudos desses autores para analisar os mais diversos discursos. Dentro do âmbito das notícias, pode-se lançar um olhar para como são (ou não) noticiados determinados conflitos étnico-geográficos, como Rússia e Ucrânia e a situação de Israel x Palestina, que tiveram bastante destaque em 2023. É possível fazer a análise não somente de textos escritos, mas também de telejornais e entrevistas.

Onde houver conflito de interesses e de narrativas, a ACD tem uma ampla gama de objetos de pesquisas. Ainda, onde houver esses contrastes, a ACD tem um papel social fundamental de denúncia. A Análise Crítica do Discurso tem também, um potencial muito grande para a formação de sujeitos críticos e pode contribuir ainda na formação de leitores mais proficientes.

A ACD marcou profundamente a minha relação com análise e interpretação de textos e, sem dúvidas, irá me acompanhar em minhas práticas na sala de aula. Não é incomum o professor de Língua Portuguesa se deparar com a questão “*O que o autor quis dizer?*” na hora de interpretar um texto. A ACD mostra que, tão ou até mais importante quanto, é questionar “O que esse texto diz a você?”.

A Análise Crítica do Discurso permite um processo de ensino e aprendizagem que valorize as opiniões e as vivências dos alunos, assim como a sua relação com os mais diversos textos. Dessa forma, a ACD é uma

ferramenta de muito potencial para propiciar um ambiente de aprendizado diverso, dialogado e crítico.

Esta pesquisa também abre muitas possibilidades, tanto para mim quanto para todos aqueles que se incomodam com narrativas distorcidas. Como a ACD pode ser usada nas mais diversas áreas e se beneficia de estudos interdisciplinares e multidisciplinares, creio que o embasamento teórico apresentado aqui pode sustentar as mais diversas pesquisas. Onde houver disputas por significados, disputas de poder, há possibilidades para a ACD. Como pesquisador, espero futuramente poder aprofundar esse trabalho e também usar dessa lente para entender os interesses ideológicos por trás de outras discussões: raciais, sexuais e de gênero, conflitos entre grupos/países, revisionismo histórico, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12^a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRASIL, **Código Penal**. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1e_d.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**. Nova Iorque: Routledge, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. 3^a. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KAUFMAN, D. Inteligência Artificial e os desafios éticos: a restrita aplicabilidade dos princípios gerais para nortear o ecossistema de IA. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, [S. l.], v. 5, n. 9, 2021. DOI: [10.31657/rcp.v5i9.453](https://doi.org/10.31657/rcp.v5i9.453). Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/453>. Acesso em: 12 abr. 2023.

KAUFMAN, D.; SANTAELLA, L. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e34074, 2020. DOI: [10.15448/1980-3729.2020.1.34074](https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.34074). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/34074>. Acesso em: 12 jun. 2023. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/34074>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANFROI, Vitor *et al.* A Vitivinicultura na Serra Gaúcha e em Bento Gonçalves. **Repositório de Informação Tecnológica da Embrapa (Infoteca-e)**. Bento Gonçalves, RS: Confraria do Vinho de Bento Gonçalves, 2022. p. 145-152. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1144030>. Acesso em: 23 dez. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4^a. ed. aum. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice: New tools for Critical Discourse Analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

ANEXO I

Notícia do Portal G1 - Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber



Trabalhadores resgatados em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber

Os 207 pessoas foram contratados por uma empresa que oferecia a mão de obra para vinícolas da região, durante a colheita da uva. Eles eram mantidos "em situação degradante", sob ameaça e agredidos com choques elétricos e spray de pimenta, além de sofrerem espancamentos.

Por Redação, g1 RS
27/02/2023 10h01 · Atualizado há 7 meses



Alojamento em que trabalhadores foram encontrados em Bento Gonçalves. — Foto: Reprodução/RBS TV

Mais de 200 trabalhadores foram resgatados de um alojamento em **Bento Gonçalves**, na Serra do Rio Grande do Sul, onde eram submetidos a "condições degradantes" e trabalho análogo à escravidão durante a colheita da uva. Eles foram contratados por uma empresa que oferecia a mão de obra para as vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi, Salton e produtores rurais da região. O alojamento ficava no Bairro Borgo, a cerca de 15 km dos vinhedos do município.

(CORREÇÃO: Ao publicar esta reportagem, o g1 errou ao informar o nome da empresa terceirizada investigada. O nome correto é Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA. A reportagem foi atualizada às 12h15 desta segunda-feira, 27.)

A maioria viajou da Bahia para o RS. Surpreendidos com as condições do trabalho no Sul do Brasil, tentaram ir embora, **mas foram ameaçados e espancados**.

O administrador da empresa chegou a ser preso pela polícia, mas pagou fiança e foi solto. As vinícolas que faziam uso da mão de obra análoga à escravidão **devem ser responsabilizadas**, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A maioria dos trabalhadores resgatados chegou à Bahia nesta segunda-feira (27). Os demais optaram por permanecer no RS.

Saiba, abaixo, o que se sabe e o que falta saber sobre o caso.

1. **Como o caso foi descoberto**
2. **Como a empresa operava**
3. **O que foi descoberto na investigação**
4. **Alguém foi preso?**
5. **Para onde os trabalhadores foram levados**
6. **Quem vai pagar os direitos dos trabalhadores**
7. **O que dizem as empresas envolvidas**





Situação de escravidão: espaço onde ficavam trabalhadores em Bento Gonçalves — Foto: Polícia Rodoviária Federal/Divulgação

1. Como o caso foi descoberto

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) resgatou, na noite quarta-feira (22), **207 trabalhadores em situação análoga à escravidão** em Bento Gonçalves, na Serra. O alojamento ficava no Bairro Borgo, a cerca de 15 km dos vinhedos do município.

A operação foi realizada pela PRF, pelo MTE e pela Polícia Federal (PF) após três trabalhadores procurarem a PRF em Caxias do Sul dizendo que tinham fugido de um alojamento em que eram mantidos contra sua vontade. No local, os trabalhadores foram encontrados "em situação degradante".

Os trabalhadores resgatados receberam acolhimento no ginásio Darcy Pozza, em Bento Gonçalves, na quinta-feira (23), até que pudessem voltar para casa.



Trabalhadores ficaram em ginásio de Bento Gonçalves — Foto: Divulgação/MPT

2. Como era o esquema da empresa

A maioria dos trabalhadores teria vindo da Bahia para trabalhar na colheita da uva, com promessas de salários superiores a R\$ 3 mil, além de acomodação e alimentação.

No entanto, eles contaram ao MTE que eram obrigados a trabalhar diariamente das 5h às 20h, sem pausas, e com folgas apenas aos sábados — embora fossem forçados a assinar no ponto que folgavam também aos domingos.

Eles ainda disseram que representantes da Fênix ofereciam a eles comida estragada, que só podiam comprar produtos em um mercadinho perto do alojamento, com preços superfaturados, e que o valor gasto era descontado do salário, o que fazia com que os trabalhadores acabassem o mês devendo, pois o consumo superava o valor da remuneração.

Afirmaram, ainda, que eram impedidos de sair do local e que, se quisessem sair, teriam que pagar a suposta "dívida". Também, que os empregadores ameaçavam seus familiares. Os trabalhadores também disseram que eram espancados, **além de sofrerem agressões com choques elétricos e spray de pimenta.**

3. O que foi descoberto na investigação

De acordo com o MTE, **as vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton contrataram a Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA**, que oferecia a mão de obra. Conforme o gerente regional do MTE em Caxias do Sul, Vanius Corte, **as vinícolas podem ser responsabilizadas**.

"As pessoas que tomaram esse serviço, as pessoas que foram beneficiadas por esse serviço, também podem ser responsabilizadas. A gente chama isso de responsabilidade subsidiária. Primeiro, o empregador tem a responsabilidade. Se ele não pagar, as pessoas que trabalharam em determinada vinícola, que prestaram o serviço lá, podem cobrar, e nós vamos chegar nesse ponto, dessa vinícola que se beneficiou desse trabalho", afirma.

Em nota, **as empresas afirmaram que desconheciam as irregularidades e sempre atuaram dentro da lei** (leia as notas, na íntegra, abaixo).

Para Corte, "não basta tu contratar alguém, tu tem que saber quem tu tá contratando, tu tem que ter essa responsabilidade de examinar se ele oferece as condições [adequadas] e os direitos [legais].

4. Alguém foi preso?

O responsável pelo alojamento era a empresa Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA, administrada por Pedro Augusto de Oliveira Santana, de 45 anos. Natural de Valente (BA), ele chegou a ser preso, mas vai responder pelo crime em liberdade porque pagou fiança no valor de R\$ 40 mil.

Em nota, o advogado Rafael Dorneles da Silva informou que "a empregadora Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA e seus administradores esclarecem que os graves fatos relatados pela fiscalização do trabalho serão esclarecidos em tempo oportuno, no decorrer do processo judicial".

Conforme o MTE, a Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA foi criada em janeiro de 2019. Ela está em nome de uma mulher e Santana trabalhava como administrador.

Sobre Santana, o MTE disse que **ele atua em Bento Gonçalves há cerca de 10 anos, sempre contratando pessoas, inclusive de outros estados, para trabalhos nas colheitas de frutas, em aviários e de carga e descarga**. Os serviços eram oferecidos para vinícolas e produtores rurais, tudo com nota fiscal.

Corte, gerente regional do MTE em Caxias do Sul, conta que Santana tinha uma empresa, criada em 2012, para prestar esses serviços, a Oliveira & Santana. Ela chegou a ter 206 funcionários e fechou em 2019. Entre 2015 e esse ano, **foi autuada 10 vezes por irregularidades trabalhistas**. Os alojamentos onde os trabalhadores ficavam também chegaram a ser interditados. Apesar disso, nenhuma situação análoga à escravidão foi flagrada.

A Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA não havia sido fiscalizada pelo MPT até a operação de resgate dos trabalhadores.





Imagens de espaços onde eram mantidos os trabalhadores em Bento Gonçalves — Foto: Polícia Rodoviária Federal/Divulgação

5. Para onde onde os trabalhadores foram levados

Com idades entre 18 e 27 anos, dos 207 trabalhadores resgatados, **194 saíram de ônibus do RS com destino a BA a 1h de sábado (25)**. A previsão de chegada é para a manhã desta segunda-feira (27). O custo do transporte dos trabalhadores ficou sob a responsabilidade da Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA.

Outros quatro trabalhadores, segundo o MTE, optaram por ficar em Bento Gonçalves. Ainda, nove gaúchos devem retornar para suas cidades de origem, nos próximos dias, também de ônibus. O valor das passagens foi repassado pela Fênix ainda na sexta.

De acordo com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o governo da Bahia se comprometeu em esperar os trabalhadores com equipes da assistência social em cada município de chegada. Os nomes dessas cidades não são divulgados por questões de segurança.

6. Quem vai pagar os direitos dos trabalhadores

Um acordo entre a empresa e os trabalhadores foi fechado, com mediação do MPT, ainda na noite de sexta. Cada um deles recebeu R\$ 500 para fazer a viagem. **O valor total de indenização deve ser pago até esta terça-feira (28), por depósito bancário.**

Segundo o MPT, está estabelecido um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que a empresa deverá apresentar a comprovação dos pagamentos sob a pena de ajuizamento de ação civil pública por danos morais coletivos, **além de multa correspondente a 30% do valor devido.**

Até o momento, estima-se que o cálculo total das **verbas rescisórias ultrapasse R\$ 1 milhão.**

Os valores desembolsados pela empresa contratante, segundo o TAC, também não quitam os contratos de trabalho, nem significam renúncia de direitos individuais trabalhistas, que poderão ser reivindicados pelos trabalhadores.

7. O que dizem as empresas

Aurora

"Em respeito aos seus associados, colaboradores, clientes, imprensa e parceiros, a Vinícola Aurora vem à público para reforçar que não compactua com qualquer espécie de atividade considerada, legalmente, como análoga à escravidão e se solidariza com os trabalhadores contratados pela terceirizada Oliveira & Santana.

As vítimas são funcionários da Oliveira & Santana, empresa que prestava serviços às vinícolas, produtores rurais e frigoríficos da região.

A Aurora já se colocou à disposição das autoridades para quaisquer esclarecimentos e está prestando apoio às vítimas. A companhia também está trabalhando em conjunto com o Ministério Público Federal e com o Ministério do Trabalho para equalizar a situação em busca de reparo aos trabalhadores da Oliveira & Santana.

A vinícola está tomando as medidas cabíveis e reitera seu compromisso com todos os direitos humanos e trabalhistas, assim como sempre fez em seus 92 anos. Ratifica ainda que permanece cumprindo com suas obrigações legais e com a sua responsabilidade também perante ao valor rescisório a cada trabalhador contratado pela Oliveira & Santana.

A Aurora conta com 540 funcionários, todos devidamente registrados e obedecendo a legislação trabalhista. Porém, na safra da uva, dentro de um período de cerca de 60 dias, entre janeiro e março, a empresa depende de um grande número de trabalhadores, se fazendo necessária a contratação temporária para o setor de carga e descarga da fruta, devido à escassez de mão de obra na região.

Quanto à empresa terceirizada, cabe esclarecer que a Aurora pagava à Oliveira & Santana um valor acima de R\$ 6,5 mil/mês por trabalhador, acrescidos de eventuais horas extras prestadas. A terceirizada era a responsável pelo pagamento e pelos devidos descontos tributários instituídos em lei. A Aurora também exigia os contratos de trabalhos da equipe que era alocada na empresa.

Todo e qualquer prestador de serviço da Aurora, da mesma forma que os funcionários, recebe alimentação de qualidade durante o turno de trabalho, como café da manhã, almoço e janta, sem distinções.

A vinícola também oferecia condições dignas de trabalho no horário de expediente e os gestores responsáveis desconheciam a moradia desumana em que os sofristas eram acomodados pela Oliveira & Santana após o período de trabalho.

Por fim, ratificando seu compromisso social, a Aurora se compromete em reforçar sua política de contratações e revisar os procedimentos quanto à terceiros para que casos isolados como este nunca mais voltem a acontecer".

Salton

"A Família Salton repudia veementemente e não compactua com nenhum tipo de trabalho sob condições precárias, análogas à escravidão. A empresa e todos os seus representantes estão solidários a todos os trabalhadores e suas famílias, que foram tratados de forma desumana e cruel por um prestador de serviço contratado.

Reforçamos que todas as informações foram verificadas antes da contratação do fornecedor. Entretanto, trata-se de incidente isolado e a Família Salton já está tomando medidas cabíveis frente ao tema, além de ser colocar à disposição dos órgãos competentes para colaborar com o processo.

A empresa salienta que já está trabalhando para intensificar os controles de contratação, prevendo medidas mais austeras em todo e qualquer contrato de serviços terceirizados. Prevê ainda a associação e parcerias com órgãos e entidades do setor para melhorar a fiscalização de práticas trabalhistas.

Com um legado de 112 anos, a Família Salton é referência em sustentabilidade e signatária do Pacto Global da ONU e realiza projetos que refletem diretamente a responsabilidade social da empresa e seu compromisso como empresa cidadã".

Garibaldi

"Diante das recentes denúncias que foram reveladas com relação às práticas da empresa Oliveira & Santana no tratamento destinado aos trabalhadores a ela vinculados, a Cooperativa Vinícola Garibaldi esclarece que desconhecia a situação relatada. Informa, ainda, que mantinha contrato com empresa diversa desta citada pela mídia.

Com relação à empresa denunciada, o contrato era de prestação de serviço de descarregamento dos caminhões e seguia todas as exigências contidas na legislação vigente. O mesmo foi encerrado.

A Cooperativa aguarda a apuração dos fatos, com os devidos esclarecimentos, para que sejam tomadas as providências cabíveis, deles decorrentes.

Somente após a elucidação desse detalhamento poderá manifestar-se a respeito.

Desde já, no entanto, reitera seu compromisso com o respeito aos direitos – tanto humanos quanto trabalhistas – e repudia qualquer conduta que possa ferir esses preceitos".

Nota do empresário

"Diante dos fatos noticiados em relação a operação de combate ao trabalho análogo à escravidão ocorrida na última quinta-feira, em Bento Gonçalves, a empregadora Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA e seus administradores esclarecem que os graves fatos relatados pela fiscalização do trabalho serão esclarecidos em tempo oportuno, no decorrer do processo judicial.

Cabe mencionar que o empresário envolvido nas acusações é um empreendedor de atuação reconhecida e respeitada, não compactuando com qualquer desrespeito aos colaboradores e aos direitos a eles inerentes.

Nota do empresário

"Diante dos fatos noticiados em relação a operação de combate ao trabalho análogo à escravidão ocorrida na última quinta-feira, em Bento Gonçalves, a empregadora Fênix Serviços Administrativos e Apoio a Gestão de Saúde LTDA e seus administradores esclarecem que os graves fatos relatados pela fiscalização do trabalho serão esclarecidos em tempo oportuno, no decorrer do processo judicial.

Cabe mencionar que o empresário envolvido nas acusações é um empreendedor de atuação reconhecida e respeitada, não compactuando com qualquer desrespeito aos colaboradores e aos direitos a eles inerentes.

Além disso, é importante ressaltar que qualquer conclusão neste momento é meramente especulativa e temerária, uma vez que os fatos e as responsabilidades devem ser esclarecidas em juízo.

Manifestamos total respeito às instituições e nos colocamos à disposição da justiça para todos os esclarecimentos necessários, colaborando no que for necessário para o restabelecimento da verdade e principalmente do bem estar de todos os envolvidos.

Por fim, informamos que os trabalhadores estão recebendo todo o auxílio necessário para que esta situação não traga maiores prejuízos aos mesmos".

VÍDEOS: Tudo sobre o RSBENTO GONÇALVES

ANEXO II

Notícia Band Jornalismo - Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA

BAND.com.br
AO VIVO | BANDPLAY | BANDSHOW

Notícias

Dezenas de baianos resgatados de trabalho escravo em vinícolas no RS chegam à BA

Nota de entidade que representa empresários de Bento Gonçalves (RS), onde estavam os trabalhadores, responsabiliza “sistema assistencialista” e falta de mão de obra

Édrian Santos
28/02/2023 • 12:43 - Atualizado em 28/02/2023 • 13:18

MAIS LID

- 1 Homem é f celulares e
- 2 Declaração Amazônia fi
- 3 Operação a helicóptero: interior de :
- 4 Venda de p. Hurb é susç
- 5 Carla Zamb da Polícia F



Trabalhadores foram resgatados de trabalho escravo no RS
Divulgação/Governo da Bahia

Os 196 baianos em situação análoga à escravidão, no Rio Grande do Sul, foram recebidos pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (SJDH) na última segunda-feira (27). Eles foram resgatados de alojamentos em vinícolas localizadas em Bento Gonçalves, interior gaúcho.

O resgate aconteceu por meio de uma ação conjunta da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no dia 22 de fevereiro. No alojamento onde viviam, as vítimas apresentavam situações precárias de saúde, alguns com quadro de desnutrição.

Destaques

Emprego sem carteira assinada aumenta em 14,9% em 2022

Emprego sem carteira assinada aumenta em 14,9% em 2022

Dados de Bruno Pereira darão base a plano de segurança no Vale do Javari

Dados de Bruno Pereira darão base a plano de segurança no Vale do Javari

Contas públicas têm superávit de R\$ 99 bilhões em janeiro, diz BC

Contas públicas têm superávit de R\$ 99 bilhões em janeiro, diz BC

Os baianos resgatados foram levados para as cidades de Salvador, Serrinha, Lauro de Freitas e Feira de Santana.

“Paralelamente a essas iniciativas, nós vamos reunir a Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo e vamos discutir com o Ministério Público Federal, Polícia Federal e com o Ministério dos Direitos Humanos sobre o incentivo à conciliação nacional para que possamos desmontar essa rede de aliciadores. E, o mais importante, desenvolver medidas preventivas para que casos como esse não voltem a acontecer”, disse o secretário de Justiça, Felipe Freitas, na recepção às vítimas.

TEMPO

Q Cidade: São Pau



De acordo com o governo da Bahia, os acolhidos passaram por triagem para avaliação das necessidades de saúde, condições de moradia e viabilização da reinserção em programas sociais e no mercado de trabalho.

Entenda o caso

No dia 22 de fevereiro, uma operação conjunta de diversas forças de segurança desbaratou um esquema de trabalho escravo em vinícolas em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Os resgatados eram terceirizados e foram levados ao Sul com a promessa de emprego, alojamento e alimentação, o que não acontecia na prática, conforme informaram as autoridades.

Em nota divulgada nas redes sociais, a vinícola Aurora repudiou a prática análoga à escravidão e disse que não sabia do fato. Além disso, informou que repassava R\$ 6,5 mil à empresa terceirizada por funcionário, “acrescidos de eventuais horas extras”, mais três refeições por dia.

Outra vinícola, a Família Salton, também lamentou as denúncias e repudiou atos que violam os direitos humanos. A empresa destacou que atendeu a exigência legal na contratação da terceirizada, mas reconheceu que não fiscalizou *in loco* as condições trabalhistas.

“A Salton trabalhará prontamente, não apenas para coibir novos acontecimentos, mas para também para promover a conscientização das melhores práticas sociais e trabalhistas. Já nos colocamos à disposição das entidades públicas e representativas para colaborar com o processo”, escreveu a vinícola.

Quem também se manifestou foi o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves (CIC-BG). Na nota divulgada no dia 25 de fevereiro, a entidade relacionou o que chamou de “sistema assistencialista” a situações de trabalhos análogos à escravidão em vinícolas. O texto ressalta a falta de mão de obra e necessidade de investimentos em projetos.

“Situações como esta [de trabalho análogos à escravidão], infelizmente, estão também relacionadas a um problema que há muito tempo vem sendo enfatizado e trabalhado pelo CIC-BG e Poder Público local: a falta de mão de obra e a necessidade de investir em projetos e iniciativas que permitam minimizar este grande problema. Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade”, criticou a entidade.

Leia a nota do CIC-BG na íntegra

Na condição de entidade fomentadora e defensora do desenvolvimento sustentável, ético e responsável dos negócios e empreendimentos econômicos, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves vem acompanhando com atenção o andamento das investigações acerca de denúncias de práticas análogas à escravidão no município. É necessário que as autoridades competentes cumpram seu papel fiscalizador e punitivo para com os responsáveis por tais práticas inaceitáveis.

Da mesma forma, é fundamental resguardar a idoneidade do setor vinícola, importantíssima força econômica de toda microrregião. É de entendimento comum que as vinícolas envolvidas no caso desconheciam as práticas da empresa prestadora do serviço sob investigação e jamais seriam coniventes com tal situação. São, todas elas, sabidamente, empresas com fundamental participação na comunidade e reconhecidas pela preocupação com o bem-estar de seus colaboradores/cooperativados por oferecerem muito boas condições de trabalho, inclusive igualmente estendidas a seus funcionários terceirizados. A elas, o CIC-BG reforça seu apoio e coloca-se à disposição para

Leia a nota do CIC-BG na íntegra

Na condição de entidade fomentadora e defensora do desenvolvimento sustentável, ético e responsável dos negócios e empreendimentos econômicos, o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves vem acompanhando com atenção o andamento das investigações acerca de denúncias de práticas análogas à escravidão no município. É necessário que as autoridades competentes cumpram seu papel fiscalizador e punitivo para com os responsáveis por tais práticas inaceitáveis.

Da mesma forma, é fundamental resguardar a idoneidade do setor vinícola, importantíssima força econômica de toda microrregião. É de entendimento comum que as vinícolas envolvidas no caso desconheciam as práticas da empresa prestadora do serviço sob investigação e jamais seriam coniventes com tal situação. São, todas elas, sabidamente, empresas com fundamental participação na comunidade e reconhecidas pela preocupação com o bem-estar de seus colaboradores/cooperativados por oferecerem muito boas condições de trabalho, inclusive igualmente estendidas a seus funcionários terceirizados. A elas, o CIC-BG reforça seu apoio e coloca-se à disposição para contribuir com a busca por soluções de melhoria na contratação do trabalho temporário e terceirizado.

Situações como esta, infelizmente, estão também relacionadas a um problema que há muito tempo vem sendo enfatizado e trabalhado pelo CIC-BG e Poder Público local: a falta de mão de obra e a necessidade de investir em projetos e iniciativas que permitam minimizar este grande problema. Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade.

É tempo de trabalhar em projetos e iniciativas que permitam suprir de forma adequada a carência de mão de obra, oferecendo às empresas de toda microrregião condições de pleno desenvolvimento dentro de seus já conceituados modelos de trabalho ético, responsável e sustentável.

Veja também



CPMI fala em contradição de Silvinei Vasques e não descarta acareação com Torres



Vídeo: Bandidos fazem arrastão em barbearia de SP



Silvinei Vasques, ex-diretor da PRF, é preso pela PF